

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

5ª REGIÃO

***RELATÓRIO***

**DE**

**GESTÃO**

**2012**

# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012 e das orientações do órgão de controle interno, criado pelo ATO TRT5 337 de 01 de julho de 1994.

Elaborado pela Diretoria Geral

Salvador, 2013

# SUMÁRIO

|   |         |
|---|---------|
| Lista de Tabelas  | fl. 04  |
| Texto de Abertura   | fl. 05  |
| Item 1 - Informações de identificação                       | fl. 06  |
| Item 2 - informações sobre planejamento estratégico         | fl. 13  |
| Item 3 – estrutura de governança                            | fl. 60  |
| Item 4 – programa de PPA da UJ                              | fl. 66  |
| Item 5 – informações sobre recursos humanos                 | fl.86   |
| Item 6 – composição dos quadros servidores ativos           | fl. 95  |
| Item 7 – gestão da frota de veículos e imóveis              | fl. 105 |
| Item 8 – gestão da tecnologia da informação                 | fl. 111 |
| Item 9 – gestão ambiental e licitações sustentáveis         | fl. 126 |
| Item 10 – deliberações do TCU e OCI                         | fl. 129 |
| Item 11 – informações contábeis aplicáveis ao setor público | fl. 138 |
| Anexo I - quadro de custos de pessoal                       | fl.140  |

# LISTAS DE TABELAS

|                  |       |
|------------------|-------|
| MAPA ESTRATÉGICO | FL.17 |
| PROJETOS         | FL.18 |
| METAS NACIONAIS  | FL.21 |
| META 1           | FL.30 |
| META 2           | FL.31 |
| META 3           | FL.32 |
| META 4           | FL.33 |
| META 5           | FL.34 |
| META 14          | FL.35 |
| META 15          | FL.36 |
| META 16          | FL.37 |
| META 17          | FL.38 |
| META 18          | FL.39 |

TRBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, Órgão do Poder Judiciário, Administração Direta, vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho, situado à Rua Bela Vista do Cabral, 121, bairro Nazaré, cidade do Salvador, Estado da Bahia, apresenta Relatório de Gestão do exercício 2012, em cumprimento ao disposto na IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012.

O relatório de gestão foi estruturado com base no Anexo II da DN TCU 119/2012, e com o preenchimento dos quadros da Portaria TCU 150/2012. O Anexo II, parte A, item 3.5, não se aplica a esta unidade jurisdicionada, em razão de estar submetida à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. O Anexo II parte A, item 5.5, Informações sobre Renúncia Tributária, não se aplica a esta UJ, pois não é unidade recebedora de tributos.

Os quadros A.6.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais em que há servidores terceirizados se aplicam a esta UJ, mas não houve contratação de mão-de-obra terceirizada referente ao plano de cargos.

**PARTE “A” ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU Nº  
119/2012 DE 18/01/2012**

**1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada**

**QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

| <b>Poder e Órgão de Vinculação</b>  |                          |                             |                            |
|---|--------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| <b>Poder:</b> Judiciário  |                          |                             |                            |
| <b>Órgão de Vinculação:</b> Tribunal Superior do Trabalho   |                          |                             | <b>Código SIORG:</b> NA    |
| <b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>  |                          |                             |                            |
| <b>Denominação completa:</b> Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região                                   |                          |                             |                            |
| <b>Denominação abreviada:</b> TRT 5ª Região   |                          |                             |                            |
| <b>Código SIORG:</b> NA   | <b>Código LOA:</b> 15106 | <b>Código SIAFI:</b> 080007 |                            |
| <b>Situação:</b> ativa  |                          |                             |                            |
| <b>Natureza Jurídica:</b> Órgão público   |                          |                             |                            |
| <b>Principal Atividade:</b> Justiça do Trabalho   |                          |                             | <b>Código CNAE:</b> 7523-0 |
| <b>Telefones/Fax de contato:</b>  | (071) 3319-7777          | (071) 3319-7000             | (071) 3319-7700            |
| <b>E-mail:</b> webmaster@trt5.jus.br  |                          |                             |                            |
| <b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.trt5.jus.br">http://www.trt5.jus.br</a>                    |                          |                             |                            |
| <b>Endereço Postal:</b> Rua Bela Vista do Cabral, 121 Nazaré CEP 40055-000 Salvador-Ba                    |                          |                             |                            |
| <b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>   |                          |                             |                            |
| Criado por meio do Decreto-Lei nº 1.237 de 02 de junho de 1939, que entrou em vigor em 01 de maio de 1941 |                          |                             |                            |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada                     |                          |                             |                            |
| Resolução Administrativa TRT5 nº 003/2006 Publicado no D.O. deste Tribunal em 31 de janeiro de 2006       |                          |                             |                            |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada                                |                          |                             |                            |
| Regimento Interno publicado no D.O. deste Tribunal em 05 de setembro de 2003                              |                          |                             |                            |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada   |                          |                             |                            |
| <b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>  |                          |                             |                            |
| Código SIAFI  | Nome                     |                             |                            |
| NA  | NA                       |                             |                            |
| <b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>  |                          |                             |                            |
| Código SIAFI  | Nome                     |                             |                            |
| NA  | NA                       |                             |                            |
| <b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>   |                          |                             |                            |
| Código SIAFI da Unidade Gestora   |                          | Código SIAFI da Gestão      |                            |
| NA  |                          | NA                          |                            |

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

### COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

#### ATRIBUIÇÕES DO TRT5/UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

##### “PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.*

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

II - os Tribunais Regionais do Trabalho;

III - Juízes do Trabalho.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: [\\TRT05-FS01\APES\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](https://trt05-fs01.apes.planejamento-gestao2010.emendas.emc.emc45.htm-art114)

I- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; [\\TRT05-FS01\APES\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](https://trt05-fs01.apes.planejamento-gestao2010.emendas.emc.emc45.htm-art114)

II- as ações que envolvam exercício do direito de greve; [\\TRT05-FS01\APES\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](https://trt05-fs01.apes.planejamento-gestao2010.emendas.emc.emc45.htm-art114)

III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; [\\TRT05-FS01\APES\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](https://trt05-fs01.apes.planejamento-gestao2010.emendas.emc.emc45.htm-art114)

IV- os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; [\\TRT05-FS01\APES\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](https://trt05-fs01.apes.planejamento-gestao2010.emendas.emc.emc45.htm-art114)

V- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; [\\TRT05-](https://trt05-fs01.apes.planejamento-gestao2010.emendas.emc.emc45.htm-art114)

[FS01\APE\\$\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](#)

VI- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; [\\TRT05-FS01\APE\\$\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](#)

VII- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; [\\TRT05-FS01\APE\\$\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](#)

VIII- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; [\\TRT05-FS01\APE\\$\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](#)

IX- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. [\\TRT05-FS01\APE\\$\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc45.htm - art114](#)

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Art. 116. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.”[\\TRT05-FS01\APE\\$\PLANEJAMENTO\GESTÃO\2010\Emendas\Emc\emc24.htm - art116](#)

## **HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ATUAL:**

Na Bahia, a Justiça do Trabalho foi instalada em 20/05/1941 - como Conselho Regional do Trabalho, composto por duas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Com a Lei 10770 de 2003, o TRT5 foi autorizado a instalar 20 novas Varas do Trabalho, passando a atender todos os municípios baianos. A instalação dessas unidades ocorreu entre 2004 e 2005. Até então, a Justiça Laboral era atendida a litígios da área



trabalhista em 360 municípios baianos e nos 55 restantes, os juizes de Direito das comarcas atuavam como juizes do Trabalho por disposiçao legal.

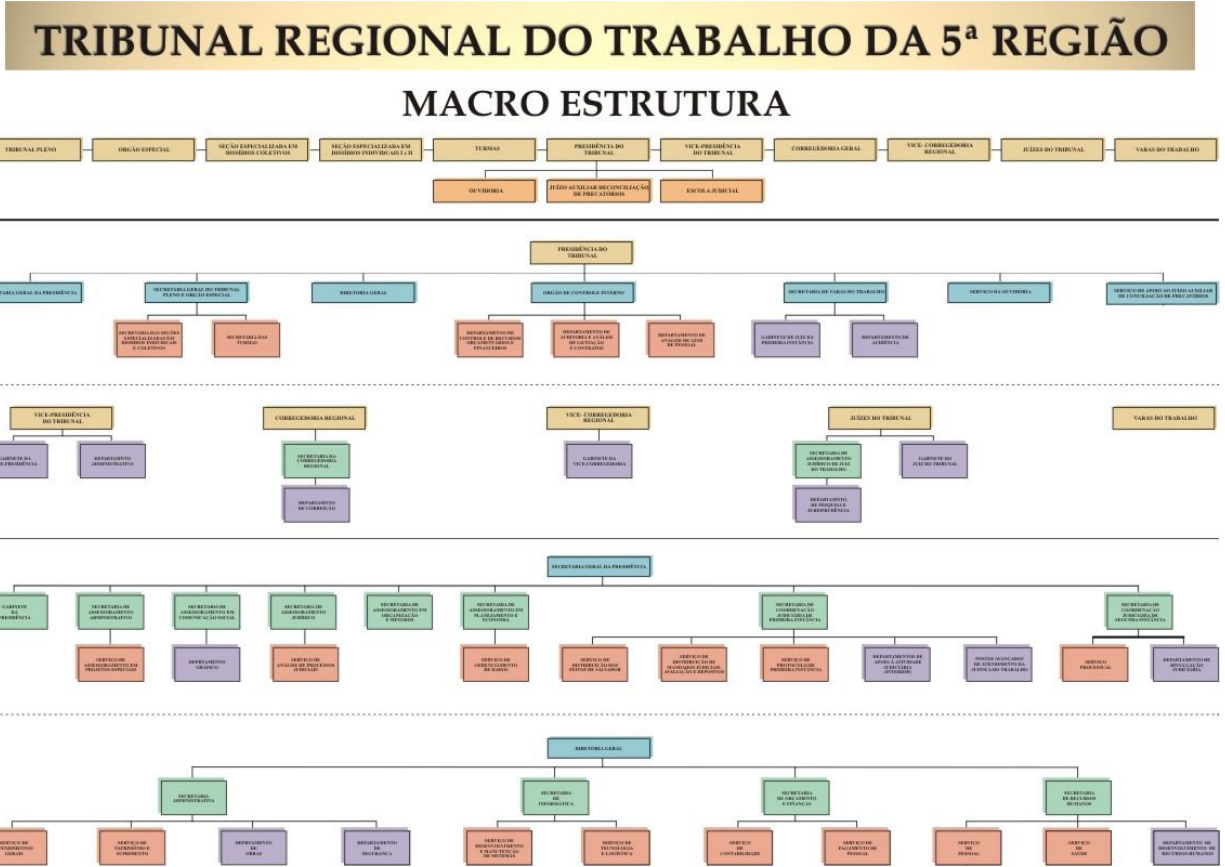
Atualmente, a Justiça do Trabalho na Bahia compreende, na primeira instância, 88 Varas do Trabalho (antigas Juntas de Conciliação e Julgamento), 39 das quais em Salvador.

A segunda instância é composta por 29 (vinte e nove) desembargadores togados e vitalícios, que são nomeados pelo Presidente da República.

A Mesa Diretora deste Regional, eleita a cada biênio, é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional.

Para racionalizar sua atuação e tornar mais eficiente a prestação jurisdicional, o TRT da Quinta Região se divide em Tribunal Pleno, Órgão Especial, uma Seção Especializada em Dissídio Coletivo, duas Seções Especializadas em Dissídios Individuais (I e II) e cinco Turmas, além do Juízo de Conciliação de Segunda Instância, que realiza acordos em torno de precatórios e de processos que tramitem no Tribunal.

### 1.3 Organograma Funcional



### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do TRT5 são “Preparar processo”, “Conhecer e julgar processo” e “Cumprir sentença”. Dentre esses, os macroprocessos que se encontram documentados atualmente neste Regional são os dois primeiros, que abrangem os processos de trabalho das unidades judiciárias de 1ª Instância, desde a distribuição da ação até a prolação da sentença. A fase de execução de sentença, apesar de não ter sido objeto de mapeamento em sua totalidade, teve a etapa de expropriação revista e documentada por ocasião de criação da Central de Execução e Expropriação, e

desenvolvimento de sistema informatizado para cadastro e gerenciamento de bens penhorados, bem como realização de hasta pública. Os macroprocessos finalísticos de 2ª Instância ainda não foram objeto de mapeamento, razão pela qual esta Secretaria não tem como informar quais macroprocessos existem atualmente nem como estão sendo conduzidos.

No tocante aos macroprocessos finalísticos das unidades judiciárias de 1º Grau, inicialmente referidos, informamos que, com base no mapeamento dos processos de trabalho daquelas unidades, foi elaborado o Manual de Procedimentos, que constitui um dos principais produtos do Projeto Estratégico de Redesenho dos Processos de Trabalho da 1ª Instância, caracterizando-se como referência documental para os usuários e tem por finalidade padronizar e otimizar os processos e rotinas de trabalho do TRT da 5ª Região, a fim de garantir uma uniformidade nas atividades realizadas, bem como potencializar a consecução dos resultados.

A elaboração deste manual visou também ao cumprimento da Meta 05/2010 do Poder Judiciário Nacional, “Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias”; bem como concretização do projeto estratégico, “Redesenho dos processos de trabalho da 1ª Instância”.

Na condução dos trabalhos, o conteúdo dos macroprocessos foi apresentado no fluxograma geral da fase de conhecimento (da distribuição até a sentença), produzido com a participação de representantes das diversas unidades judiciárias finalísticas e de apoio e validado pelos magistrados do TRT05 durante o “Workshop de Gestão de Processos” realizado nos dias 06 a 08/10/2010 e o mapeamento das rotinas desenvolvidas durante as oficinas da Meta 05/2010. A partir de então, a documentação foi sendo detalhada em todos os seus subprocessos até o nível de rotinas de trabalho. O documento foi finalizado em 23/11/2012 e constitui uma ferramenta de gestão, facilitando o controle e a melhoria contínua dos processos de trabalho, a fim de alcançar níveis mais elevados de satisfação e eficácia.

Segue o detalhamento dos macroprocessos indicados.

O macroprocesso **Preparar processo** compreende desde o recebimento da ação, o procedimento para distribuição até a preparação dos autos para apreciação do Juízo ou realização da audiência, conforme o caso. Ele está dividido em:

- a. Receber documentos e distribuir
- b. Preparar autos para apreciação/audiência

O macroprocesso **Conhecer e julgar processo** compreende desde o recebimento do processo/ação para apreciação inicial pelo Juízo ou realização da audiência até a prolação de sentença ou registro de solução de mérito na 1ª instância. Ele está dividido em:

- a. Ouvir Testemunha e Devolver
- b. Determinar registro do termo de arquivamento/desistência
- c. Tentar acordo
- d. Determinar registro do acordo
- e. Receber defesa

- f. Realizar audiência de instrução (com ou sem oitiva de partes e testemunhas)
- g. Solicitar comparecimento ou apresentação
- h. Encaminhar carta precatória e receber resposta
- i. Selecionar perito dentre cadastrados
- j. Receber quesito das partes (ou decorrer do prazo) e informar ao perito
- k. Receber laudo e dar ciência às partes
- l. Reincluir em pauta
- m. Analisar quesitos complementares
- n. Notificar perito para responder quesitos
- o. 5.1.16 2.16 Receber esclarecimentos (ou decorrer do prazo) e dar vista às partes
- p. Selecionar perito dentre cadastrados
- q. Encerrar instrução/ Aduzir razões finais e renovar proposta de acordo
- r. Decidir ou concluir processo
- s. Julgar o processo e elaborar a sentença (líquida ou ilíquida)
- t. Registrar sentença
- u. Notificar
- v. Disponibilizar
- w. x\

2. **Cumprir sentença:** Compreende a fase de cumprimento da sentença proferida transitada em julgado, ou dos termos constantes da solução de mérito. Não mapeado totalmente, conforme dito anteriormente.

## **1.5 Macroprocessos de Apoio**

Considerando-se que unidades de apoio judiciário são aquelas enumeradas na Resolução 63 do CSJT, informo que algumas do 1ª Instância já foram consideradas na descrição do item sobre Macroprocessos finalísticos, tais como distribuição de feitos, execução, secretaria de vara, SDMAD, entre outros. Muitas delas não foram objeto de mapeamento de processos de trabalho. Dessa forma, não sabemos informar como seus processos estão sendo conduzidos atualmente. Sugiro informar-se junto às Secretarias de Coordenação Judiciária de 1ª e 2ª Instâncias.

## **1.6 Principais Parceiros**

Os principais parceiros externos deste Tribunal são os descritos a seguir. Advindos tanto da iniciativa privada quanto do Setor Social, têm colaborado e participado da consecução dos objetivos deste TRT.

Embora não estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos, têm, na sua atuação indireta, uma participação importante na consecução dos projetos aqui desenvolvidos, inclusive por conta do aspecto orçamentário.

São Eles: ABAT; AMATRA-5; SIDJUFE; ANAJUSTRA; CORREIOS; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; BANCO DO BRASIL S.A.; BANCO SANTANDER S.A.; VIVO S.A.

## ***PARTE “A” ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012***

### **2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada**

#### **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

A partir de um referencial estratégico estabelecido, o TRT da 5ª da Região buscou identificar o seu negócio, a missão, a visão de futuro e os valores institucionais da organização. Elaborou-se diagnóstico de ambiente compreendendo a análise dos fatores internos e externos afetos à organização capazes de influenciar sua atuação.

O Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 70, de 18 de Março de 2009 instituindo o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. Para tanto, passou a orientar todos os órgãos do Poder Judiciário no processo de elaboração dos seus próprios planos, inclusive com proposta de roteiro de implantação.

#### **A) PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - ETAPAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5**

#### **FASE 1: AÇÕES ANTERIORES AO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

- a) Realização de Pesquisa de Clima Organizacional com o público interno
- b) Realização de Pesquisa de Satisfação dos usuários externos

- c) Definição das equipes de Líderes, Líderes Ampliada e Equipe de Desenvolvimento
- d) Preparação e distribuição dos insumos para a entrevista inicial
- e) Preparação do roteiro de entrevistas
- f) Definição das entrevistas junto à equipe de líderes
- g) Aplicação das entrevistas junto à equipe de líderes
- h) Coleta das propostas de iniciativas das unidades deste Tribunal
- i) Coleta de insumos (25.09.2009)
- j) Compilação das informações apuradas nas entrevistas e nos insumos
- k) Organização das informações para o Fórum de Gestão Estratégica
- l) Organização do ambiente e do material a ser utilizado no Fórum de Gestão Estratégica
- m) Análise do ambiente externo
- n) Análise do ambiente interno
- o) Análise do ambiente interno e externo

## **FASE 2: REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA (14 a 16 de outubro de 2009)**

- a) Programação do primeiro dia do Fórum de Gestão Estratégica
  - Apresentação de vídeo institucional
  - Palavra da Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
  - Palestra de convidados
  - Apresentação dos insumos
  - Definição da missão institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
  
- b) Programação do segundo dia do Fórum de Gestão Estratégica
  - Definição da visão institucional
  - Definição dos valores institucionais
  - Consolidação do perfil institucional
  - Definição dos objetivos estratégicos
  - Construção do mapa estratégico
  
- c) Programação do segundo dia do Fórum de Gestão Estratégica
  - Definição dos indicadores estratégicos
  - Definição das metas de longo prazo
  - Consolidação do mapa estratégico
  - Encerramento do Fórum

## **FASE 3 – AÇÕES POSTERIORES AO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

- a) Preparação e confecção do Plano Estratégico
- b) Aprovação do plano
- c) Capacitação dos gestores de projetos
- d) Detalhamento das etapas dos projetos estratégicos
- e) Definição de indicadores e metas para os projetos estratégicos
- f) Definição das estratégias de acompanhamento dos indicadores estratégicos
- g) Preparação da primeira Reunião de Análise Estratégica
- h) Realização da primeira Reunião de Análise Estratégica

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico do TRT5 foi o Balanced ScoreCard – BSC, método indicado pelo CNJ e adotado pelo Poder Judiciário, com as perspectivas: clientes, orçamento (finanças), processos internos e aprendizado e crescimento.

## **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

Os trabalhos de implantação do planejamento estratégico do TRT 5ª Região foram desenvolvidos por equipe interna, contando com o apoio do CNJ que, por meio de contrato firmado com a Fundação Getúlio Vargas, viabilizou a consultoria necessária. A idéia foi provocar, recepcionar e aproveitar propostas de ações e críticas de toda coletividade do TRT5.

## **APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O prazo estabelecido pelo CNJ na meta nacional de nivelamento nº 01 para a aprovação do planejamento estratégico foi 31.12.2009. Concluída a documentação necessária, intitulada “A Estratégia do TRT da 5ª Região, foi publicada a Resolução Administrativa nº 56, de 16/12/2009 aprovando o planejamento estratégico do TRT da 5ª Região para 2010-2014.

## **INVESTIMENTO**

Levando-se em consideração que o planejamento estratégico foi construído de forma participativa, capitaneada por equipe interna deste Regional e com o suporte da Fundação Getúlio Vargas, esta contratada pelo Conselho Nacional de Justiça para atender a todos os órgãos do Poder Judiciário, não houve investimento no particular.

## **EQUIPES DE LÍDERES, LÍDERES AMPLIADA E EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO**

### **EQUIPE DE LÍDERES**

- Paulino César Martins Ribeiro do Couto – Desembargador Presidente (Patrocinador)
- Ana Lúcia Bezerra Silva – Desembargadora Federal do Trabalho
- Vânia Jacira Tanajura Chaves - Desembargador Federal do Trabalho
- Valtércio Ronaldo de Oliveira - Desembargador Federal do Trabalho
- Dalila Nascimento Andrade – Desembargadora Federal do Trabalho
- Norberto Frerichs – Desembargador Federal do Trabalho
- Juiz de 2º grau - Indicação da AMATRA
- Juiz de 1º grau – Indicação da AMATRA
- Alderson Adães Mota Ribeiro – Juiz do Trabalho
- Diretor Geral
- Secretário Geral da Presidência
- Servidor – Indicação do SINDJUFE
- Servidor – Indicação do SINDJUFE

### **EQUIPE DE LÍDERES AMPLIADA**

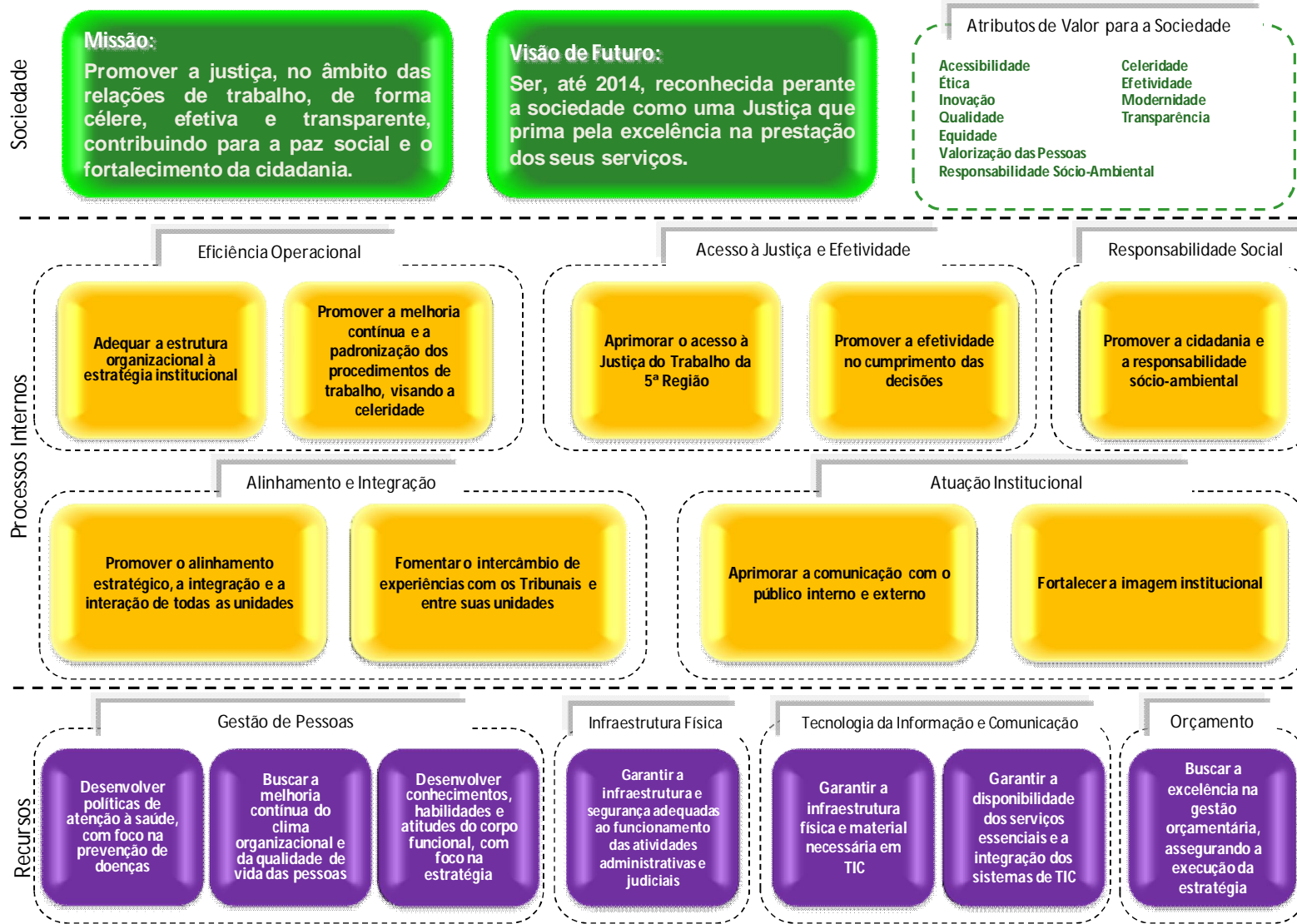
- Comissão de Diretores de Secretarias de Vara
- Diretores e Assessores Administrativos
- Assessores de Gabinete

### **EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO**

- Carlito Silva Miranda – Assessoria de Planejamento e Economia
- Mônica Hanhoerster – Secretaria de Informática
- Antônio Marcos Farias Lima – Organização e Métodos
- Maria Inês Viana C. Joaquim de Carvalho – Vice-Presidência
- Cristiana Porto dos Santos – Vice-Presidência
- Edivaldo Lopes Santana – 29ª Vara do Trabalho
- Carlos Alberto Martins Leite – Gabinete Desembargadora Vânia Chaves



# MAPA ESTRATÉGICO DO TRT DA 5ª REGIÃO



| ORDEM | PROJETOS   | SOMATÓRIO | DESCRITORES DE ADEQUAÇÃO                                      |   |   |  |   |  |  |   |                                   |  |   |  |  |   |  |   |  |
|-------|--|-----------|---|---|---|--|---|--|--|---|-----------------------------------|--|---|--|--|---|--|---|--|
|       |  |           | ADEQUAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL | PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA E A PROFUNDIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO VISANDO A Celeridade | APROXIMAR O ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO | PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES | PROMOVER A CIDADANIA E A RESPONSABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL | PROMOVER O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO, A INTEGRAÇÃO E A INTERAÇÃO DE TODAS AS UNIDADES. | FOMENTAR O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM OS TRIBUNAIS E ENTRE SUAS UNIDADES. | APROXIMAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO INTERNO E EXTERNO | FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL | DESENVOLVER POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE, COM FOCO NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS | BUSCAR A MELHORIA CONTÍNUA DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS | DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DO CORPO FUNCIONAL, COM FOCO NA ESTRATÉGIA | GABARITAR A INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA ADEQUADAS AO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS | GABARITAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E O MATERIAL NECESSÁRIOS EM TIC | GABARITAR A DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS E A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE TIC | BUSCAR EXCELÊNCIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA ASSEGURANDO EXECUÇÃO ESTRATÉGICA |  |
| 1     | Atualizar a infraestrutura de informática  | 109       | 6   | 6   | 9   | 8  | 4   | 6  | 5  | 8   | 9                                 | 5  | 4   | 7  | 9  | 9   | 9  | 5   |  |
| 2     | Redesenhar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa.         | 103       | 9   | 9   | 6   | 8  | 4   | 9  | 6  | 7   | 7                                 | 7  | 6   | 7  | 4  | 4   | 4  | 6   |  |
| 2.1   | Normatizar os processos de trabalho redesenhados   | 89        | 6   | 9   | 5   | 8  | 3   | 8  | 5  | 6   | 6                                 | 6  | 5   | 6  | 3  | 3   | 5  | 5   |  |
| 2.2   | Disponibilizar informações processuais na internet   | 85        | 3   | 4   | 9   | 9  | 6   | 7  | 5  | 8   | 9                                 | 3  | 3   | 3  | 3  | 3   | 5  | 5   |  |
| 2.3   | Formar grupo funcional de calculistas  | 77        | 6   | 5   | 3   | 9  | 3   | 7  | 6  | 5   | 7                                 | 3  | 4   | 6  | 3  | 3   | 3  | 4   |  |
| 3     | Adequar a infraestrutura de segurança e física   | 101       | 6   | 4   | 6   | 6  | 5   | 5  | 3  | 5   | 8                                 | 9  | 7   | 6  | 8  | 9   | 9  | 5   |  |
| 4     | Implantar projeto para acompanhamento da construção da nova sede do TRT5 no CAB              | 101       | 8   | 4   | 9   | 7  | 6   | 5  | 3  | 4   | 7                                 | 6  | 6   | 5  | 9  | 8   | 7  | 7   |  |
| 5     | Implementar a Universidade Corporativa   | 99        | 5   | 5   | 4   | 6  | 8   | 9  | 8  | 8   | 8                                 | 7  | 7   | 9  | 4  | 4   | 4  | 3   |  |
| 5.1   | Desenvolver programa de capacitação de pessoas   | 87        | 4   | 7   | 3   | 9  | 3   | 8  | 5  | 6   | 7                                 | 5  | 6   | 9  | 3  | 4   | 4  | 4   |  |
| 5.2   | Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com as competências estratégicas | 87        | 6   | 6   | 5   | 8  | 4   | 8  | 5  | 4   | 6                                 | 4  | 8   | 9  | 3  | 4   | 3  | 4   |  |
| 5.3   | Desenvolver o planejamento da força de trabalho em termo quantitativos                       | 81        | 7   | 7   | 5   | 8  | 5   | 5  | 3  | 3   | 5                                 | 8  | 6   | 5  | 3  | 3   | 5  | 3   |  |
| 6     | Desenvolver o planejamento orçamentário baseado nas orientações do Plano Estratégico         | 95        | 5   | 5   | 6   | 7  | 5   | 5  | 3  | 8   | 7                                 | 6  | 4   | 7  | 6  | 7   | 5  | 9   |  |
| 7     | Implantar os projetos definidos pelo CNU e CSJT  | 95        | 6   | 6   | 7   | 7  | 4   | 8  | 9  | 6   | 5                                 | 3  | 3   | 7  | 6  | 6   | 6  | 6   |  |
| 7.1   | Implantar a Certificação Digital   | 95        | 6   | 6   | 8   | 9  | 5   | 6  | 4  | 6   | 7                                 | 4  | 4   | 5  | 4  | 7   | 8  | 6   |  |
| 8     | Melhoria do atendimento ao cliente cidadão   | 93        | 6   | 6   | 9   | 8  | 6   | 5  | 4  | 9   | 9                                 | 3  | 3   | 5  | 5  | 5   | 5  | 5   |  |
| 9     | Desenvolver programa de comunicação para os públicos interno e externo                       | 87        | 3   | 4   | 5   | 4  | 5   | 8  | 8  | 9   | 9                                 | 6  | 8   | 5  | 3  | 3   | 3  | 4   |  |
| 10    | Incentivar o uso da intranet   | 84        | 3   | 4   | 3   | 4  | 4   | 8  | 6  | 7   | 4                                 | 6  | 7   | 8  | 4  | 6   | 4  | 6   |  |
| 11    | Desenvolver projeto para racionalização de recursos  | 83        | 4   | 7   | 4   | 6  | 4   | 5  | 3  | 3   | 7                                 | 4  | 3   | 6  | 6  | 6   | 6  | 9   |  |
| 12    | Desenvolver Projeto de modernização do arquivo   | 78        | 5   | 8   | 5   | 5  | 5   | 4  | 5  | 4   | 7                                 | 7  | 6   | 3  | 3  | 3   | 4  | 4   |  |
| 12.1  | Desenvolver Projeto Arquivo Digital  | 78        | 5   | 8   | 5   | 5  | 5   | 4  | 5  | 4   | 7                                 | 7  | 6   | 3  | 3  | 3   | 4  | 4   |  |
| 13    | Desenvolver programas de qualidade de vida para magistrados e servidores                     | 76        | 3   | 3   | 3   | 5  | 4   | 4  | 5  | 5   | 7                                 | 9  | 9   | 5  | 4  | 3   | 3  | 4   |  |
| 13.1  | Desenvolver programa de prevenção de doenças   | 74        | 5   | 5   | 3   | 5  | 3   | 4  | 4  | 4   | 6                                 | 9  | 9   | 4  | 4  | 3   | 3  | 3   |  |
| 14    | Desenvolver Projeto para efetividade do processo trabalhista                                 | 69        | 5   | 5   | 3   | 9  | 3   | 4  | 3  | 5   | 9                                 | 3  | 3   | 4  | 3  | 3   | 3  | 4   |  |

## **2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos**

### **I. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA**

Objetivos e indicadores estratégicos passaram a ser o parâmetro para a avaliação do comportamento desta instituição, haja vista as medições que se sucederam ao longo do ano de 2012.

Está evidenciado nas atas das reuniões de análise estratégicas - RAEs, a preocupação da Administração quanto à necessidade da realização de ajustes, seja na estrutura hierárquica reclamada, seja quanto à harmonização das assessorias técnicas afetas aos objetivos estratégicos do órgão, seja quanto à personalização de responsáveis para projetos estratégicos adrede definidos etc. Mantém-se a certeza de que o planejamento estratégico do órgão deva ser assimilado e acreditado por todos os magistrados e servidores da Casa com reconhecimento da população em geral.

As metas nacionais do poder judiciário, capitaneadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tanto de nivelamento (2009) quanto as intituladas prioritárias (2010, 2011 e 2012) sinalizam quão satisfatórios têm sido os resultados desse planejamento coordenado. Os órgãos que integram o judiciário brasileiro tiveram que absorver a lógica dessa ferramenta e se aparelhar no sentido de acompanhar as mudanças inopinadas ocorridas. Nesse sentido o TRT da 5ª Região instituiu o seu próprio planejamento, sempre alinhado com um referencial maior (Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho), acompanhando e promovendo os ajustes necessários.

Diante do pouco tempo de uso dessa ferramenta, avaliamos positivamente os resultados alcançados. Trata-se, repita-se, de um processo de amadurecimento cultural e funcional.

A análise sobre o cumprimento das metas nacionais prioritárias de 2012 indica o cumprimento de todas as metas, o que evidencia a evolução deste E. Tribunal no tocante à observação dos planos estratégicos.

# METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO DE 2012

| NÚMERO         | DESCRIÇÃO DA META  | GRAU DE CUMPRIMENTO ATUAL |
|----------------|--|---------------------------|
| <b>META 1</b>  | Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.                 | 100,87%                   |
| <b>META 2</b>  | Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008, na Justiça do Trabalho.  | 124,74%                   |
| <b>META 3</b>  | Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet). | 100,00%                   |
| <b>META 4</b>  | Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.               | 100,00%                   |
| <b>META 5</b>  | Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.   | 100,00%                   |
| <b>META 14</b> | Implementar PCMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), 60% em 2012.                  | 110,66%                   |
| <b>META 15</b> | Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores, em PJe e GE.    | 106,35%                   |
| <b>META 16</b> | Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJe em pelo menos 10% das Varas do Trabalho.              | 113,64%                   |
| <b>META 17</b> | Aumentar em 10% (dez por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.            | 101,75%                   |
| <b>META 18</b> | Executar, até 09/2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível.                                 | 100,40%                   |

Se por um lado conseguiu-se identificar os maiores problemas que impedem efetivamente cumprir a missão institucional, por outro, exsurge a dificuldade de solucioná-los imediatamente. Trata-se de inconsistências sistêmicas historicamente absorvidas ao longo de décadas; da falta de sintonia entre bancos de dados; de divergência dos parâmetros que seguidos, ora do Conselho Nacional de Justiça/Justiça em Números (CNJ), ora do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ora do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os quais implicam retrabalho e tempo para acomodação. Da mesma forma, o levantamento desses dados e respectivas inconsistências permitiram a constatação da necessidade de se desenvolver competências específicas não só para a promoção dos ajustes necessários, como também para a manutenção da atividade de forma coerente e padronizada.

Nesse contexto, ações foram adotadas no sentido da depuração desses mesmos dados e inconsistências e assim desenvolvidas lógicas e simulações correlatas que vêm evidenciando quão equivocadas vêm sendo as informações jungidas a este Tribunal, a exemplo, dos dados estatísticos do site Justiça em Números, a partir das informações encaminhadas pelo próprio Tribunal.

### *2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações*

## **II. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO.**

A análise feita anteriormente, relacionada ao andamento do planejamento estratégico, revela o amadurecimento da instituição que vem avançando a partir da inserção de um novo referencial, qual seja a prestação do serviço público de forma planejada e monitorada.

Percebe-se que a falta do acultramento dessa realidade ainda é um obstáculo que se espera transpor. Isso porque estamos tratando de uma estrutura hierarquizada onde as deliberações quase sempre foram tomadas de acordo com o “feeling” da Administração, porquanto até então, desprovida de dados estatísticos e informações objetivas que autorizassem ações passíveis de medição.

Visando racionalizar os procedimentos e dar efetividade no cumprimento das decisões, facilitar o acesso à Justiça do Trabalho, promover a educação corporativa, a cidadania e a responsabilidade social, e garantir a infraestrutura física, de recursos humanos e de tecnologia da informação foi instituído o Programa de Modernização e Inovação do TRT5.

Analisando os resultados obtidos, é com satisfação que podemos perceber que estamos mais amadurecidos e fortalecidos como instituição que vem se modernizando e se consolidando como instrumento de justiça, paz social e cidadania.

Na racionalização de procedimentos e normas podemos destacar: a criação do Núcleo de Cooperação Judiciária visando fornecer maior integração com outros tribunais; regulamentação dos critérios e procedimentos para ajuda de custo para magistrados e servidores, bem como a remoção interna de servidores no âmbito do TRT5; formalização do fluxo de aprovação de projetos estratégicos e da utilização do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC); além, da aprovação do plano de obras do TRT5.

Na Eficiência Operacional, conseguimos terminar a primeira parte do projeto Gestão de Processos, realizando o redesenho de processos nas varas do Trabalho, elaborando o Manual de Rotinas das Varas Trabalhistas (Meta 5 de 2010). Também conseguimos alinhar o nosso Tribunal às Tabelas Unificadas do CNJ.

Outra norma fundamental foi o Provimento Conjunto número 4/2011 que regulamentou, no âmbito do TRT da 5ª Região, os procedimentos necessários à implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, sendo diretamente responsável pela eficiência do cadastro de 159.885 registros de dívidas, relativas a 54.826 partes devedoras distintas em menos de 30 dias úteis.

Também foi dado início ao processo de Reestruturação Organizacional, com o alinhamento da Secretaria de Gestão Estratégica e a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa, a criação do Departamento de Apoio à Atividade de Cálculos na 2ª Instância do Tribunal, com o objetivo de retificar e atualizar cálculos das decisões líquidas oriundas do 1º grau, bem como proceder à liquidação de decisões de 2ª instância.

A adoção do Sistema de Estatística e-Gestão, que consiste em um sistema eletrônico de gerenciamento e planejamento das atividades administrativas e judiciárias, que é usado para encaminhamento oficial das estatísticas da 2ª Instância do TRT5 desde maio de 2012 e a partir de 2013 de todo o 1ª Instância e que orgulhosamente recebemos a Medalha de Mérito Funcional, pelo reconhecimento da Corregedoria-

Geral da Justiça do Trabalho às equipes dos Regionais que se empenharam na sua implantação.

Na área de Gestão de Pessoas, iniciamos a implantação do processo de Gestão por Competência, que vai mapear conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma a preparar ainda mais cada um de nossos servidores para o desempenho de suas atividades. Sabemos da importância de qualificar nossos magistrados e servidores, razão pela qual em 2012 realizamos 211 eventos, contemplando 3.792 participantes, alguns dos quais estiveram envolvidos em mais de uma iniciativa.

As atividades se dividiram em treinamentos presenciais e educação à distância, tendo sido fornecido diversos cursos, tais como: Formação de Calculista; Sistema AUD; Novo Acordo Ortográfico; Atendimento ao Cidadão; Orçamento Público; Legislação aplicada à Gestão de Pessoas; Gerência de Projetos e outros. Houve ainda cursos com especialistas renomados, destinados principalmente a magistrados, seus assessores e assistentes, numa grande variedade temática. Foram abordados, entre outros assuntos: Teoria Geral da Responsabilidade Civil, Responsabilidade Subjetiva e Objetiva no Código Civil, Técnicas de Coleta de Prova, Soluções Criativas e Inovadoras para uma maior Efetividade da Execução Trabalhista, Teoria e Prática da Execução Trabalhista, Uso da Tecnologia na Execução e Fundamentação e Argumentação nas Decisões.

No Programa de Qualidade de Vida, que conta com diversos projetos, destacamos: a realização da 1ª Semana Institucional do TRT5, que mobilizou os magistrados, com palestras e oficinas de trabalho, sendo encerrado com a votação das propostas desenvolvidas pelos grupos temáticos sobre: Processo do Trabalho - Boas Práticas, Efetividade da Execução, Ações Sociais, Saúde e Perrogativas dos Magistrados; I Caminhada e Corrida Ecológica do TRT5, com 4,4 Km de percurso; palestras e workshops abordando temas como Obesidade, Prevenção de Doenças Cardiovasculares, Aspectos Psicológicos das Doenças Crônicas, Nutrição Saudável, Nutrição para Hipertensos e Diabéticos, Doenças Ocupacionais, Prevenção e Tratamento da Dor Crônica, Saúde do Adulto Maduro: Aspectos Fisiológicos do Envelhecimento, Atividade Física e Qualidade de Vida.



Também foram iniciados os programas de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, que visa mapear os riscos ambientais, como os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde dos trabalhadores; e, de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos magistrados e servidores. Em ambos o TRT5 cumpriu o percentual exigido pela meta nacional do poder judiciário de 2012, número 14, que previa a execução de pelo menos 60% das unidades mapeadas.

Na responsabilidade social e ambiental, nosso compromisso foi com a promoção da cidadania, realizando campanhas de orientação em segurança e direitos no trabalho. Ampliamos as itinerâncias, com o deslocamento de nossos magistrados e servidores e realizamos, em 2012, 840 audiências ao longo do ano, encerrando 639 processos, entre conclusos para sentença, conciliados, desistências, arquivados, apensados e remetidos a outra vara ou órgão. O valor conciliado chegou a R\$ 989.201,37 e o número de partes envolvidas nas conciliações atingiu a marca de 430.

O Tribunal também está adiantado no cumprimento da Resolução 103/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que define critérios para a contratação de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Acompanhando as questões ambientais, o TRT5 efetuou o registro de preços para a compra de 120 unidades de condicionadores de ar que possibilitam uma economia de até 60% de energia, além de utilizarem o gás ecológico R-410A, que dispensa o uso do gás CFC, causador de agressões à camada de Ozônio. Além de estar implantando de forma humana e exitosa o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que reduz, significativamente, o uso de papel.

Outra iniciativa social foi a contratação de deficientes auditivos visando a digitalização de processos do TRT5, colaborando com a remessa de processos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, a partir de agosto de 2010, passou a admitir recursos exclusivamente em formato digital – ação que vai assegurar a inclusão de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho da Bahia, fazendo nossa

instituição despontar como um Tribunal comprometido com a acessibilidade. Diariamente são escaneados uma média de mais de 120 processos, de vários volumes.

Outro ponto fundamental no Programa de Modernização e Inovação do TRT5 foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), que será o único sistema do Judiciário Trabalhista, e já está sendo exigido na abertura de novos processos na segunda instância do Tribunal do Trabalho da Bahia (TRT-BA) e nas varas de Santo Amaro, Candeias, Itabuna e Ilhéus. Uma meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina ainda que, em 2013, seja implantado em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal, como sistema exclusivo para novos processos.

O PJe promove mudanças em toda a estrutura da Justiça do Trabalho, extinguindo tarefas como carimbar e manusear a papelada, trazendo vantagens aos cofres públicos, ao meio ambiente e à saúde de quem lidava com a burocracia. O sistema também representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário.

O TRT da Bahia foi o sexto Tribunal do Trabalho do país a receber o PJe, apresentando ineditismo em dois aspectos: foi o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo grau e o primeiro a receber a versão nacional do PJe que, depois, seria levada para os demais regionais. Em 2013 implantaremos nas 39 varas da capital, trabalho que envolve toda a administração e que tem se caracterizado pela preocupação com o ser humano neste processo de mudança de paradigma.

Na infraestrutura, foi priorizada a área tecnológica, avançamos com a implantação do PJe em 10 varas do trabalho. Atualização de mais de 800 microcomputadores que estão substituindo equipamentos das varas e departamentos de 2º grau onde o PJe foi instalado e também nos demais fóruns que receberam o sistema em 2012. Essas unidades foram priorizadas, pois o PJe requer dois monitores por computador. Neste rol destacam-se a Mesa Diretora, o Tribunal Pleno, as salas de sessão, a Vara de Santo Amaro, os fóruns de Candeias, Itabuna e Ilhéus, gabinetes e turmas. As varas da capital e os departamentos administrativos também foram contemplados com novos

micros para substituir aqueles que estão fora da garantia ou obsoletos. Além dos computadores, foram entregues 250 novas impressoras e multifuncionais.

Instalação de Sala-cofre, que deve resguardar o centro de processamento de dados do Tribunal contra ameaças físicas, como fogo, calor, umidade e outros riscos. Testada e certificada segundo padrões internacionais, a sala-cofre é totalmente à prova de gases corrosivos, fumaça, água, roubo, acesso indevido, impacto, pó, explosão, magnetismo e armas de fogo. A segurança proporcionada é de fundamental importância para as exigências do PJe. Além da contratação de uma nova rede de comunicações que propiciará, em média, quatro vezes mais velocidade na rede informatizada que liga as diversas unidades judiciárias do Estado com o Tribunal. A rede intensificará a conexão entre os fóruns trabalhistas, varas do Trabalho isoladas e Postos Avançados da Justiça do Trabalho com a sede.

Buscamos ainda melhorar a infraestrutura física de nossas instalações, obedecendo ao Plano de Obras, em consonância com a Resolução 70 do CSJT. Diversas obras foram realizadas com a supervisão do Departamento de Obras, do Serviço de Apoio às Unidades do Interior (Saui) e do Serviço de Atendimento Gerais:

- Santo Amaro - Além da adaptação das redes lógicas e elétrica e da instalação de novo mobiliário no atual fórum para o PJe, foi concluída a construção do novo fórum;
- Alagoinhas - Iniciada a obra do novo fórum, que vai ter capacidade para abrigar três varas trabalhistas, uma a mais em relação às duas instaladas atualmente;
- Ipiauí - O Tribunal recebeu em agosto a escritura de um terreno de 5.000 m<sup>2</sup> em Ipiauí, destinado à construção do novo fórum trabalhista. A doação foi feita pela prefeitura daquele município;
- Paulo Afonso - a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) entregou a escritura da área doada para a nova sede da Justiça do Trabalho em Paulo Afonso. O terreno mede 2.682,87 m<sup>2</sup>.

Foram realizadas reformas em Simões Filho, com ampliação das secretarias das duas varas, e também em Camaçari, Candeias, Euclides da Cunha, Barreiras e Itaberaba. Reforma elétrica e recuperação do prédio em Itapetinga. Em Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas houve recuperação do telhado e, em Brumado, pintura das

paredes da sede. Em Juazeiro, foi iniciada a reforma, que dedica especial atenção à parte elétrica.

Inclusão de pontos para mais computadores nas 39 varas da capital. Modificação do leiaute de 14 varas com a instalação de salas para juiz auxiliar, assistente e calculista. Elaboração das cartilhas de procedimentos de segurança para obras no Tribunal e para trabalhos supervisionados pelo Serviço de Atendimentos Gerais (manutenção civil, conservação e operações). No Fórum do Comércio houve a instalação do Setor de Arquivo, a remoção da grua de aço do terraço e a revisão elétrica nos transformadores de alta tensão. Ainda em Salvador, nos edifícios Coqueijo Costa e Presidente Médici, aconteceu a revisão elétrica, de refletores e luminárias dos estacionamentos e áreas comuns.

A mais recente conquista foi a consolidação de nossa gestão estratégica, que se destacou entre todos os regionais trabalhistas, levando-se em consideração os resultados apresentados nos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Tribunal Regional da 5ª Região alcançou cerca de 80% no cumprimento. A informação foi divulgada durante a reunião preparatória para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília, em outubro. No plano interno, a Gestão Estratégica garante a participação e a articulação entre os diversos setores, combinando envolvimento da alta administração, gestão participativa, organização técnica e capacitação, planejamento, comunicação e monitoramento. Já para o público do Tribunal, representa maior transparência.

Os prêmios e reconhecimentos conquistados e a nossa representatividade no cenário nacional são uma prova do quanto estamos trilhando o caminho da excelência. De fato, quando somamos competências, podemos multiplicar resultados.

## **PROPOSIÇÃO DE PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS**

Campanhas para a disseminação do planejamento estratégico como mudança de paradigma na gestão da coisa pública.

Assessoramento permanente, em todos os níveis hierárquicos, nas questões técnicas relacionadas ao planejamento estratégico do Tribunal e o seu alinhamento institucional.

Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário de 2009, 2010 e 2012 (Metas de Nivelamento e respectivo Plano de Ação e Metas Prioritárias).

Ajuste do planejamento estratégico do Tribunal (Aperfeiçoamento/Grau de maturidade).

Apoio às atividades dos Gestores Nacionais das Metas do Poder Judiciário do Tribunal, com destaque para o levantamento das pendências e ações voltadas ao cumprimento das Metas.

Ações voltadas à limpeza da base de dados, à identificação de inconsistência nas tramitações dos processos, à comunicação dos sistemas de arquivo de processos findos com o sistema de acompanhamento de processos ativos; transparência das informações processuais na internet.

Participação em eventos nacionais sobre planejamento estratégico.

Ações imediatas de alto impacto e baixo risco relacionadas à redução dos custos de manutenção da máquina administrativa.

Acompanhamento e medição dos indicadores trimestrais, semestrais e anuais estratégicos do Tribunal.

Instituição de política de priorização de obras a partir de critérios objetivos relacionados à situação física dos imóveis e à prestação jurisdicional.

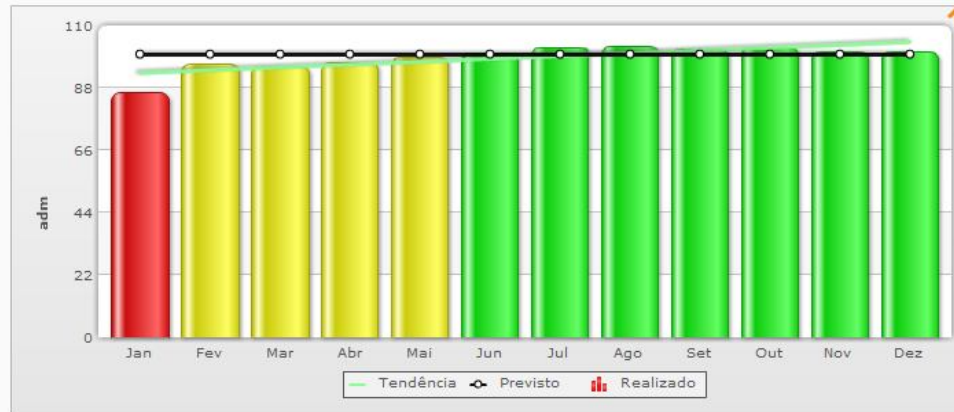
Realização de Reuniões de Análise Estratégica – RAE com o intuito de avaliar os resultados das ações iniciadas e propor novas ações, de acordo com a estratégia definida.

Estruturação do Escritório de Projetos e Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos e Táticos do TRT5.

Elaborou matriz que permite a priorização de investimentos em obras, a partir de um referencial objetivo, que subsidiará a construção participando da revisão anual do Plano de Obras, além da emissão de parecer técnico de viabilidade;

Acompanhou e mediu os indicadores trimestrais, semestrais e anuais estratégicos do Tribunal;

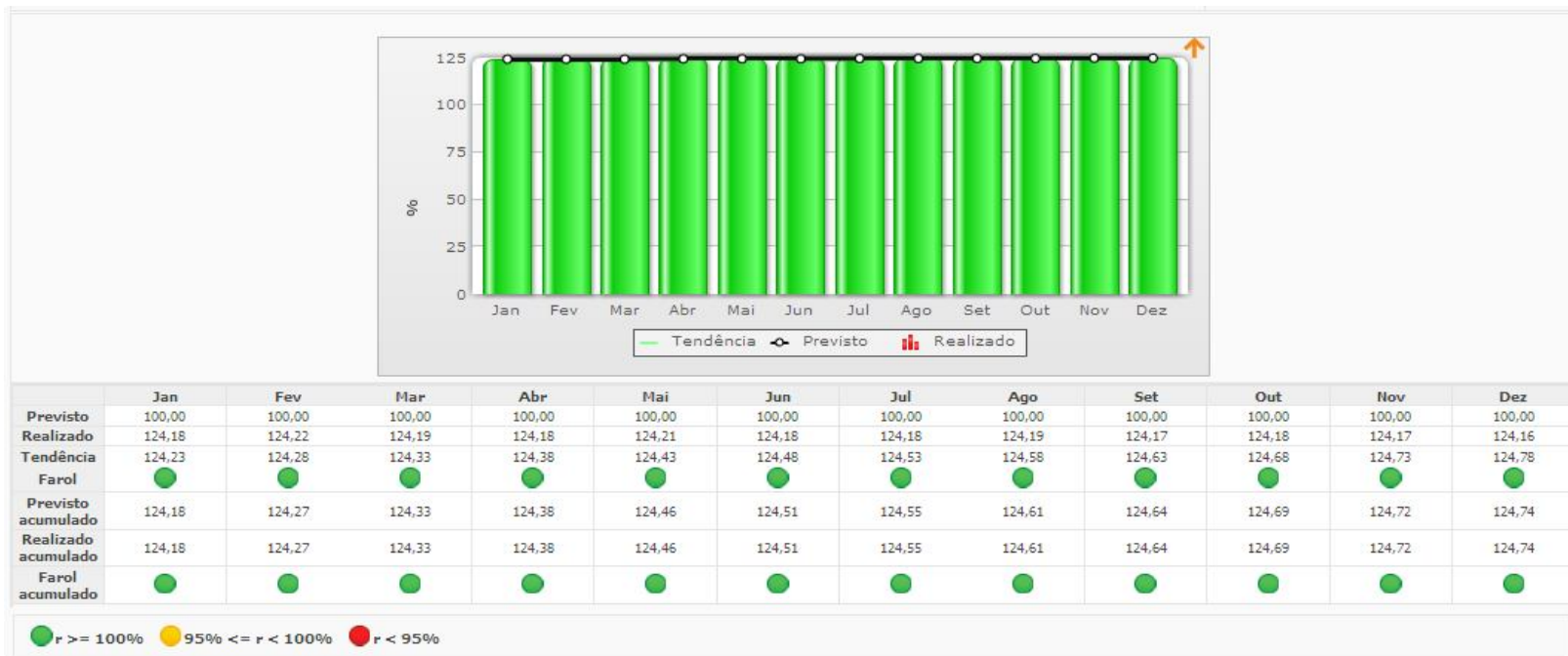
**META01-Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012**



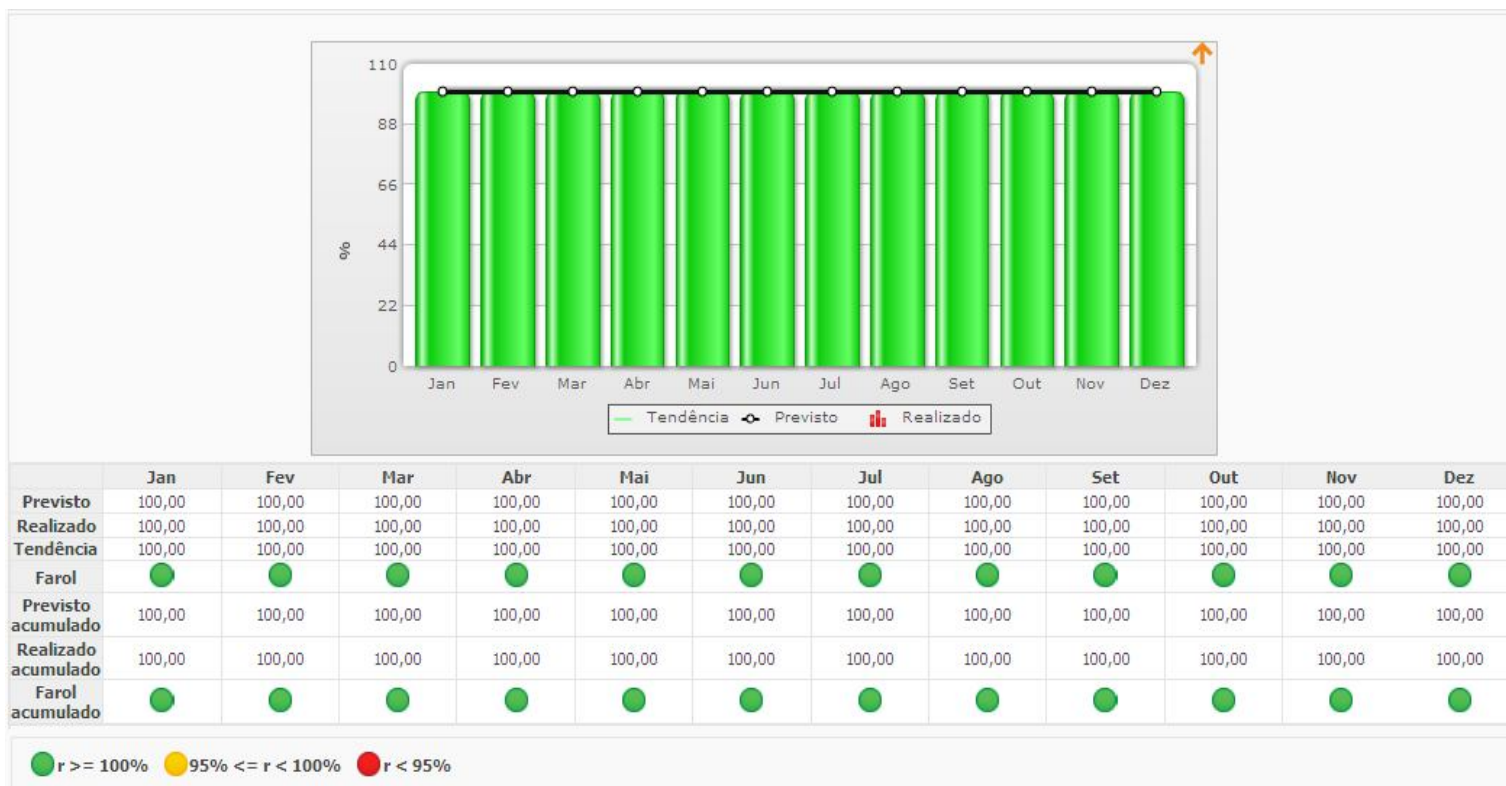
|                     | Jan   | Fev   | Mar   | Abr   | Mai   | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out   | Nov   | Dez   |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Previsto            | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Realizado           | 86,3  | 104,8 | 94,6  | 99,5  | 105,0 | 108,9 | 113,6 | 105,1 | 93,8  | 107,4 | 85,6  | 101,8 |
| Tendência           | 93,3  | 94,3  | 95,3  | 96,3  | 97,3  | 98,2  | 99,2  | 100,2 | 101,2 | 102,2 | 103,2 | 104,2 |
| Farol               | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     |
| Previsto acumulado  | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Realizado acumulado | 86,3  | 96,6  | 95,7  | 96,7  | 98,6  | 100,3 | 102,3 | 102,7 | 101,7 | 102,3 | 100,8 | 100,9 |
| Farol acumulado     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     |

●  $r \geq 100\%$  ●  $95\% \leq r < 100\%$  ●  $r < 95\%$

**META02 - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008**



**META03 - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça**

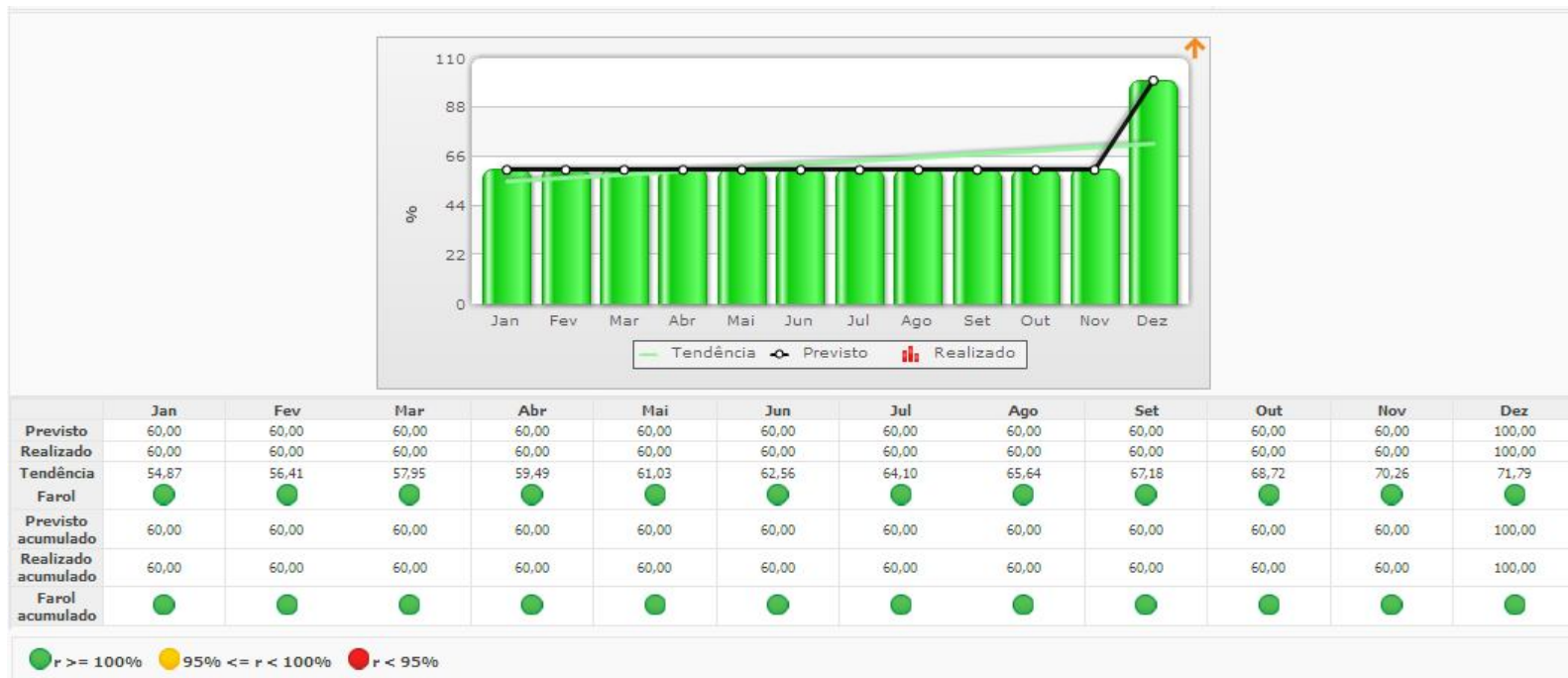




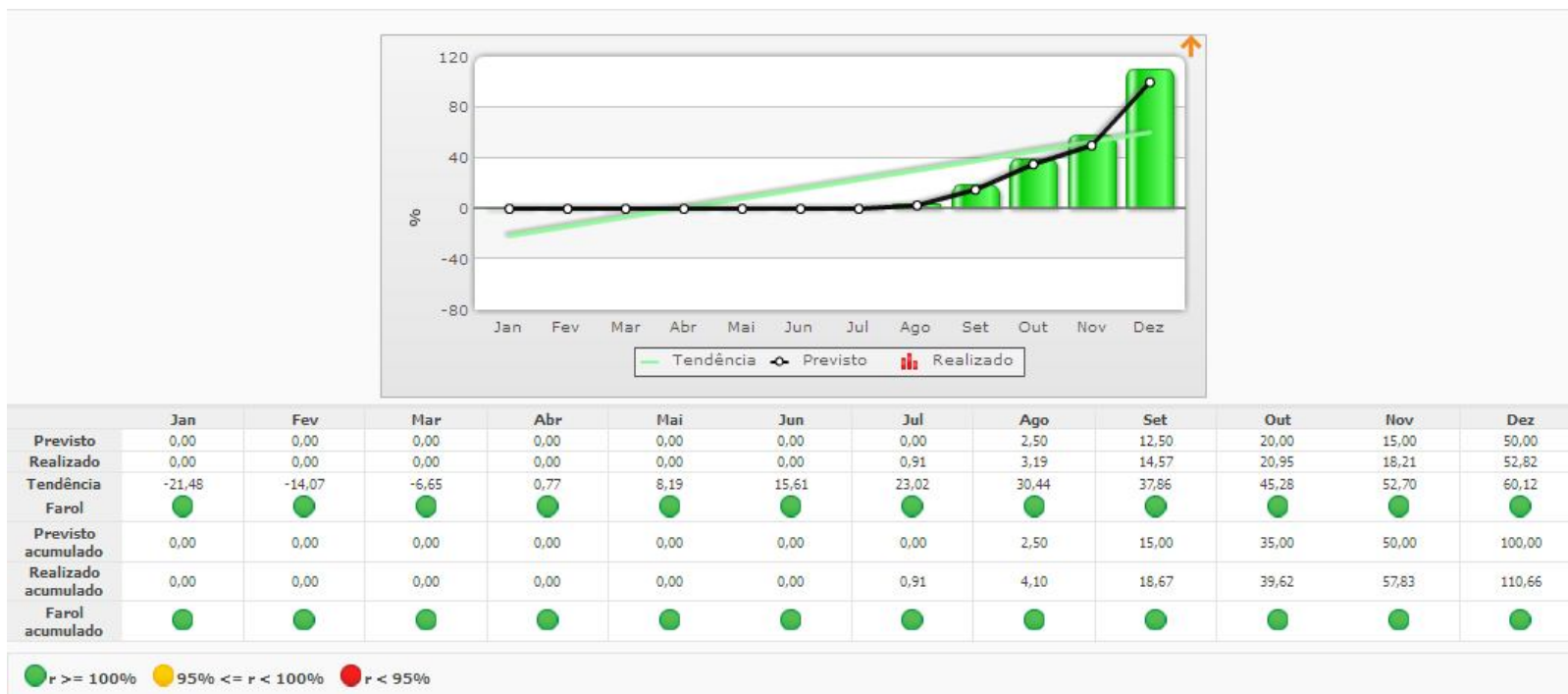
### META04 - Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação



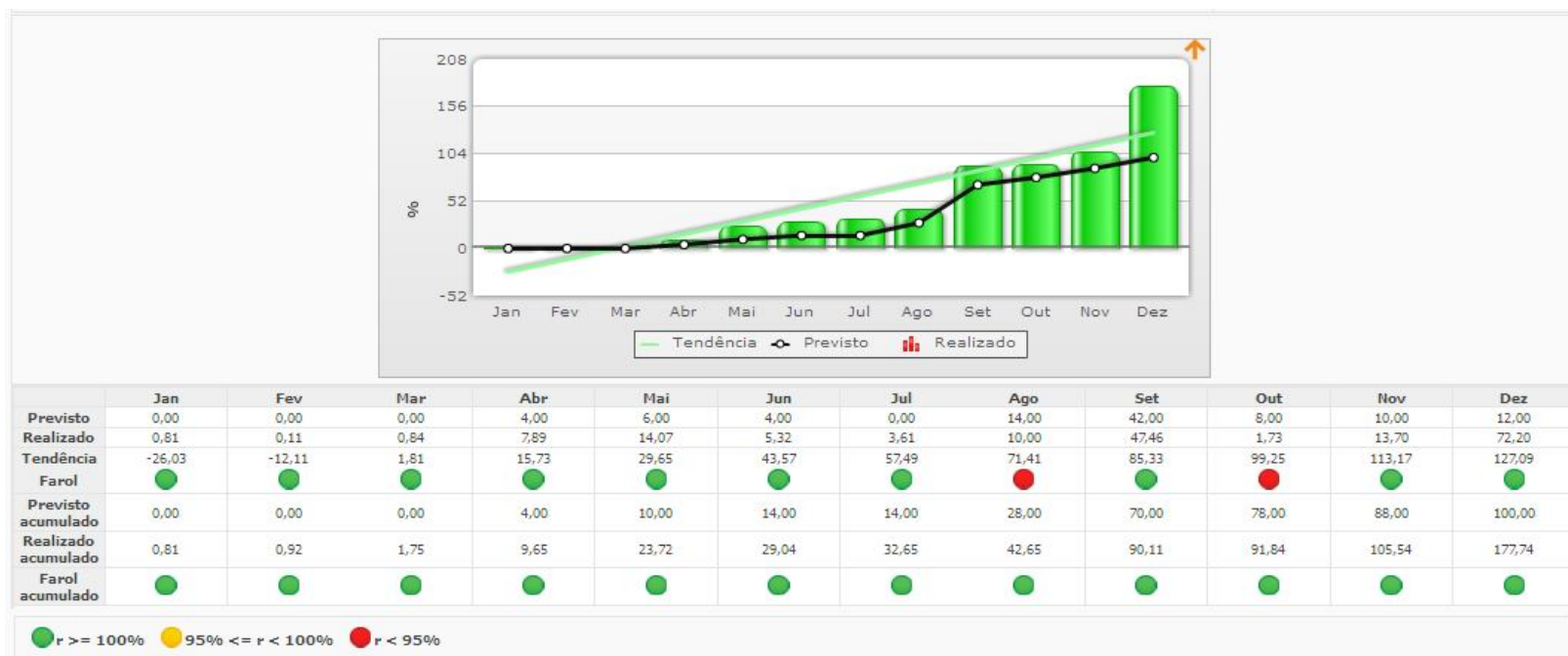
**META05 - Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custos e emissão de guia para recolhimento**



**META14 - Implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das unidades judiciárias e administrativas**



**META15 - Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico e em gestão estratégica**



**META16 - Implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJE em pelo menos 10% das Varas do Trabalho de cada Tribunal**



|                     | Jan    | Fev   | Mar   | Abr  | Mai   | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out   | Nov   | Dez    |
|---------------------|--------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Previsto            | 0,00   | 0,00  | 0,00  | 0,00 | 10,00 | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 20,00 | 70,00  |
| Realizado           | 0,00   | 0,00  | 0,00  | 0,00 | 11,36 | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 0,00  | 22,73 | 79,55  |
| Tendência           | -14,57 | -8,65 | -2,73 | 3,19 | 9,11  | 15,03 | 20,95 | 26,87 | 32,79 | 38,71 | 44,63 | 50,55  |
| Farol               | ●      | ●     | ●     | ●    | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●      |
| Previsto acumulado  | 0,00   | 0,00  | 0,00  | 0,00 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 34,09 | 113,64 |
| Realizado acumulado | 0,00   | 0,00  | 0,00  | 0,00 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 11,36 | 34,09 | 113,64 |
| Farol acumulado     | ●      | ●     | ●     | ●    | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●      |

●  $r \geq 100\%$    ●  $95\% \leq r < 100\%$    ●  $r < 95\%$

**META17 - Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011**



|                     | Jan   | Fev  | Mar   | Abr   | Mai   | Jun   | Jul   | Ago   | Set   | Out   | Nov   | Dez    |
|---------------------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Previsto            | 8,33  | 8,33 | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,34   |
| Realizado           | 3,82  | 4,60 | 7,56  | 6,41  | 9,30  | 7,56  | 7,00  | 12,73 | 11,67 | 12,74 | 9,60  | 8,75   |
| Tendência           | -2,82 | 6,42 | 15,65 | 24,89 | 34,12 | 43,35 | 52,59 | 61,82 | 71,05 | 80,29 | 89,52 | 98,76  |
| Farol               | ●     | ●    | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●      |
| Previsto acumulado  | 3,82  | 8,42 | 15,98 | 22,39 | 31,69 | 39,26 | 46,26 | 58,99 | 70,67 | 83,40 | 93,01 | 101,75 |
| Realizado acumulado | 3,82  | 8,42 | 15,98 | 22,39 | 31,69 | 39,26 | 46,26 | 58,99 | 70,67 | 83,40 | 93,01 | 101,75 |
| Farol acumulado     | ●     | ●    | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●     | ●      |

●  $r \geq 100\%$  ●  $95\% \leq r < 100\%$  ●  $r < 95\%$

**META18 - Executar, até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal**



## MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2012

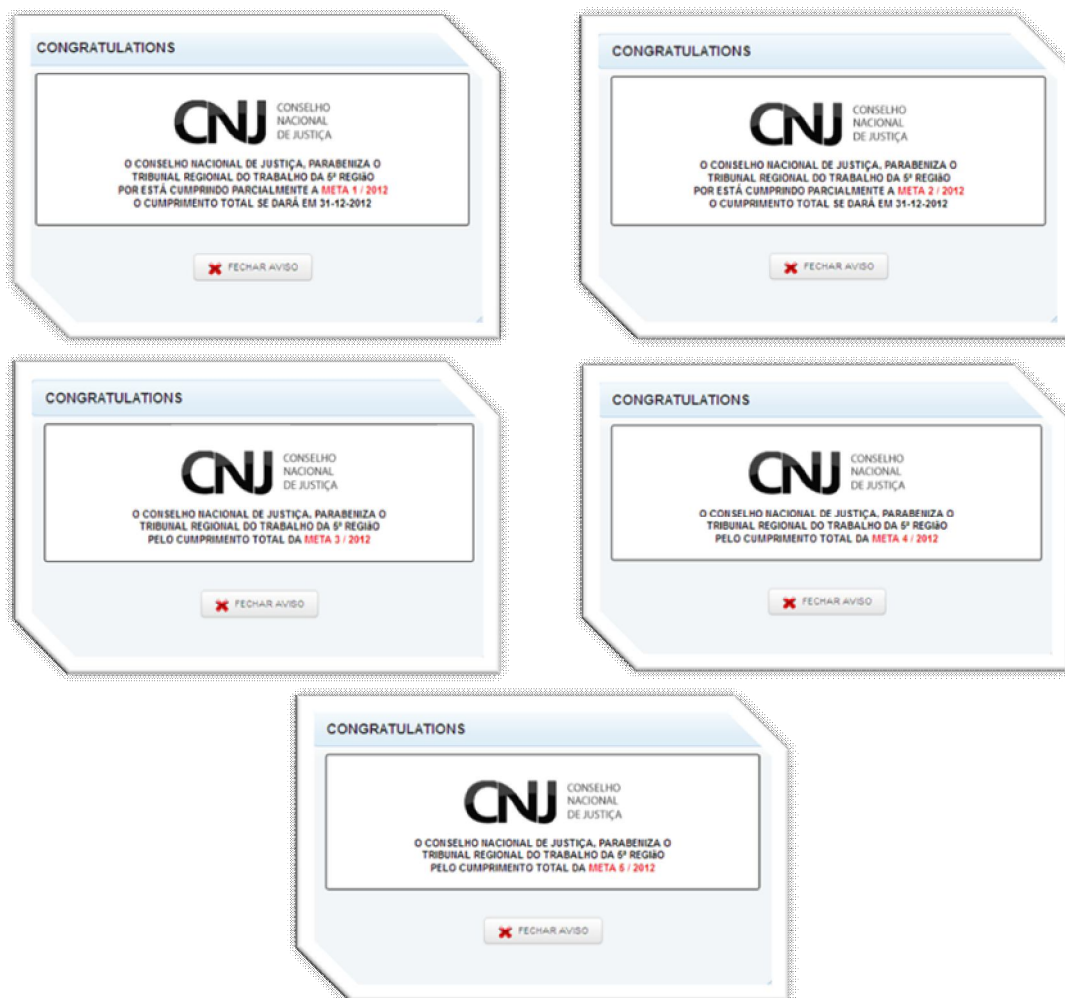
Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

Meta 2 - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008, na Justiça do Trabalho.

Meta 3 - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça.

Meta 4 - Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.

Meta 5 - Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.





## MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS ESPECÍFICAS PARA 2012

Meta 14 – Estabelecer o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em pelo menos 60% das unidades judiciárias e administrativas.

Meta 15 – Capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

Meta 16 - Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em, pelo menos, 10% das Varas de Trabalho de cada tribunal.

Meta 17 - Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

Meta 18 - Executar, até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas de pessoal.



## 2.4 Indicadores

### Indicador 01:

| INDICADOR: GRAU DE ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA DO TRT DA 5ª REGIÃO |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Eficiência   |
| <b>O quê mede</b>   | Grau de adequação das unidades operacionais para o alcance dos objetivos estratégicos do TRT da 5ª Região. Este indicador considera a estrutura organizacional.  |
| <b>Quem mede</b>  | Assessoria de Organização e Métodos  |
| <b>Quando medir</b>   | Anual  |
| <b>Onde medir</b>   | Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa manter atualizado o Regulamento Geral de Secretaria para alinhar as unidades à estratégia do TRT.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>  | Quantidade de <i>unidades estruturalmente aptas</i> ao alcance da estratégia dividida pela quantidade total de <i>unidades envolvidas</i> a objetivos estratégicos.<br><br><i>Unidades estruturalmente aptas: unidades em conformidade com o Regulamento Geral de Secretaria e ligadas diretamente à projetos estratégicos.</i><br><i>Unidades envolvidas: são unidades ligadas diretamente à projetos estratégicos.</i> |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{01} = \frac{\text{Quantidade de unidades estruturalmente aptas}}{\text{Quantidade total de unidades envolvidas com objetivos estratégicos}}$   |
| <b>Situação atual</b>   | 20,00%   |
| <b>META</b>   | 2010 - 40,00%; 2011 - 60,00%; 2012 - 75,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%   |

### Indicador 02 :

| INDICADOR: ÍNDICE DE REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                              | Eficiência  |
| <b>O quê mede</b>                                     | Percentual de procedimentos que se encontram documentados   |
| <b>Quem mede</b>                                      | Assessoria de Organização e Métodos   |
| <b>Quando medir</b>                                   | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                                     | Base de Dados da Assessoria de Organização e Métodos  |
| <b>Por quê medir</b>                                  | Visa documentar todos os procedimentos das unidades.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                    | Número de procedimentos documentados dividido pelo número total de procedimentos identificados no TRT da 5ª Região      |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{02} = \frac{\text{Quantidade de procedimentos documentados}}{\text{Total de procedimentos identificados no TRT}}$ |
| <b>Situação atual</b>                                 | 50,00%  |
| <b>META</b>   | 2010 - 60,00%; 2011 - 70,00%; 2012 - 80,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%  |

**Indicador 03:**

| INDICADOR: GRAU DE EFETIVIDADE DOS PROCEDIMENTOS |  |
|--|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                         | Eficiência   |
| <b>O quê mede</b>                                | Grau de racionalidade, eficiência e eficácia dos processos e procedimentos de trabalho do TRT da 5ª Região   |
| <b>Quem mede</b>                                 | Assessoria de Organização e Métodos  |
| <b>Quando medir</b>                              | Anual  |
| <b>Onde medir</b>                                | Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos   |
| <b>Por quê medir</b>                             | Visa racionalizar os processos de trabalho nas unidades operacionais do TRT da 5ª Região.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>               | Quantidade de <i>unidades mapeadas e documentadas</i> dividida pela quantidade total das unidades do TRT da 5ª Região.<br><br><i>Unidades mapeadas e documentadas: unidades em que tenham sido realizados o mapeamento dos processos de trabalho e a descrição dos procedimentos com êxito na obtenção dos resultados.</i> |
| <b>Fórmula</b>                                   | $Ind_{03} = \frac{\text{Quantidade de unidades mapeadas e documentadas}}{\text{Total de unidades do TRT no fim do exercício}}$   |
| <b>Situação atual</b>                            | 20,00%   |
| <b>META</b>                                      | 2010 - 40,00%; 2011 - 45,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 55,00%; 2014 - 60,00%  |

**Indicador 04 :**

| INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR VARA |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                   | Eficiência  |
| <b>O quê mede</b>                          | Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Varas  |
| <b>Quem mede</b>                           | Assessoria de Organização e Métodos   |
| <b>Quando medir</b>                        | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                          | Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos  |
| <b>Por quê medir</b>                       | Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelas Varas.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>         | Quantidade de Varas que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Varas do TRT da 5ª Região. |
| <b>Fórmula</b>                             | $Ind_{04} = \frac{\text{Quantidade de Varas padronizadas}}{\text{Total de Varas do TRT}}$                                       |
| <b>Situação atual</b>                      | 70,00%  |
| <b>META</b>                                | 2010 - 80,00%; 2011 - 85,00%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%   |

**Indicador 05:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR GABINETE</b> |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                              | Eficiência   |
| <b>O quê mede</b>                                     | Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Gabinetes   |
| <b>Quem mede</b>                                      | Assessoria de Organização e Métodos  |
| <b>Quando medir</b>                                   | Anual  |
| <b>Onde medir</b>                                     | Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos   |
| <b>Por quê medir</b>                                  | Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelos Gabinetes.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                    | Quantidade de Gabinetes que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Gabinetes do TRT da 5ª. |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{05} = \frac{\text{Quantidade de Gabinetes padronizadas}}{\text{Total de Gabinetes do TRT}}$                                |
| <b>Situação atual</b>                                 | 80,00%   |
| <b>META</b>   | 2010 - 85,00%; 2011 - 87,50%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%  |

**Indicador 06 :**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR TURMA</b> |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                           | Eficiência  |
| <b>O quê mede</b>                                  | Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Turmas   |
| <b>Quem mede</b>                                   | Assessoria de Organização e Métodos   |
| <b>Quando medir</b>                                | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                                  | Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos  |
| <b>Por quê medir</b>                               | Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelas Turmas.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                 | Quantidade de Turmas que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Turmas do TRT da 5ª Região. |
| <b>Fórmula</b>                                     | $Ind_{06} = \frac{\text{Quantidade de Turmas padronizadas}}{\text{Total de Turmas do TRT}}$                                       |
| <b>Situação atual</b>                              | 80,00%  |
| <b>META</b>  | 2010 - 85,00%; 2011 - 87,50%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%   |

**Indicador 07:**

| <b>INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA – FASE DE COGNIÇÃO</b> |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Eficiência  |
| <b>O quê mede</b>   | Mede o índice de congestionamento na fase de cognição na 1ª instância   |
| <b>Quem mede</b>  | Serviço de Gerenciamento de Dados   |
| <b>Quando medir</b>   | Semestral   |
| <b>Onde medir</b>   | Boletim Estatístico   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar o grau de congestionamento em 1ª instância na fase de cognição.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>  | Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 1ª Instância na fase de cognição do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase. |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{07} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>   |
| <b>Situação atual</b>   | 50,00%  |
| <b>META</b>   | 2010 - 40,00%; 2011 - 36,00%; 2012 - 34,20%; 2013 - 32,49%; 2014 - 30,00%   |

**Indicador 08 :**

| <b>INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 2ª INSTÂNCIA – FASE DE COGNIÇÃO</b> |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Eficiência  |
| <b>O quê mede</b>   | Mede o índice de congestionamento na fase de cognição na 2ª instância   |
| <b>Quem mede</b>  | Serviço de Gerenciamento de Dados   |
| <b>Quando medir</b>   | Semestral   |
| <b>Onde medir</b>   | Boletim Estatístico   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar o grau de congestionamento em 2ª instância na fase de cognição.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>  | Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 2ª Instância na fase de cognição do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase. |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{08} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>   |
| <b>Situação atual</b>   | 37,00%  |
| <b>META</b>   | 2010 - 29,60%; 2011 - 26,64%; 2012 - 25,31%; 2013 - 24,04%; 2014 - 22,84%   |

**Indicador 09:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 1ª INSTÂNCIA</b> |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                                      | Eficiência   |
| <b>O quê mede</b>   | Mede o percentual de decisões líquidas na fase de conhecimento em 1ª instância   |
| <b>Quem mede</b>  | Serviço de Gerenciamento de Dados  |
| <b>Quando medir</b>   | Trimestral   |
| <b>Onde medir</b>   | Base de Dados do Gerenciamento de Dados  |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar o grau de decisões líquidas em 1ª instância na fase de conhecimento.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                            | Relação entre total de decisões líquidas e total de processos julgados na 1ª Instância no período de referência  |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{09} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de decisões líquidas}}{\sum_1^m \text{Quantidade de processos julgados}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>   | -  |
| <b>META</b>   | 2010 - 20,00%; 2011 - 35,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 65,00%; 2014 - 80,00%  |

**Indicador 10 :**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 2ª INSTÂNCIA</b> |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                                      | Eficiência   |
| <b>O quê mede</b>   | Mede o percentual de decisões líquidas na fase de conhecimento em 2ª instância   |
| <b>Quem mede</b>  | Serviço de Gerenciamento de Dados  |
| <b>Quando medir</b>   | Trimestral   |
| <b>Onde medir</b>   | Base de Dados do Gerenciamento de Dados  |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar o grau de decisões líquidas em 2ª instância na fase de conhecimento.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                            | Relação entre total de decisões líquidas e total de processos julgados na 2ª Instância no período de referência  |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{10} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de decisões líquidas}}{\sum_1^m \text{Quantidade de processos julgados}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>   | -  |
| <b>META</b>   | 2010 - 20,00%; 2011 - 35,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 65,00%; 2014 - 80,00%  |

**Indicador 11:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA</b> |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                     | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                            | Pontos de atendimento físicos e eletrônicos do TRT da 5ª Região.  |
| <b>Quem mede</b>                             | Assessoria de Planejamento e Economia   |
| <b>Quando medir</b>                          | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                            | Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia  |
| <b>Por quê medir</b>                         | Visa identificar o grau de capilaridade e acesso ao Tribunal.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>           | Relação entre a quantidade de pontos físicos e eletrônicos* do TRT e a quantidade total de municípios do estado da Bahia.<br><br>* Pontos eletrônicos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a internet equivale a um ponto físico;</li> <li>• terminal de auto-atendimento fora dos pontos físicos instalados pelo TRT e contam como um ponto físico por localidade de instalação.</li> </ul> |
| <b>Fórmula</b>                               | $Ind_{11} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos}}{\text{Total de município do estado da Bahia}}$   |
| <b>Situação atual</b>                        | 8,39% (para 417 municípios, fonte IBGE-2010)  |
| <b>META</b>                                  | 2010 - 9,11%; 2011 - 9,35%; 2012 - 10,07%; 2013 - 10,31%; 2014 - 10,55%   |

**Indicador 12 :**

| <b>INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA – FASE DE EXECUÇÃO</b> |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>   | Mede o índice de congestionamento na fase de execução na 1ª instância   |
| <b>Quem mede</b>  | Serviço de Gerenciamento de Dados   |
| <b>Quando medir</b>   | Semestral   |
| <b>Onde medir</b>   | Boletim Estatístico   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar o grau de congestionamento em 1ª instância na fase de execução.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>  | Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 1ª Instância na fase de execução do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase. |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{12} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$<br><i>Onde m é o mês de referência.</i>  |
| <b>Situação atual</b>   | 95,00%  |
| <b>META</b>   | 2010 - 76,00%; 2011 - 68,40%; 2012 - 64,98%; 2013 - 61,73%; 2014 - 58,64%   |

**Indicador 13:**

| <b>INDICADOR: NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS.</b> |  |
|--|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>   | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>  | Número de pessoas beneficiadas pelas ações sociais promovidas pelo TRT da 5ª Região.   |
| <b>Quem mede</b>   | Serviço de Projetos Especiais  |
| <b>Quando medir</b>  | Anual  |
| <b>Onde medir</b>  | Base de dados do Serviço de Assessoramento de Projetos Especiais   |
| <b>Por quê medir</b>   | Visa identificar o número de pessoas beneficiadas pelas ações sociais promovidas pelo TRT da 5ª Região.                                    |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                                       | Quantidade total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais  |
| <b>Fórmula</b>   | $Ind_{13} = \sum_1^m \text{Quantidade de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais}$<br><i>Onde m é o mês de referência.</i> |
| <b>Situação atual</b>  | -  |
| <b>META</b>  | 2010 - 100; 2011 - 200; 2012 - 300; 2013 - 400; 2014 - 500   |

**Indicador 14 :**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS</b> |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                                      | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>   | Identificar o percentual de projetos estratégicos que obtiveram sucesso no alcance dos objetivos estratégicos.               |
| <b>Quem mede</b>  | Assessoria de Planejamento e Economia  |
| <b>Quando medir</b>   | Anual  |
| <b>Onde medir</b>   | Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar o percentual de êxito de projetos estratégicos.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                            | Relação entre os projetos estratégicos concluídos com sucesso e o total de projetos estratégicos no período de referência    |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{14} = \frac{\text{Quantidade de projetos estratégicos concluídos com sucesso}}{\text{Total de projetos estratégicos}}$ |
| <b>Situação atual</b>   | 0,00%  |
| <b>META</b>   | 2010 - 30,00%; 2011 - 50,00%; 2012 - 70,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%   |



**Indicador 15:**

**INDICADOR:** ÍNDICE DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA JUDICIÁRIA REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DO CNJ

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>           | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                  | Número de boas práticas encaminhadas  |
| <b>Quem mede</b>                   | Assessoria de Planejamento e Economia   |
| <b>Quando medir</b>                | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                  | Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia  |
| <b>Por quê medir</b>               | Visa identificar o número de boas práticas, na área judiciária, registradas no CNJ.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b> | Soma de boas práticas da área judiciária registradas no CNJ no período de referência  |
| <b>Fórmula</b>                     | $Ind_{15} = \sum_1^m \text{Quantidade de boas práticas da área judiciária registradas no CNJ}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>              | 0   |
| <b>META</b>                        | 2010 - 3; 2011 - 3; 2012 - 3; 2013 - 3; 2014 - 3  |

**Indicador 16 :**

**INDICADOR:** ÍNDICE DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DO CNJ.

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>           | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                  | Percentual de aproveitamento de ações registradas no banco de boas práticas.  |
| <b>Quem mede</b>                   | Assessoria de Planejamento e Economia   |
| <b>Quando medir</b>                | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                  | Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia  |
| <b>Por quê medir</b>               | Visa identificar o número de boas práticas, na área administrativa, registradas no CNJ.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b> | Soma de boas práticas da área administrativa registradas no CNJ no período de referência  |
| <b>Fórmula</b>                     | $Ind_{16} = \sum_1^m \text{Quantidade de boas práticas da área administrativa registradas no CNJ}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>              | 0   |
| <b>META</b>                        | 2010 - 3; 2011 - 2; 2012 - 2; 2013 - 2; 2014 - 2  |

**Indicador 17:**

| INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO EXTERNO |  |
|--|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                           | Eficácia   |
| <b>O quê mede</b>                                  | Avalia o grau de satisfação dos públicos externos  |
| <b>Quem mede</b>                                   | Secretaria de Gestão de Pessoas  |
| <b>Quando medir</b>                                | Anual  |
| <b>Onde medir</b>                                  | Pesquisa de Satisfação dos usuários externos   |
| <b>Por quê medir</b>                               | Visa avaliar o grau de satisfação do público externo.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                 | Relação da quantidade de pessoas externas satisfeitas e total de entrevistados externos.                                     |
| <b>Fórmula</b>                                     | $Ind_{17} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$ |
| <b>Situação atual</b>                              | 71,70%   |
| <b>META</b>  | 2010 - 74,36%; 2011 - 77,02%; 2012 - 79,68%; 2013 - 82,34%; 2014 - 85,00%  |

**Indicador 18 :**

| INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO |  |
|--|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                           | Eficácia   |
| <b>O quê mede</b>                                  | Avalia o grau de satisfação do público interno.  |
| <b>Quem mede</b>                                   | Secretaria de Gestão de Pessoas  |
| <b>Quando medir</b>                                | Anual  |
| <b>Onde medir</b>                                  | Pesquisa de Clima Organizacional   |
| <b>Por quê medir</b>                               | Visa avaliar o grau de satisfação do público interno.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                 | Relação da quantidade de pessoas internas satisfeitas e total de entrevistados internos.                                     |
| <b>Fórmula</b>                                     | $Ind_{18} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$ |
| <b>Situação atual</b>                              | 93,20%   |
| <b>META</b>  | 2010 - 93,70%; 2011 - 94,20%; 2012 - 94,70%; 2013 - 95,20%; 2014 - 95,70%  |

**Indicador 19:**

| INDICADOR: ÍNDICE DE INSERÇÕES NA MÍDIA |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                       | Quantidade de inserções na mídia externa.   |
| <b>Quem mede</b>                        | Assessoria de Comunicação   |
| <b>Quando medir</b>                     | Trimestral  |
| <b>Onde medir</b>                       | Base de Dados da Assessoria de Comunicação  |
| <b>Por quê medir</b>                    | Visa medir a quantidade de inserções na mídia externa.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>      | Índice calculado pelo total de inserções na mídia com base no clipping eletrônico no período de apuração.   |
| <b>Fórmula</b>                          | $Ind_{19} = \sum_{i=1}^m \text{Quantidade inserções na mídia com base no clipping eletrônico}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>                   | 690   |
| <b>META</b>                             | 2010 - 759; 2011 - 834; 2012 - 917; 2013 - 1008; 2014 - 1108  |

**Indicador 20 :**

| INDICADOR: ÍNDICE DE MATÉRIAS POSITIVAS |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                       | Percentual das inserções positivas na mídia externa.  |
| <b>Quem mede</b>                        | Assessoria de Comunicação   |
| <b>Quando medir</b>                     | Trimestral  |
| <b>Onde medir</b>                       | Base de dados da Assessoria de Comunicação  |
| <b>Por quê medir</b>                    | Visa medir o percentual de matérias veiculadas na mídia externa de forma positiva.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>      | Relação entre o total de inserções positivas na mídia externa e o total de inserções na mídia no período de referência.   |
| <b>Fórmula</b>                          | $Ind_{20} = \frac{\sum_{i=1}^m \text{Quantidade de inserções positivas na mídia}}{\sum_{i=1}^m \text{Quantidade de inserções na mídia}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>                   | 90,00%  |
| <b>META</b>                             | 2010 - 91,00%; 2011 - 92,00%; 2012 - 93,00%; 2013 - 94,00%; 2014 - 95,00%   |

**Indicador 21:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO TOTAL</b> |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                      | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>                             | Mede o percentual médio diário de magistrados e servidores afastados por acidente em serviço, para tratamento da própria saúde ou demais licenças previstas em lei.  |
| <b>Quem mede</b>                              | Secretaria de Gestão de Pessoas  |
| <b>Quando medir</b>                           | Semestral  |
| <b>Onde medir</b>                             | Banco de dados do Sistema de Recursos Humanos  |
| <b>Por quê medir</b>                          | Visa medir o grau de afastamento por motivo de saúde e outras licenças de pessoal.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>            | Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas e de pessoal dos magistrados e servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência, devendo ser informada a memória de cálculo referente a magistrados e servidores (subíndices) |
| <b>Fórmula</b>                                | $Ind_{21} = \frac{\sum_{i=1}^m \frac{Quantidadedelicenças\médicas\ e\ de\ pessoal}{(Qdedemagistrados + Qdedeservidores) * (Qdedediasdomês\ de\ referência)}}{m}$ <p style="text-align: right;"><i>m é o mês de referência.</i></p>   |
| <b>Situação atual</b>                         | 6,30%  |
| <b>META</b>                                   | 2010 - 6,00%; 2011 - 5,50%; 2012 - 5,00%; 2013 - 4,50%; 2014 - 4,00%   |

**Indicador 21.1:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO POR MOTIVO DE SAÚDE</b> |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                                    | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>   | Mede o percentual médio diário de magistrados e servidores afastados por acidente em serviço, para tratamento da própria saúde ou demais licenças previstas em lei.   |
| <b>Quem mede</b>  | Serviço de Saúde  |
| <b>Quando medir</b>   | Semestral   |
| <b>Onde medir</b>   | Banco de dados do Sistema de Recursos Humanos   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa medir o grau de afastamento por motivo de saúde.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                          | Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas dos magistrados e servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência, , devendo ser informada a memória de cálculo referente a magistrados e servidores (subíndices) |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{21.1} = \frac{\sum_{i=1}^m \frac{Quantidadedelicenças\médicas}{(Qdedemagistrados + Qdedeservidores) * (Qdedediasdomês\ de\ referência)}}{m}$ <p style="text-align: right;"><i>m é o mês de referência.</i></p>  |
| <b>Situação atual</b>                                       | -   |
| <b>META</b>   | 2010 - 4,00%; 2011 - 3,70%; 2012 - 3,50%; 2013 - 3,30%; 2014 - 3,00%  |

**Indicador 22 :****INDICADOR: ÍNDICE DE CASOS DE AFASTAMENTOS POR MOTIVO DE SAÚDE OCASIONADOS PELO TRABALHO**

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>           | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                  | Percentual de casos de afastamento por motivo de saúde ocasionados pelo trabalho em relação ao total de afastamentos, por motivo de saúde, da população do TRT da 5ª Região   |
| <b>Quem mede</b>                   | Serviço de Saúde  |
| <b>Quando medir</b>                | Semestral   |
| <b>Onde medir</b>                  | Registro dos atendimentos realizados por programa específico voltado à saúde ocupacional – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, após estabelecimento do nexos causal  |
| <b>Por quê medir</b>               | Visa medir o percentual de afastamento por motivo de saúde decorrentes do trabalho.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b> | Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas e de pessoal dos servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência.   |
| <b>Fórmula</b>                     | $Ind_{22} = \frac{\sum^m \text{Quantidade de licenças médicas decorrentes do trabalho}}{(Qde de magistrados + Qde de servidores) * (Qde de dias do mês de referência)}$ <p style="text-align: right;"><i>m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>              | -   |
| <b>META</b>                        | 2010 - 30,00%; 2011 - 25,00%; 2012 - 20,00%; 2013 - 15,00%; 2014 - 10,00%   |

**Indicador 23:****INDICADOR: SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO COM A QUALIDADE DE VIDA**

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>           | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>                  | Percentual de satisfação do público interno com a qualidade de vida  |
| <b>Quem mede</b>                   | Secretaria de Gestão de Pessoas  |
| <b>Quando medir</b>                | Anual  |
| <b>Onde medir</b>                  | Pesquisa de Clima Organizacional   |
| <b>Por quê medir</b>               | Visa medir a satisfação do público interno com a qualidade de vida.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b> | Relação da quantidade de pessoas internas satisfeitas com a qualidade de vida e total de entrevistados internos.             |
| <b>Fórmula</b>                     | $Ind_{23} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$ |
| <b>Situação atual</b>              | -  |
| <b>META</b>                        | 2010 - 50,00%; 2011 - 60,00%; 2012 - 70,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 80,00%  |

**Indicador 24 :**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS</b> |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Eficiência  |
| <b>O quê mede</b>   | Capacitação nas competências estratégicas   |
| <b>Quem mede</b>  | Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas   |
| <b>Quando medir</b>   | Anual   |
| <b>Onde medir</b>   | Banco de dados da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa medir o grau de capacitação nas competências estratégicas.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                                    | Quantidade de servidores ativos treinados com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de servidores ativos no final do exercício.  |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{24} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de servidores ativos treinados}}{\text{Total de servidores ativos no final do exercício}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>   | -   |
| <b>META</b>   | 2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%  |

**Indicador 25:**

| <b>INDICADOR: UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE SEGURANÇA</b> |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                                       | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>  | Quantidade de sedes alinhadas com o padrão de segurança do TRT da 5ª Região   |
| <b>Quem mede</b>   | Secretaria Administrativa   |
| <b>Quando medir</b>  | Anual   |
| <b>Onde medir</b>  | Base de dados da Secretaria Administrativa  |
| <b>Por quê medir</b>   | Visa identificar a quantidade de sedes alinhadas com o padrão de segurança do TRT da 5ª Região.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                             | Pontos físicos e eletrônicos considerados dentro do padrão/ total de pontos físicos e eletrônicos.<br><i>Padrão de segurança física: modelo instituído pela administração do TRT.</i> |
| <b>Fórmula</b>   | $Ind_{25} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos dentro do padrão}}{\text{Total de pontos físicos e eletrônicos do TRT}}$   |
| <b>Situação atual</b>  | -   |
| <b>META</b>  | 2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%  |

**Indicador 26 :**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM AS INSTALAÇÕES FÍSICAS</b> |   |
|---|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>   | Grau de satisfação dos servidores/magistrados com relação a infraestrutura física do TRT da 5ª Região   |
| <b>Quem mede</b>  | Secretaria de Gestão de Pessoas   |
| <b>Quando medir</b>   | Anual   |
| <b>Onde medir</b>   | Pesquisa de Clima Organizacional  |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa medir o grau de satisfação dos servidores e magistrados com a infraestrutura física da unidade.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                                | Relação entre avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas conforme padrão de instalações / total de avaliações nestes itens da pesquisa |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{26} = \frac{\text{Quantidade de avaliações positivas}}{\text{Total de avaliações}}$   |
| <b>Situação atual</b>   | 74,36%  |
| <b>META</b>   | 2010 - 76,00%; 2011 - 78,00%; 2012 - 80,00%; 2013 - 83,00%; 2014 - 85,00%   |

**Indicador 27:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A SEGURANÇA</b> |  |
|--|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                               | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>                                      | Grau de satisfação dos servidores/magistrados com relação à segurança do TRT da 5ª Região                                    |
| <b>Quem mede</b>                                       | Secretaria de Gestão de Pessoas  |
| <b>Quando medir</b>                                    | Anual  |
| <b>Onde medir</b>                                      | Pesquisa de Clima Organizacional   |
| <b>Por quê medir</b>                                   | Visa medir o grau de satisfação dos servidores e magistrados com a a segurança da unidade.                                   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                     | Relação da quantidade de pessoas satisfeitas com o item segurança e total de entrevistados.                                  |
| <b>Fórmula</b>   | $Ind_{27} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$ |
| <b>Situação atual</b>                                  | -  |
| <b>META</b>  | 2010 - 45,00%; 2011 - 55,00%; 2012 - 65,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 85,00%  |

**Indicador 28 :**

| <b>INDICADOR: UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE INFRAESTRUTURA</b> |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>   | Quantidade de sedes alinhadas com o padrão de infraestrutura do TRT da 5ª Região   |
| <b>Quem mede</b>  | Secretaria Administrativa  |
| <b>Quando medir</b>   | Anual  |
| <b>Onde medir</b>   | Base de dados da Secretaria Administrativa   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar a quantidade de sedes alinhadas com o padrão de infraestrutura do TRT da 5ª Região.   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                                  | Pontos físicos e eletrônicos considerados dentro do padrão/ total de pontos físicos e eletrônicos.<br><i>Padrão de infraestrutura física: modelo instituído pela administração do TRT.</i> |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{28} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos dentro do padrão}}{\text{Total de pontos físicos e eletrônicos do TRT}}$  |
| <b>Situação atual</b>   | -  |
| <b>META</b>   | 2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%   |

**Indicador 29:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA</b> |  |
|--|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>   | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>  | Percentual de equipamentos essenciais (micros, servidores, impressoras, notebooks) atualizados por ano, conforme padrão adotado  |
| <b>Quem mede</b>   | Secretaria de Informática  |
| <b>Quando medir</b>  | Anual  |
| <b>Onde medir</b>  | Sistema de Controle Patrimonial  |
| <b>Por quê medir</b>   | Visa medir o grau de atualização do parque de informática conforme padrão adotado  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                               | Índice calculado a partir da relação entre a quantidade de equipamentos atualizados (conforme padrão instituído pela administração do Tribunal) e o total de equipamentos do TRT da 5ª Região. |
| <b>Fórmula</b>   | $Ind_{29} = \frac{\text{Quantidade de equipamentos atualizados}}{\text{Total de equipamentos do TRT}}$   |
| <b>Situação atual</b>  | -  |
| <b>META</b>  | 2010 - 25,00%; 2011 - 50,00%; 2012 - 75,00%; 2013 - 100,00%; 2014 - 100,00%  |



**Indicador 30 :**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE ADERÊNCIA ÀS METAS DO PETI</b> |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                               | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                                      | Mede a aderência às metas do PETI   |
| <b>Quem mede</b>                                       | Secretaria de Informática   |
| <b>Quando medir</b>                                    | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                                      | Base de Dados da Secretaria de Informática  |
| <b>Por quê medir</b>                                   | Visa medir o grau de aderência às metas do PETI   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                     | Índice calculado a partir da relação entre a quantidade de Metas do PETI Nacional alcançadas e a quantidade total de Metas do PETI Nacional |
| <b>Fórmula</b>   | $Ind_{30} = \frac{\text{Quantidade de Metas do PETI Nacional alcançadas}}{\text{Total de Metas do PETI Nacional}}$                          |
| <b>Situação atual</b>                                  | -   |
| <b>META</b>  | 2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%  |

**Indicador 31:**

| <b>INDICADOR: ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA</b> |  |
|---|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>  | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>   | Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia  |
| <b>Quem mede</b>  | Secretaria de Informática  |
| <b>Quando medir</b>   | Anual  |
| <b>Onde medir</b>   | Base de Dados da Secretaria de Informática   |
| <b>Por quê medir</b>  | Visa identificar o grau de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>  | Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o tempo de indisponibilidade de equipamentos e o tempo total do período de referência   |
| <b>Fórmula</b>  | $Ind_{32} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Tempo de indisponibilidade de equipamentos}}{\sum_1^m \text{Tempo total do período}}$<br><i>Onde m é o mês de referência.</i> |
| <b>Situação atual</b>   | -  |
| <b>META</b>   | 2010 - 95,00%; 2011 - 96,00%; 2012 - 97,00%; 2013 - 98,00%; 2014 - 99,00%  |

**Indicador 32 :**

| INDICADOR: ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                                 | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>  | Índice de disponibilidade de sistemas on-line   |
| <b>Quem mede</b>   | Secretaria de Informática   |
| <b>Quando medir</b>                                      | Anual   |
| <b>Onde medir</b>  | Base de Dados da Secretaria de Informática  |
| <b>Por quê medir</b>                                     | Visa identificar o grau de disponibilidade de sistemas on-line  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                       | Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o tempo de indisponibilidade de sistemas e o tempo total do período de referência                                  |
| <b>Fórmula</b>   | $Ind_{32} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Tempo de indisponibilidade de sistemas}}{\sum_1^m \text{Tempo total do período}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p> |
| <b>Situação atual</b>                                    | -   |
| <b>META</b>  | 2010 - 95,00%; 2011 - 96,00%; 2012 - 97,00%; 2013 - 98,00%; 2014 - 99,00%   |

**Indicador 33:**

| INDICADOR: ÍNDICE DE ECONOMIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                             | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                                    | Mede a economia obtida nos custos operacionais, resultante da implementação das ações estratégicas  |
| <b>Quem mede</b>                                     | Secretaria de Orçamento e Finanças  |
| <b>Quando medir</b>                                  | Trimestral  |
| <b>Onde medir</b>                                    | SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira..   |
| <b>Por quê medir</b>                                 | Visa medir a economia obtida decorrente das implementações estratégicas sobre o custo operacional   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                   | <p>Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o valor total das despesas de manutenção per capita (força de trabalho total e área útil de edificações) do período de referência com as despesas de manutenção per capita do mesmo período analisado no exercício de 2009.</p> <p>Per capita: Total do gasto com manutenção dividido pela FTT - Força Total de Trabalho (soma de todos os magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) e área útil na data de referência.</p> <p>As despesas de manutenção serão apuradas pelo regime de caixa.</p> |
| <b>Fórmula</b>                                       | $Ind_{33} = 1 - \frac{\frac{\sum_1^m \text{Gasto de manutenção do período de referência}}{FTT \text{ na data de referência} \times \text{Total da área útil na data de referência}}}{\frac{\sum_1^m \text{Gasto de manutenção do período de referência base (2009)}}{FTT \text{ na data de 31/12/2009} \times \text{Total da área útil na data de 31/12/2009}}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>   |
| <b>Situação atual</b>                                | 0%  |

|             |   |
|-------------|---|
| <b>META</b> | 2010 - 4,00%; 2011 - 8,00%; 2012 - 11,00%; 2013 - 13,00%; 2014 - 15,00% |
|-------------|---|

#### Indicador 34 :

| INDICADOR: ÍNDICE DE ORÇAMENTO ESTRATÉGICO |   |
|--|---|
| <b>Tipo de Indicador</b>                   | Efetividade   |
| <b>O quê mede</b>                          | Mede o percentual do orçamento voltado para as iniciativas estratégicas.  |
| <b>Quem mede</b>                           | Secretaria de Orçamento e Finanças  |
| <b>Quando medir</b>                        | Anual   |
| <b>Onde medir</b>                          | Base de dados Secretaria de Orçamento e Finanças  |
| <b>Por quê medir</b>                       | Visa medir o grau de orçamento aprovado para iniciativas estratégicas   |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>         | % entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o limite disponibilizado na proposta orçamentária para outras atividades (ACT – apreciação de causas trabalhistas; CRH – capacitação de recursos humanos; MVI – manutenção de varas itinerantes e AJPC – assistência jurídica a pessoas carentes). |
| <b>Fórmula</b>                             | $Ind_{34} = \frac{\text{Valor disponibilizado para iniciativa s estratégicas}}{\text{Limite disponibilizado na proposta orçamentária para outras atividades}}$  |
| <b>Situação atual</b>                      | N/A   |
| <b>META</b>                                | 2010 - 20,00%; 2011 - 21,00%; 2012 - 22,00%; 2013 - 23,00%; 2014 - 24,00%   |

#### Indicador 35:

| INDICADOR: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO |  |
|--|--|
| <b>Tipo de Indicador</b>                               | Efetividade  |
| <b>O quê mede</b>                                      | Mede o percentual do orçamento executado voltado para as iniciativas estratégicas.   |
| <b>Quem mede</b>                                       | Secretaria de Orçamento e Finanças   |
| <b>Quando medir</b>                                    | Trimestral   |
| <b>Onde medir</b>                                      | Base de dados da Secretaria de Orçamento e Finanças  |
| <b>Por quê medir</b>                                   | Visa medir o grau do orçamento executado referente às iniciativas estratégicas.  |
| <b>Esclarecimento do Indicador</b>                     | % entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal no período de referência.  |
| <b>Fórmula</b>   | $Ind_{35} = \frac{\sum_1^m \text{Valor executado nas iniciativas estratégicas}}{\sum_1^m \text{Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas}}$<br><i>Onde m é o mês de referência.</i> |
| <b>Situação atual</b>                                  | N/A  |
| <b>META</b>  | 2010 - 100,00%; 2011 - 100,00%; 2012 - 100,00%; 2013 - 100,00%; 2014 - 100,00%   |

## ***PARTE “A” ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012***

### **3.1 Estrutura de Governança**

#### GOVERNANÇA EXTERNA

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região submete-se às diretrizes gerais do Conselho Nacional de Justiça, órgão constitucionalmente instituído para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, conforme dispõe o art.103-A, § 4º da Constituição Federal.

Na condição de integrante do sub-sistema do Poder Judiciário Federal que é composto pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho, Seção V, Capítulo III da Constituição Federal, a unidade judiciária está diretamente submetida à supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o art.111-A, II, da Carta Federal.

Conquanto inexistir submissão administrativa e/ou aos regulamentos editados por órgãos que integram a estrutura do Poder Executivo, os representantes da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região constantemente participam de eventos promovidos pela Corregedoria Geral da União e Polícia Federal.

### **COMISSÕES E COMITÊS**

**ATO TRT5 Nº 0187/2013** - Institui Comitê de Implantação do Processo Judicial eletrônico no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ATO TRT5 Nº 0111/2013** - Designa Comissão Especial de Licitação para a Contratação da obra de construção do remanescente do complexo de prédios da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ATO TRT5 Nº 0125/2013** - Designar comissão para coordenar as ações relacionadas com a realização de concurso público para provimento de cargos do quadro de pessoal deste Tribunal.

**ATO TRT5 Nº 0265/2012** - Designar Comissão para coordenar os trabalhos inerentes à execução do Programa do Trabalho Seguro no âmbito do Estado da Bahia.

**ATO TRT5 Nº 0292/2012** - Designar Comissão de Gestão Orçamentária do TRT da 5ª Região, que detém caráter consultivo e tem como atribuição analisar a execução orçamentária e financeira e o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional da 5ª Região, bem como de posteriores realinhamentos.

**ATO TRT5 Nº 0293/2012** - Designar Comitê Gestor Regional destinado a assegurar a implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ATO TRT5 Nº 0377/2012** - Institui Grupo de Trabalho e Negócios para acompanhamento do funcionamento e expansão do processo judicial eletrônico de 1º e 2º grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ATO TRT5 Nº 0442/2012** - Designa servidores para integrarem a Comissão para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato firmado com a empresa Cinzel Engenharia Ltda., originário da Concorrência nº 04/09 de que trata o Processo Administrativo nº 09.53.09.00196-35.

**ATO TRT5 Nº 0483/2011** - Designar Comissão para acompanhamento do processo seletivo de estagiários do curso de Direito.

**ATO TRT5 Nº 0488/2012** - Institui Comitê de Acompanhamento da Construção da Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ATO Nº TRT5 - 260/2011** - Criar o Comitê de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, o qual será vinculado à Comissão de Informática.

**ATO TRT5 Nº 0468/2012** - Dispõe sobre alterações na composição, competência e funcionamento do Comitê de Saúde do Trabalhador no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ATO TRT5 Nº 0434/2012** - Institui Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**ATO TRT5 Nº 0170/2012** - Designar Comissão para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato firmado com a empresa Cinzel Engenharia Ltda., originário da Concorrência n. 04/09 de que trata o processo administrativo 09.53.09.00196-35.

**PORTARIA TRT5 Nº 102/2011** - Constituir Comissão de Fiscalização para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato firmado com a empresa TECNOSONDA S.A., originário do Pregão Eletrônico n. 060/10 de que trata o processo administrativo n. 09.53.10.0283-35.

**PORTARIA TRT5 0234/2011** - Designar Comissão para, sob esta Presidência, estudar a implantação da Resolução n. 63/2010, de 28/05/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Quanto aos sistema de Controle Interno, tem-se, a seguir, a forma como foi estruturado neste Tribunal:

**ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**  
**(REGULAMENTO GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO**  
**TRABALHO DA 5ª REGIÃO) – RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 027/2003.**

**Estrutura - Art. 280.** O Órgão de Controle Interno será dirigido por servidor estável do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com graduação em curso de nível superior, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria – CJ3, e contará com três (03) Assistentes Administrativos – FC4.

**Estrutura - Art. 281.** O Órgão de Controle Interno tem a seguinte estrutura e funções comissionadas a ele vinculados:

- I. Departamento de Análise de Atos de Pessoal, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;
- II. Departamento de Auditoria Operacional e Análise de Licitações e Contratos, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;
- III. Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5.

**Atribuições - Art. 282.** Compete ao Órgão de Controle Interno:

- I. assessorar a Presidência do Tribunal nas questões relativas às áreas administrativa e financeira da Justiça do Trabalho da 5ª Região, dentro do quanto dispõe o art. 74 da Constituição Federal;
- II. verificar, anualmente, as contas do Ordenador de Despesas e demais responsáveis, elaborando relatórios e emitindo certificados de Auditoria, que integrarão a tomada de contas;
- III. emitir pronunciamento final acerca de processos e/ou expedientes que lhe sejam enviados para exame;
- IV. encaminhar a Tomada de Contas Anual para o Tribunal de Contas da União;
- V. atuar, junto ao Tribunal de Contas da União, nas ações de sua competência;
- VI. programar e viabilizar, junto à Presidência, auditorias ordinárias e extraordinárias;
- VII. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 283.** Compete ao Departamento de Análise de Atos de Pessoal:

- I. analisar e instruir processos da área de pessoal, inclusive aqueles relativos à admissão, aposentadoria, pensão, desligamento e exoneração, verificando a sua regularidade;
- II. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- III. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, junto à sua área de atuação;
- IV. elaborar a relação das autoridades responsáveis pelos atos de admissão e de desligamento de pessoal, e de concessão de aposentadorias e pensões;
- V. fiscalizar o cumprimento da exigência de entrega das declarações de bens e rendas;
- VI. cumprir diligências do Tribunal de Contas da União, relativas a admissões, desligamentos, aposentadorias e pensões;
- VII. pronunciar-se, no tocante à interpretação de leis, decretos, decisões do Tribunal de Contas da União e de Tribunais Superiores e outros dispositivos normativos pesquisados e/ou recebidos pela Departamento, pertinentes à área de atuação do Órgão de Controle Interno.
- VIII. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 284.** Compete ao Departamento de Auditoria e Análise de Licitações e Contratos:

- I. promover auditorias programadas e/ou solicitadas pelo Diretor da Secretaria;
- II. promover auditoria mensal, por amostragem, na folha de pagamento de pessoal;
- III. impugnar atos ilegais de remuneração;
- IV. analisar e instruir os processos de licitação e contrato;
- V. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, na sua área de atuação;
- VI. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 285.** Compete ao Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros:

- I. controlar, por meio de sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, os recursos orçamentários e financeiros da Justiça do Trabalho da 5ª Região;
- II. conferir os índices relativos à execução orçamentária;
- III. analisar os registros contábeis no sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IV. verificar a correção dos atos de execução do orçamento da Justiça do Trabalho da 5ª Região, em todos os aspectos da realização da despesa;
- V. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- VI. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, em sua área de atuação;
- VII. analisar os processos de suprimento de fundos;
- VIII. conferir os relatórios contábeis que integrarão a tomada de contas anual;
- IX. conferir os relatórios de gestão fiscal e acompanhar a sua publicação;
- X. analisar a variação patrimonial dos Juízes e servidores ocupantes de cargos e/ou funções comissionadas, anualmente;
- XI. proceder à análise contábil e à conferência das folhas de pagamento de pessoal;
- XII. executar outros atos e atividades afins.

### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS   | VALORES |   |   |   |   |
|--|---------|---|---|---|---|
|  | 1       | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <b>Ambiente de Controle</b>  |         |   |   |   |   |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.   |         |   |   | X |   |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. |         |   |   | X |   |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.  |         | X |   |   |   |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.   | X       |   |   |   |   |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.  |         | X |   |   |   |

|   |          |          |          |          |          |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.                           | X        |          |          |          |          |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.   |          |          |          | X        |          |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.   |          |          |          | X        |          |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.   |          |          |          | X        |          |
| <b>Avaliação de Risco</b>   | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>5</b> |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.  |          |          |          |          | X        |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.   |          |          |          |          | X        |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. |          |          |          |          | X        |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.  |          |          |          | X        |          |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.  |          | X        |          |          |          |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.   |          |          |          | X        |          |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.  |          | X        |          |          |          |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.   |          |          |          |          | X        |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.  | X        |          |          |          |          |
| <b>Procedimentos de Controle</b>  | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>5</b> |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.  |          | X        |          |          |          |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.  |          | X        |          |          |          |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.   |          |          | X        |          |          |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.   |          |          |          |          | X        |
| <b>Informação e Comunicação</b>   | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>5</b> |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.   |          |          | X        |          |          |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.   |          |          |          |          | X        |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.   |          |          |          | X        |          |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.  |          |          |          | X        |          |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.  |          |          | X        |          |          |
| <b>Monitoramento</b>  | <b>1</b> | <b>2</b> | <b>3</b> | <b>4</b> | <b>5</b> |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.  |          |          | X        |          |          |



|  |  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|--|---|
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.   |  |  |  |  | X |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.   |  |  |  |  | X |
| <p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>A avaliação da atuação do sistema de controle interno da UJ, no exercício 2012, revela melhoria no aspecto da governança, decorrente principalmente da definição de maneira mais clara e adequada, por meio de atos próprios das responsabilidades das unidades administrativas.</p> <p>O manejo pela Secretaria de Gestão Estratégica de ferramentas de gestão permitiu o monitoramento dos resultados alcançados, e a realização de uma eficiente análise de risco, instrumento fundamental importância para as tomadas de decisões pela Alta Administração da UJ.</p>   |  |  |  |  |   |
| <p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p> |  |  |  |  |   |

### **3.3 Remuneração Paga a Administradores**

NÃO SE APLICA

### **3.4 Sistema de Correição**

O sistema de correição aplicado a este Tribunal está previsto no artigo 6º, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, à qual compete fiscalizar os atos praticados, nos limites de sua competência.

No sistema de correição é adotada a forma presencial e também o uso da ferramenta do Sistema de gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão.

### **3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

NÃO SE APLICA.

**PARTE “A” ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU Nº  
119/2012 DE 18/01/2012**

**4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ**

**4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ**

**Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção**

| Identificação do Programa de Governo                         |                |                                     |                |                |                 |                |
|--|----------------|-------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Código Programa  |                | 0571                                |                |                |                 |                |
| Título   |                | PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA |                |                |                 |                |
| Órgão Responsável  |                | 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO         |                |                |                 |                |
| Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00) |                |                                     |                |                |                 |                |
| Dotação  |                | Despesa                             |                | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos  |
| Inicial  | Final          | Empenhada                           | Liquidada      | Processados    | Não Processados |                |
| 725.284.080,00   | 819.201.683,87 | 592.713.419,45                      | 572.160.878,04 |                | 20.552.541,41   | 572.160.878,04 |

| Identificação do Programa de Governo                         |                |   |                |                |                 |                |
|--|----------------|---|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Código Programa  |                | 0089  |                |                |                 |                |
| Título   |                | PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO |                |                |                 |                |
| Órgão Responsável  |                | 33000 -MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL         |                |                |                 |                |
| Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00) |                |   |                |                |                 |                |
| Dotação  |                | Despesa   |                | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos  |
| Inicial  | Final          | Empenhada                                       | Liquidada      | Processados    | Não Processados |                |
| 163.648.546,00   | 188.886.911,00 | 188.886.911,00                                  | 185.758.751,54 |                | 3.128.159,46    | 185.758.751,54 |

**4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ**

**Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ**

| Identificação da Ação                                    |              |  |             |                |                 |               |
|--|--------------|--|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   |              | 1P66   |             |                |                 |               |
| Descrição  |              | Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho |             |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      |              | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     |              | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |             |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |              |  |             |                |                 |               |
| Dotação  |              | Despesa  |             | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final        | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados |               |
| -  | 1.973.529,59 | 1.921.803,18   | 67.582,34   |                | 1.854.220,84    | 67.582,34     |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |              |  |             |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição    | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira |               |
|  |              |  | Prevista    | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |              |  |             |                |                 |               |

| Identificação da Ação                                    |               |  |               |                |                 |               |
|--|---------------|--|---------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   |               | 09HB   |               |                |                 |               |
| Descrição  |               | Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais |               |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      |               | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia   |               |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     |               | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia   |               |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |               |  |               |                |                 |               |
| Dotação  |               | Despesa  |               | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final         | Empenhada  | Liquidada     | Processados    | Não Processados |               |
| 73.795.275,00  | 76.027.486,00 | 76.027.486,00  | 72.995.331,53 |                | 3.032.154,47    | 72.995.331,53 |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |               |  |               |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição     | Unidade de Medida  | Meta Física   |                | Meta Financeira |               |
|  |               |  | Prevista      | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |               |  |               |                |                 |               |

| Identificação da Ação                                    |                             |  |               |                    |                      |                      |
|--|-----------------------------|--|---------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Código   |                             | 2012   |               |                    |                      |                      |
| Descrição  |                             | Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados            |               |                    |                      |                      |
| Unidade Responsável                                      |                             | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |               |                    |                      |                      |
| Unidade Orçamentária                                     |                             | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |               |                    |                      |                      |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |                             |  |               |                    |                      |                      |
| Dotação  |                             | Despesa  |               | Restos a Pagar     |                      | Valores Pagos        |
| Inicial  | Final                       | Empenhada  | Liquidada     | Processados        | Não Processados      |                      |
| 21.308.520,00  | 22.784.380,00               | 22.784.380,00  | 22.758.632,36 |                    | 25.747,64            | 22.758.632,36        |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |                             |  |               |                    |                      |                      |
| Ordem  | Descrição                   | Unidade de Medida  | Meta Física   |                    | Meta Financeira      |                      |
|  |                             |  | Prevista      | Realizada          | Prevista             | Realizada            |
| <b>1</b>   | <b>Servidor Beneficiado</b> | <b>unidade</b>   | <b>2658</b>   | <b>2632,583333</b> | <b>22.784.380,00</b> | <b>22.495.349,63</b> |

| Identificação da Ação                                    |                             |  |             |                |                   |                   |
|--|-----------------------------|--|-------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Código   |                             | 2011   |             |                |                   |                   |
| Descrição  |                             | Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados             |             |                |                   |                   |
| Unidade Responsável                                      |                             | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                   |                   |
| Unidade Orçamentária                                     |                             | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |             |                |                   |                   |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |                             |  |             |                |                   |                   |
| Dotação  |                             | Despesa  |             | Restos a Pagar |                   | Valores Pagos     |
| Inicial  | Final                       | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados   |                   |
| 540.411,00   | 765.040,00                  | 765.040,00   | 751.281,52  |                | 13.758,48         | 751.281,52        |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |                             |  |             |                |                   |                   |
| Ordem  | Descrição                   | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira   |                   |
|  |                             |  | Prevista    | Realizada      | Prevista          | Realizada         |
| <b>1</b>   | <b>Servidor Beneficiado</b> | <b>unidade</b>   | <b>482</b>  | <b>474</b>     | <b>765.040,00</b> | <b>751.281,52</b> |

| Identificação da Ação                                    |                         |  |               |                |                      |                      |
|--|-------------------------|--|---------------|----------------|----------------------|----------------------|
| Código   |                         | 4256   |               |                |                      |                      |
| Descrição  |                         | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho                |               |                |                      |                      |
| Unidade Responsável                                      |                         | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |               |                |                      |                      |
| Unidade Orçamentária                                     |                         | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |               |                |                      |                      |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |                         |  |               |                |                      |                      |
| Dotação  |                         | Despesa  |               | Restos a Pagar |                      | Valores Pagos        |
| Inicial  | Final                   | Empenhada  | Liquidada     | Processados    | Não Processados      |                      |
| 41.335.213,00  | 45.390.711,00           | 45.373.401,79  | 35.767.511,23 |                | 9.605.890,56         | 35.767.511,23        |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |                         |  |               |                |                      |                      |
| Ordem  | Descrição               | Unidade de Medida  | Meta Física   |                | Meta Financeira      |                      |
|  |                         |  | Prevista      | Realizada      | Prevista             | Realizada            |
| <b>1</b>   | <b>Processo julgado</b> | <b>Unidade</b>   | <b>145252</b> | <b>154360</b>  | <b>45.390.711,00</b> | <b>35.767.511,23</b> |

| Identificação da Ação                                    |              |  |             |                |                 |               |
|--|--------------|--|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   |              | 4256   |             |                |                 |               |
| Descrição  |              | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Créditos Extraordinários |             |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      |              | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia                     |             |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     |              | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia             |             |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |              |  |             |                |                 |               |
| Dotação  |              | Despesa  |             | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final        | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados |               |
| -  | 1.173.575,00 |  |             |                |                 |               |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |              |  |             |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição    | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira |               |
|  |              |  | Prevista    | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |              |  |             |                |                 |               |

| Identificação da Ação                                    |           |  |             |                |                 |               |
|--|-----------|--|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   |           | 20G2   |             |                |                 |               |
| Descrição  |           | Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados                  |             |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      |           | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     |           | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |             |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |           |  |             |                |                 |               |
| Dotação  |           | Despesa  |             | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final     | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados |               |
| -  | 50.495,92 | 38.605,00  | 38.605,00   |                | -               | 38.605,00     |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |           |  |             |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira |               |
|  |           |  | Prevista    | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |           |  |             |                |                 |               |

| Identificação da Ação                                    |                            |  |              |                |                     |                     |
|--|----------------------------|--|--------------|----------------|---------------------|---------------------|
| Código   |                            | 4091   |              |                |                     |                     |
| Descrição  |                            | Capacitação de Recursos Humanos                            |              |                |                     |                     |
| Unidade Responsável                                      |                            | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |              |                |                     |                     |
| Unidade Orçamentária                                     |                            | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |              |                |                     |                     |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |                            |  |              |                |                     |                     |
| Dotação  |                            | Despesa  |              | Restos a Pagar |                     | Valores Pagos       |
| Inicial  | Final                      | Empenhada  | Liquidada    | Processados    | Não Processados     |                     |
| 1.000.000,00   | 1.300.000,00               | 1.300.000,00   | 1.015.001,68 |                | 284.998,32          | 1.015.001,68        |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |                            |  |              |                |                     |                     |
| Ordem  | Descrição                  | Unidade de Medida  | Meta Física  |                | Meta Financeira     |                     |
|  |                            |  | Prevista     | Realizada      | Prevista            | Realizada           |
| <b>1</b>   | <b>Servidor capacitado</b> | <b>unidade</b>   | <b>1200</b>  | <b>4052</b>    | <b>1.300.000,00</b> | <b>1.168.151,68</b> |

| <b>Identificação da Ação</b>                                    |                         |  |              |                |                     |                     |
|---|-------------------------|--|--------------|----------------|---------------------|---------------------|
| Código  |                         | 4224   |              |                |                     |                     |
| Descrição   |                         | Assistência Jurídica a Pessoas Carentes                    |              |                |                     |                     |
| Unidade Responsável   |                         | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |              |                |                     |                     |
| Unidade Orçamentária  |                         | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |              |                |                     |                     |
| <b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b> |                         |  |              |                |                     |                     |
| Dotação   |                         | Despesa  |              | Restos a Pagar |                     | Valores Pagos       |
| Inicial   | Final                   | Empenhada  | Liquidada    | Processados    | Não Processados     |                     |
| 3.547.941,00  | 3.547.941,00            | 3.547.941,00   | 3.547.941,00 |                | 350,00              | 3.547.591,00        |
| <b>Metas do Exercício Para a Ação</b>                           |                         |  |              |                |                     |                     |
| Ordem   | Descrição               | Unidade de Medida  | Meta Física  |                | Meta Financeira     |                     |
|   |                         |  | Prevista     | Realizada      | Prevista            | Realizada           |
|   | <b>Pessoa assistida</b> | <b>unidade</b>   | <b>2890</b>  | <b>6754</b>    | <b>3.547.941,00</b> | <b>3.547.591,00</b> |

| <b>Identificação da Ação</b>                                    |                         |   |              |                |                     |                     |
|---|-------------------------|---|--------------|----------------|---------------------|---------------------|
| Código  |                         | 2010  |              |                |                     |                     |
| Descrição   |                         | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados |              |                |                     |                     |
| Unidade Responsável   |                         | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia                  |              |                |                     |                     |
| Unidade Orçamentária  |                         | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia          |              |                |                     |                     |
| <b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b> |                         |   |              |                |                     |                     |
| Dotação   |                         | Despesa   |              | Restos a Pagar |                     | Valores Pagos       |
| Inicial   | Final                   | Empenhada   | Liquidada    | Processados    | Não Processados     |                     |
| 3.495.928,00  | 3.760.928,00            | 3.760.928,00  | 3.756.196,94 |                | 4.731,06            | 3.756.196,94        |
| <b>Metas do Exercício Para a Ação</b>                           |                         |   |              |                |                     |                     |
| Ordem   | Descrição               | Unidade de Medida   | Meta Física  |                | Meta Financeira     |                     |
|   |                         |   | Prevista     | Realizada      | Prevista            | Realizada           |
|   | <b>Criança atendida</b> | <b>unidade</b>  | <b>577</b>   | <b>466</b>     | <b>3.777.928,00</b> | <b>3.756.196,94</b> |

| <b>Identificação da Ação</b>                                    |                     |  |             |                |                   |                  |
|---|---------------------|--|-------------|----------------|-------------------|------------------|
| Código  |                     | 8134   |             |                |                   |                  |
| Descrição   |                     | Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho     |             |                |                   |                  |
| Unidade Responsável   |                     | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                   |                  |
| Unidade Orçamentária  |                     | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |             |                |                   |                  |
| <b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b> |                     |  |             |                |                   |                  |
| Dotação   |                     | Despesa  |             | Restos a Pagar |                   | Valores Pagos    |
| Inicial   | Final               | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados   |                  |
| 100.000,00  | 100.000,00          | 63.706,12  | 63.706,12   |                | -                 | 63.706,12        |
| <b>Metas do Exercício Para a Ação</b>                           |                     |  |             |                |                   |                  |
| Ordem   | Descrição           | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira   |                  |
|   |                     |  | Prevista    | Realizada      | Prevista          | Realizada        |
|   | <b>Vara mantida</b> | <b>unidade</b>   | <b>1</b>    | <b>0,64</b>    | <b>100.000,00</b> | <b>63.706,12</b> |

| <b>Identificação da Ação</b>                                    |                            |  |             |                |                       |               |
|---|----------------------------|--|-------------|----------------|-----------------------|---------------|
| Código  |                            | 134H   |             |                |                       |               |
| Descrição   |                            | Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA |             |                |                       |               |
| Unidade Responsável   |                            | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia   |             |                |                       |               |
| Unidade Orçamentária  |                            | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia                                 |             |                |                       |               |
| <b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b> |                            |  |             |                |                       |               |
| Dotação   |                            | Despesa  |             | Restos a Pagar |                       | Valores Pagos |
| Inicial   | Final                      | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados       |               |
| 174.545.454,00  | 79.268.393,00              | -  | -           |                | -                     | -             |
| <b>Metas do Exercício Para a Ação</b>                           |                            |  |             |                |                       |               |
| Ordem   | Descrição                  | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira       |               |
|   |                            |  | Prevista    | Realizada      | Prevista              | Realizada     |
|   | <b>Edifício construído</b> | <b>% de execução física</b>  | <b>44</b>   | <b>0</b>       | <b>174.545.454,00</b> | <b>-</b>      |

| Identificação da Ação                                    |                          |  |             |                |                   |               |
|--|--------------------------|--|-------------|----------------|-------------------|---------------|
| Código   |                          | 2549   |             |                |                   |               |
| Descrição  |                          | Comunicação e Divulgação Institucional                     |             |                |                   |               |
| Unidade Responsável                                      |                          | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                   |               |
| Unidade Orçamentária                                     |                          | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |             |                |                   |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |                          |  |             |                |                   |               |
| Dotação  |                          | Despesa  |             | Restos a Pagar |                   | Valores Pagos |
| Inicial  | Final                    | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados   |               |
| 150.000,00   | 150.000,00               | 149.500,00   | -           |                | 149.500,00        | -             |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |                          |  |             |                |                   |               |
| Ordem  | Descrição                | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira   |               |
|  |                          |  | Prevista    | Realizada      | Prevista          | Realizada     |
|  | <b>Matéria veiculada</b> | <b>unidade</b>   | <b>24</b>   | <b>0</b>       | <b>150.000,00</b> | <b>-</b>      |

| Identificação da Ação                                    |                            |  |             |                |                     |                  |
|--|----------------------------|--|-------------|----------------|---------------------|------------------|
| Código   |                            | 13GP   |             |                |                     |                  |
| Descrição  |                            | Construção do Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Alagoinhas- Ba |             |                |                     |                  |
| Unidade Responsável                                      |                            | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia                 |             |                |                     |                  |
| Unidade Orçamentária                                     |                            | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                     |                  |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |                            |  |             |                |                     |                  |
| Dotação  |                            | Despesa  |             | Restos a Pagar |                     | Valores Pagos    |
| Inicial  | Final                      | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados     |                  |
| 1.100.000,00   | 1.900.000,00               | 1.900.000,00   | 56.165,90   |                | 1.843.834,10        | 56.165,90        |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |                            |  |             |                |                     |                  |
| Ordem  | Descrição                  | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira     |                  |
|  |                            |  | Prevista    | Realizada      | Prevista            | Realizada        |
|  | <b>Edifício construído</b> | <b>% de execução física</b>  | <b>44</b>   | <b>3</b>       | <b>1.900.000,00</b> | <b>56.165,90</b> |

| Identificação da Ação                                    |            |  |             |                |                 |               |
|--|------------|--|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   |            | 14MT   |             |                |                 |               |
| Descrição  |            | Construção do Fórum Trabalhista de Santo Amaro - Ba        |             |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      |            | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     |            | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |             |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |            |  |             |                |                 |               |
| Dotação  |            | Despesa  |             | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final      | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados |               |
| -  | 100.000,00 | 100.000,00   | 100.000,00  | -              | -               | 100.000,00    |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |            |  |             |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição  | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira |               |
|  |            |  | Prevista    | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |            |  |             |                |                 |               |



| Identificação da Ação                                    |                |  |                |                |                 |                |
|--|----------------|--|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Código   |                | 20TP   |                |                |                 |                |
| Descrição  |                | Pagamento de Pessoal Ativo da União                        |                |                |                 |                |
| Unidade Responsável                                      |                | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |                |                |                 |                |
| Unidade Orçamentária                                     |                | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |                |                |                 |                |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |                |  |                |                |                 |                |
| Dotação  |                | Despesa  |                | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos  |
| Inicial  | Final          | Empenhada  | Liquidada      | Processados    | Não Processados |                |
| 395.179.938,00   | 422.454.563,00 | 422.454.563,00   | 419.787.557,37 |                | 2.667.005,63    | 419.787.557,37 |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |                |  |                |                |                 |                |
| Ordem  | Descrição      | Unidade de Medida  | Meta Física    |                | Meta Financeira |                |
|  |                |  | Prevista       | Realizada      | Prevista        | Realizada      |
|  |                |  |                |                |                 |                |

| Identificação da Ação                                    |              |   |              |                |                 |               |
|--|--------------|---|--------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   |              | 5093  |              |                |                 |               |
| Descrição  |              | Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus) |              |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      |              | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia  |              |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     |              | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia  |              |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |              |   |              |                |                 |               |
| Dotação  |              | Despesa   |              | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final        | Empenhada   | Liquidada    | Processados    | Não Processados |               |
| -  | 2.980.465,01 | 2.980.465,01  | 2.056.976,05 |                | 923.488,96      | 2.056.976,05  |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |              |   |              |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição    | Unidade de Medida   | Meta Física  |                | Meta Financeira |               |
|  |              |   | Prevista     | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |              |   |              |                |                 |               |

| <b>Identificação da Ação</b>                                    |            |  |             |                |                 |               |
|---|------------|--|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código  |            | 2C73   |             |                |                 |               |
| Descrição   |            | Manutenção do Sistema Integrado de GE Nacional             |             |                |                 |               |
| Unidade Responsável   |            | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |             |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária  |            | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |             |                |                 |               |
| <b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b> |            |  |             |                |                 |               |
| Dotação   |            | Despesa  |             | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial   | Final      | Empenhada  | Liquidada   | Processados    | Não Processados |               |
| -   | 123.200,35 | 123.200,35   | -           |                | 123.200,35      | -             |
| <b>Metas do Exercício Para a Ação</b>                           |            |  |             |                |                 |               |
| Ordem   | Descrição  | Unidade de Medida  | Meta Física |                | Meta Financeira |               |
|   |            |  | Prevista    | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|   |            |  |             |                |                 |               |

| <b>Identificação da Ação</b>                                    |                           |   |              |                |                     |                     |
|---|---------------------------|---|--------------|----------------|---------------------|---------------------|
| Código  |                           | 2004  |              |                |                     |                     |
| Descrição   |                           | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes |              |                |                     |                     |
| Unidade Responsável   |                           | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia                              |              |                |                     |                     |
| Unidade Orçamentária  |                           | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia                      |              |                |                     |                     |
| <b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b> |                           |   |              |                |                     |                     |
| Dotação   |                           | Despesa   |              | Restos a Pagar |                     | Valores Pagos       |
| Inicial   | Final                     | Empenhada   | Liquidada    | Processados    | Não Processados     |                     |
| 9.185.400,00  | 9.422.400,00              | 9.422.400,00  | 9.398.739,00 |                | 23.661,00           | 9.398.739,00        |
| <b>Metas do Exercício Para a Ação</b>                           |                           |   |              |                |                     |                     |
| Ordem   | Descrição                 | Unidade de Medida   | Meta Física  |                | Meta Financeira     |                     |
|   |                           |   | Prevista     | Realizada      | Prevista            | Realizada           |
|   | <b>Pessoa beneficiada</b> | <b>unidade</b>  | <b>9323</b>  | <b>9326</b>    | <b>9.422.400,00</b> | <b>9.398.739,00</b> |

| Identificação da Ação                                    |  |                   |                |                |                 |                |
|--|--|-------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Código   | 0181   |                   |                |                |                 |                |
| Descrição  | Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis  |                   |                |                |                 |                |
| Unidade Responsável                                      | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |                   |                |                |                 |                |
| Unidade Orçamentária                                     | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia |                   |                |                |                 |                |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |  |                   |                |                |                 |                |
| Dotação  |  | Despesa           |                | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos  |
| Inicial  | Final  | Empenhada         | Liquidada      | Processados    | Não Processados |                |
| 188.886.911,00   | 188.886.911,00   | 188.886.911,00    | 185.758.751,54 |                | 3.128.159,46    | 185.758.751,54 |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |  |                   |                |                |                 |                |
| Ordem  | Descrição  | Unidade de Medida | Meta Física    |                | Meta Financeira |                |
|  |  |                   | Prevista       | Realizada      | Prevista        | Realizada      |
|  |  |                   |                |                |                 |                |

| Identificação da Ação                                    |  |                   |             |                |                 |               |
|--|--|-------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   | 13HY   |                   |             |                |                 |               |
| Descrição  | Construção do Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Itapetinga- Ba |                   |             |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia                 |                   |             |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia         |                   |             |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |  |                   |             |                |                 |               |
| Dotação  |  | Despesa           |             | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final  | Empenhada         | Liquidada   | Processados    | Não Processados |               |
| -  | 1.166.667,00   | -                 | -           | -              | -               | -             |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |  |                   |             |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição  | Unidade de Medida | Meta Física |                | Meta Financeira |               |
|  |  |                   | Prevista    | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |  |                   |             |                |                 |               |

| Identificação da Ação                                    |   |                   |             |                |                 |               |
|--|---|-------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código   | 134L  |                   |             |                |                 |               |
| Descrição  | Construção do Edifício-Sede do Forum Trabalhista de Brumado- Ba |                   |             |                |                 |               |
| Unidade Responsável                                      | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia              |                   |             |                |                 |               |
| Unidade Orçamentária                                     | 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia      |                   |             |                |                 |               |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) |   |                   |             |                |                 |               |
| Dotação  |   | Despesa           |             | Restos a Pagar |                 | Valores Pagos |
| Inicial  | Final   | Empenhada         | Liquidada   | Processados    | Não Processados |               |
| -  | 1.000.000,00  | -                 | -           |                |                 | -             |
| Metas do Exercício Para a Ação                           |   |                   |             |                |                 |               |
| Ordem  | Descrição   | Unidade de Medida | Meta Física |                | Meta Financeira |               |
|  |   |                   | Prevista    | Realizada      | Prevista        | Realizada     |
|  |   |                   |             |                |                 |               |

## 4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

### 4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

| Denominação das Unidades Orçamentárias     | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|--|--------------|---------------------|
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO | 15.106       | 80007               |

### 4.2.2 Programação de Despesas

#### 4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$  
1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários |                          | Grupos de Despesas Correntes   |                |                                |      |                              |               |               |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|------|------------------------------|---------------|---------------|
|                                   |                          | 1 – Pessoal e Encargos Sociais |                | 2 – Juros e Encargos da Dívida |      | 3- Outras Despesas Correntes |               |               |
|                                   |                          | Exercícios                     |                | Exercícios                     |      | Exercícios                   |               |               |
|                                   |                          | 2012                           | 2011           | 2012                           | 2011 | 2012                         | 2011          |               |
| LOA                               | Dotação proposta pela UO |                                | 657.289.858,00 | 602.076.736,00                 |      |                              | 78.828.200,00 | 59.241.018,00 |
|                                   | PLOA                     |                                | 657.289.858,00 | 602.076.736,00                 |      |                              | 78.828.200,00 | 59.241.018,00 |
|                                   | LOA                      |                                | 657.289.858,00 | 602.076.736,00                 |      |                              | 78.828.200,00 | 59.241.018,00 |
| CRÉDITOS                          | Suplementares            |                                | 30.079.602,00  | 63.412.847,00                  |      |                              | 5.119.450,67  | 7.594.555,00  |
|                                   | Especiais                | Abertos                        |                |                                |      |                              |               |               |
|                                   |                          | Reabertos                      |                |                                |      |                              |               |               |
|                                   | Extraordinários          | Abertos                        |                |                                |      |                              |               |               |
|                                   |                          | Reabertos                      |                |                                |      |                              |               |               |
|                                   | Créditos Cancelados      |                                |                |                                |      |                              |               |               |
| Outras Operações                  |                          |                                |                |                                |      |                              |               |               |
| Total                             |                          | 687.369.460,00                 | 665.489.583,00 | -                              | -    | 83.947.650,67                | 66.835.573,00 |               |

### 4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em  
R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários |                          | Grupos de Despesa de Capital |                |                           |      |                          |      |
|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------|----------------|---------------------------|------|--------------------------|------|
|                                   |                          | 4 – Investimentos            |                | 5 – Inversões Financeiras |      | 6- Amortização da Dívida |      |
|                                   |                          | Exercícios                   |                | Exercícios                |      | Exercícios               |      |
|                                   |                          | 2012                         | 2011           | 2012                      | 2011 | 2012                     | 2011 |
| LOA                               | Dotação proposta pela UO | 177.480.667,00               | 179.345.454,00 |                           |      |                          |      |
|                                   | PLOA                     | 177.480.667,00               | 179.345.454,00 |                           |      |                          |      |
|                                   | LOA                      | 177.480.667,00               | 179.345.454,00 |                           |      |                          |      |
| CRÉDITOS                          | Suplementares            | 2.338.036,33                 | 23.000,00      |                           |      |                          |      |
|                                   | Especiais                | Abertos                      |                |                           |      |                          |      |
|                                   |                          | Reabertos                    |                |                           |      |                          |      |
|                                   | Extraordinários          | Abertos                      | 51.825.090,00  |                           |      |                          |      |
|                                   |                          | Reabertos                    |                |                           |      |                          |      |
|                                   | Créditos Cancelados      |                              |                |                           |      |                          |      |
| Outras Operações                  |                          |                              |                |                           |      |                          |      |
| <b>Total</b>                      |                          | 231.643.793,33               | 179.368.454,00 | -                         | -    | -                        | -    |

### 4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$  
1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários |                          | Despesas Correntes |               | Despesas de Capital |                | 9 – Reserva de Contingência |      |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------------------|------|
|                                   |                          | Exercícios         |               | Exercícios          |                | Exercícios                  |      |
|                                   |                          | 2012               | 2011          | 2012                | 2011           | 2012                        | 2011 |
| LOA                               | Dotação proposta pela UO | 78.828.200,00      | 59.241.018,00 | 177.480.667,00      | 179.345.454,00 |                             |      |
|                                   | PLOA                     | 78.828.200,00      | 59.241.018,00 | 177.480.667,00      | 179.345.454,00 |                             |      |
|                                   | LOA                      | 78.828.200,00      | 59.241.018,00 | 177.480.667,00      | 179.345.454,00 |                             |      |
| CRÉDITOS                          | Suplementares            | 5.119.450,67       | 7.594.555,00  | 2.338.036,33        | 23.000,00      |                             |      |
|                                   | Especiais                | Abertos            |               |                     |                |                             |      |
|                                   |                          | Reabertos          |               |                     |                |                             |      |
|                                   | Extraordinários          | Abertos            |               |                     | 51.825.090,00  |                             |      |
|                                   |                          | Reabertos          |               |                     |                |                             |      |
|                                   | Créditos Cancelados      |                    |               |                     |                |                             |      |
| Outras Operações                  |                          |                    |               |                     |                |                             |      |
| <b>Total</b>                      |                          | 83.947.650,67      | 66.835.573,00 | 231.643.793,33      | 179.368.454,00 | -                           | -    |

#### **4.2.2.4 Análise Crítica**

### **ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES**

#### **Execução Orçamentária e Financeira dos programas**

##### **1 – 0571 – PROGRAMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA:**

Atingiu-se 72,35% dos valores orçamentários para este programa, tendo como justificativas:

- a) Aprovação de crédito extraordinário no valor de R\$ 51.825.090,00, disponibilizado através da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012.
- b) Limitação de empenho e movimentação financeira imposta pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, no valor de R\$ 95.277.061,00.
- c) Valor de R\$ 79.268.393,00, não executado referente ao projeto de construção do Edf. Sede deste tribunal, tendo em vista a falta de conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.

##### **2 – 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO:**

Foram executados 100,00% dos recursos autorizados para este programa.

#### **AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

##### **1 – 1P66 - MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:**

Os recursos orçamentários dessa ação foram aplicados em:

- Serviços e Reformas – R\$ 1.417.457,54;
- Aquisição de material permanente: R\$ 504.345,64

Foram executados 97,00% dos recursos descentralizados.

##### **2 – 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais:**

Foram executados 100,00% dos recursos autorizados.

##### **3 – 2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS:**

Atingiu-se 99,04% da meta física prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

#### **4 – 2011 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS:**

Atingiu-se 98,41% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

#### **5 – 4256/APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:**

Atingiu-se 106,27% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

#### **6 – 4091/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:**

A meta foi superada em 337,67%, em decorrência da implementação do adicional de qualificação, possibilitando um acréscimo no salário, estimulando um maior número de servidores inscritos nos cursos oferecidos pelo Tribunal.

#### **7 – 4224/ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES:**

Atingiu-se 233,70% da meta prevista, tendo em vista a implementação do sistema eletrônico de Perícias.

#### **8 – 2010/ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS:**

Atingiu-se 80,76% da meta prevista, tendo em vista a alteração da idade máxima do dependentes para concessão do benefício aos servidores.

#### **9 – 8134/ IMPLANTAÇÃO DE VARA DO TRABALHO ITINERANTE NA BAHIA:**

Atingiu-se 64,00% da meta prevista, tendo em vista super-dimensionamento dos valores inicialmente previstos.

#### **10 – 134H/CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO EM SALVADOR- BA:**

Sem execução, tendo em vista a falta de conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.

**11 – 2549/ COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL:**

Os Valores orçamentários correspondentes a 99,67% autorizados para esta ação, foram inscritos em Restos a Pagar e serão executados no próximo exercício.

**12 – 13GP /CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE ALAGOINHAS/BA:**

Atingiu-se 6,81% da meta prevista, tendo em vista o atraso no procedimento licitatório para início das obras.

**13 –2004/ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES:**

Atingiu-se 100,03% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.



### 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Valores em R\$  
1,00

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

| Natureza da Movimentação de Crédito |            | UG         |          | Classificação da ação  | Despesas Correntes             |                                |                               |
|-------------------------------------|------------|------------|----------|------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
|                                     |            | Concedente | Recedora |                        | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna                | Concedidos |            |          |                        |                                |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 151010212205711P660001 |                                |                                | 1.469.156,00                  |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 151010212605712C730001 |                                |                                | 123.200,35                    |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 1510102126057150930001 |                                |                                | 522.759,90                    |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 1510102128057120G20001 |                                |                                | 21.558,07                     |
| Movimentação Externa                | Concedidos |            |          |                        |                                |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 26232      | 15106    | 2623228846090100050029 | 112.112,00                     |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 47205      | 15106    | 4720528846090100050001 | 270.603,00                     |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 71103      | 15106    | 7110328846090100050001 | 974.523,00                     |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 71103      | 15106    | 7110328846090106250001 | 684.000,00                     |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 5002       | 15106    | 2621128846090100050001 | 23.108.861,00                  |                                |                               |
| Natureza da Movimentação de Crédito |            | UG         |          | Classificação da ação  | Despesas de Capital            |                                |                               |
|                                     |            | Concedente | Recedora |                        | 4 – Investimentos              | 5 – Inversões Financeiras      | 6 – Amortização da Dívida     |
| Movimentação Interna                | Concedidos |            |          |                        |                                |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 151010212205711P660001 | 504.373,59                     |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 151010212205711P660001 | 2.431.076,68                   |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 1510102126057150930001 | 26.628,43                      |                                |                               |
|                                     | Recebidos  | 15101      | 15106    | 1510102128057120G20001 | 28.937,85                      |                                |                               |
| Movimentação Externa                | Concedidos |            |          |                        |                                |                                |                               |
|                                     | Recebidos  |            |          |                        |                                |                                |                               |

## 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

### 4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

#### 4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$  
1,00

**Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários**

| Modalidade de Contratação                       | Despesa Liquidada     |                       | Despesa paga          |                       |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|   | 2012                  | 2011                  | 2012                  | 2011                  |
| <b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b> | <b>19.289.337,98</b>  | <b>17.927.786,66</b>  | <b>19.289.337,98</b>  | <b>17.925.714,16</b>  |
| a) Convite                                      | 158.459,64            | 152.628,17            | 158.459,64            | 152.628,17            |
| b) Tomada de Preços                             | 261.534,54            | 279.944,75            | 261.534,54            | 279.944,75            |
| c) Concorrência                                 | 993.878,07            | 398.255,70            | 993.878,07            | 398.255,70            |
| d) Pregão                                       | 17.875.465,73         | 17.096.958,04         | 17.875.465,73         | 17.094.885,54         |
| e) Concurso                                     |                       |                       |                       |                       |
| f) Consulta                                     |                       |                       |                       |                       |
| <b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>            | <b>8.766.527,47</b>   | <b>8.439.290,59</b>   | <b>8.766.527,47</b>   | <b>8.439.290,59</b>   |
| g) Dispensa                                     | 6.775.251,52          | 6.422.308,37          | 6.775.251,52          | 6.422.308,37          |
| h) Inexigibilidade                              | 1.991.275,95          | 2.016.982,22          | 1.991.275,95          | 2.016.982,22          |
| <b>3. Regime de Execução Especial</b>           | <b>332.067,67</b>     | <b>227.776,51</b>     | <b>332.067,67</b>     | <b>227.776,51</b>     |
| i) Suprimento de Fundos                         | 332.067,67            | 227.776,51            | 332.067,67            | 227.776,51            |
| <b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>            | <b>720.100.243,44</b> | <b>697.070.545,32</b> | <b>720.100.243,44</b> | <b>697.070.545,32</b> |
| j) Pagamento em Folha                           | 718.618.467,67        | 695.803.523,60        | 718.618.467,67        | 695.803.523,60        |
| k) Diárias                                      | 1.481.775,77          | 1.267.021,72          | 1.481.775,77          | 1.267.021,72          |
| <b>5. Outros</b>                                | <b>7.947.336,83</b>   | <b>28.448.183,98</b>  | <b>7.947.336,83</b>   | <b>28.448.183,98</b>  |
| <b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>                     | <b>756.435.513,39</b> | <b>752.113.583,06</b> | <b>756.435.513,39</b> | <b>752.111.510,56</b> |

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

#### 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em  
R\$ 1,00

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

| DESPESAS CORRENTES                             |                |                |                |                |                    |              |                |                |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|--------------|----------------|----------------|
| Grupos de Despesa                              | Empenhada      |                | Liquidada      |                | RP não processados |              | Valores Pagos  |                |
|  | 2012           | 2011           | 2012           | 2011           | 2012               | 2011         | 2012           | 2011           |
| <b>1. Despesas de Pessoal</b>                  |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  | 396.430.194,09 | 391.859.111,59 | 396.430.194,09 | 391.817.245,99 | -                  | 41.865,60    | 396.430.194,09 | 391.817.245,99 |
| PENSOES  | 121.567.376,61 | 121.200.771,38 | 121.567.376,61 | 121.175.269,56 | -                  | 25.501,82    | 121.567.376,61 | 121.175.269,56 |
| OBRIGACOES PATRONAIS - OP. INTRA-ORCAMENTARIAS | 73.541.561,43  | 72.809.339,11  | 73.541.561,43  | 71.981.643,22  | -                  | 827.695,89   | 73.541.561,43  | 71.981.643,22  |
| Demais elementos do grupo                      | 121.591.004,80 | 106.482.444,98 | 112.763.685,24 | 103.562.110,87 | 8.827.319,56       | 2.920.334,11 | 112.763.685,24 | 103.562.110,87 |
| <b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>           |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 1º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 2º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 3º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| Demais elementos do grupo                      |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| <b>3. Outras Despesas Correntes</b>            |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| AUXILIO-ALIMENTACAO                            | 22.521.097,27  | 19.725.730,00  | 22.495.349,63  | 19.716.743,60  | 25.747,64          | 8.986,40     | 22.495.349,63  | 19.707.757,20  |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA  | 18.750.412,24  | 14.846.507,09  | 12.881.835,16  | 12.488.175,11  | 5.868.577,08       | 2.358.331,98 | 12.881.835,16  | 10.129.843,13  |
| INDENIZACOES E RESTITUICOES                    | 13.098.359,06  | 11.369.706,19  | 12.985.014,28  | 11.289.870,13  | 113.344,78         | 79.836,06    | 12.985.014,28  | 11.210.034,07  |
| Demais elementos do grupo                      | 29.543.278,73  | 21.153.674,96  | 26.824.443,10  | 18.705.475,39  | 2.718.835,63       | 2.448.199,57 | 26.824.443,10  | 16.257.275,82  |
| DESPESAS DE CAPITAL                            |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| Grupos de Despesa                              | Empenhada      |                | Liquidada      |                | RP não Processados |              | Valores Pagos  |                |
|  | 2012           | 2011           | 2012           | 2011           | 2012               | 2011         | 2012           | 2011           |
| <b>4. Investimentos</b>                        |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| OBRAS E INSTALACOES                            | 2.814.387,65   | 6.431.681,13   | 904.760,90     | 255.641,15     | 1.909.626,75       | 6.176.039,98 | 904.760,90     | 255.641,15     |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE             | 6.596.796,85   | 3.077.646,60   | 3.072.454,33   | 2.093.809,76   | 3.524.342,52       | 983.836,84   | 3.072.454,33   | 2.093.809,76   |
| OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA  | 699.652,95     | 331.127,50     | 82.700,00      | 294.620,00     | 616.952,95         | 36.507,50    | 82.700,00      | 294.620,00     |
| Demais elementos do grupo                      | 207.385,70     | -              | 131.431,74     | -              | 75.953,96          | -            | 131.431,74     | -              |
| <b>5. Inversões Financeiras</b>                |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 1º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 2º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 3º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| Demais elementos do grupo                      |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| <b>6. Amortização da Dívida</b>                |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 1º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 2º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| 3º elemento de despesa                         |                |                |                |                |                    |              |                |                |
| Demais elementos do grupo                      |                |                |                |                |                    |              |                |                |

## 4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$

1,00

| Modalidade de Contratação                       | Despesa Liquidada    |                      | Despesa paga         |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|   | 2012                 | 2011                 | 2012                 | 2011                 |
| <b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b> | <b>4.895.673,10</b>  | <b>2.121.990,67</b>  | <b>4.895.673,10</b>  | <b>2.121.990,67</b>  |
| a) Convite                                      |                      |                      |                      |                      |
| b) Tomada de Preços                             |                      |                      |                      |                      |
| c) Concorrência                                 |                      |                      |                      |                      |
| d) Pregão                                       | 4.895.673,10         | 2.121.990,67         | 4.895.673,10         | 2.121.990,67         |
| e) Concurso                                     |                      |                      |                      |                      |
| f) Consulta                                     |                      |                      |                      |                      |
| <b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>            | <b>39.140,02</b>     | <b>3.424.849,00</b>  | <b>39.140,02</b>     | <b>3.424.849,00</b>  |
| g) Dispensa                                     | 4.861,45             |                      | 4.861,45             |                      |
| h) Inexigibilidade                              | 34.278,57            | 3.424.849,00         | 34.278,57            | 3.424.849,00         |
| <b>3. Regime de Execução Especial</b>           | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>-</b>             | <b>-</b>             |
| i) Suprimento de Fundos                         |                      |                      |                      |                      |
| <b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>            | <b>129.260,42</b>    | <b>-</b>             | <b>129.260,42</b>    | <b>-</b>             |
| j) Pagamento em Folha                           | 4.490,34             |                      | 4.490,34             |                      |
| k) Diárias                                      | 124.770,08           |                      | 124.770,08           |                      |
| <b>5. Outros</b>                                | <b>25.150.099,00</b> | <b>26.968.521,00</b> | <b>25.150.099,00</b> | <b>26.968.521,00</b> |
| <b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>                     | <b>30.214.172,54</b> | <b>32.515.360,67</b> | <b>30.214.172,54</b> | <b>32.515.360,67</b> |

Fonte: Siafi 2012 e 2011

#### 4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

**Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

Valores em  
R\$ 1,00

| <b>DESPESAS CORRENTES</b>              |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
|--|------------------|---------------|------------------|---------------|---------------------------|-------------|----------------------|---------------|
| <b>Grupos de Despesa</b>               | <b>Empenhada</b> |               | <b>Liquidada</b> |               | <b>RP não processados</b> |             | <b>Valores Pagos</b> |               |
|  | <b>2012</b>      | <b>2011</b>   | <b>2012</b>      | <b>2011</b>   | <b>2012</b>               | <b>2011</b> | <b>2012</b>          | <b>2011</b>   |
| <b>1 – Despesas de Pessoal</b>         |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| Precatórios E RPV                      | 25.146.585,59    | 26.968.521,00 | 25.146.585,59    | 26.968.521,00 | -                         | -           | 25.146.585,59        | 26.968.521,00 |
| Folha                                  | 3.513,41         |               | 3.513,41         |               | -                         | -           | 3.513,41             |               |
| 3º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| Demais elementos do grupo              |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| <b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>  |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 1º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 2º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 3º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| Demais elementos do grupo              |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| <b>3 – Outras Despesas Correntes</b>   |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| Serviço de terceiros - Pessoa jurídica | 1.699.975,79     | 260.045,24    | 67.012,34        | 260.045,24    | 1.632.963,45              | 117.920,00  | 67.012,34            | 1.540.657,89  |
| Material de consumo                    | 138.450,00       |               | 138.450,00       |               | -                         |             | 138.450,00           | 138.450,00    |
| Diárias                                | 126.274,38       |               | 126.274,38       |               | -                         |             | 126.274,38           | 126.274,38    |
| Demais elementos do grupo              | 171.974,15       |               | 91.677,15        |               | 80.297,00                 |             | 91.677,15            | 91.677,15     |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>             |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| <b>Grupos de Despesa</b>               | <b>Empenhada</b> |               | <b>Liquidada</b> |               | <b>RP não Processados</b> |             | <b>Valores Pagos</b> |               |
|  | <b>2012</b>      | <b>2011</b>   | <b>2012</b>      | <b>2011</b>   | <b>2012</b>               | <b>2011</b> | <b>2012</b>          | <b>2011</b>   |
| <b>4 – Investimentos</b>               |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| Obras e Instalações                    | -                | 3.302.329,00  | -                | 3.137.212,55  | -                         | 165.116,45  |                      | 3.137.212,55  |
| Equip. e Material Permanente           | 2.964.360,17     | 1.744.700,43  | 1.803.339,50     | 1.744.700,43  | 1.161.020,67              | -           |                      | 1.744.700,43  |
| Aplicativos (449039)                   | 26.628,43        | 239.765,00    | -                | 239.765,00    | 26.628,43                 | -           |                      | 239.765,00    |
| Demais elementos do grupo              | 27,95            |               | 27,95            | -             | -                         | -           |                      |               |
| <b>5 – Inversões Financeiras</b>       |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 1º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 2º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 3º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| Demais elementos do grupo              |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| <b>6 – Amortização da Dívida</b>       |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 1º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 2º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| 3º elemento de despesa                 |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |
| Demais elementos do grupo              |                  |               |                  |               |                           |             |                      |               |

#### **4.2.4.2.3 Análise crítica**

As Principais alterações ocorridas na Programação Orçamentária foram ocasionadas por movimentações de créditos oriundas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e Órgãos da Administração direta e indireta, no caso de Precatórios, direcionadas a implantação do Processo Judicial Eletrônico, Modernização das instalações Físicas da Justiça do Trabalho, Pagamento de Pessoal, Precatórios e RPV.

- Processo Judicial Eletrônico: Pagamento de diárias, Passagens e cursos, fundamentais a implantação deste projeto.
- Modernização das Instalações Física da Justiça do Trabalho: Reformas e aquisição de equipamentos necessários a melhoria da instalações e consequentemente aprimoramento qualitativo no atendimento a população.
- Pagamento de Pessoal: Através da movimentação de crédito foi possível o pagamento de passivos de processos administrativos aos servidores, magistrados e pensionistas.
- No que se refere a **Requisições de Pequeno Valor e Precatórios**, registra-se que os recursos solicitados para pagamento dos respectivos beneficiários foram devidamente descentralizados e ficaram à disposição dos respectivos Juízos de Primeiro Grau, observando-se que apenas os magistrados podem autorizar a liberação de qualquer valor às partes.

Contingenciamento no exercício: Não acarretou prejuízos a execução orçamentária, tendo em vista que, fora contingenciados recursos para o projeto de Construção da nova Sede deste Tribunal, cujo processo licitatório não havia sido concluído.

Podemos narrar como aspecto negativo a demora na aprovação dos créditos orçamentários de pessoal, acarretando uma sobrecarga de trabalho para executar os recursos tardiamente autorizados.

## ***PARTE “A” ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012***

### ***5.1 Reconhecimento de Passivos***

#### **5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

**Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

Valores em R\$ 1,00

| Identificação da Conta Contábil |   |                           |                   |                   |                           |
|---------------------------------|---|---------------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|
| Código SIAFI                    | Denominação   |                           |                   |                   |                           |
| 2.1.2.1.1.11.00                 | PESSOAL A PG POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS |                           |                   |                   |                           |
| Linha Detalhe                   |   |                           |                   |                   |                           |
| UG                              | Credor (CNPJ/CPF)                                   | Saldo Final em 31/12/2011 | Movimento Devedor | Movimento Credor  | Saldo Final em 31/12/2012 |
| 080007                          |   | R\$ 0,00                  |                   | R\$ 41.496.222,20 | R\$ 41.496.222,20         |
| <b>Razões e Justificativas:</b> |   |                           |                   |                   |                           |
| <b>Fonte: SIAFI 2012</b>        |   |                           |                   |                   |                           |

**5.1.2 Análise Crítica**

O pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), devida aos magistrados representa quase a totalidade dos passivos inscritos. Os recursos necessários a sua quitação serão repassados em 4 parcelas anuais ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através de créditos já autorizados pela Secretaria de Orçamento Federal. Desta forma esta situação já prevista não acarreta nenhuma prejuízo a execução orçamentária e financeira desta Unidade

**5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

**5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

**Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores**

Valores em R\$ 1,00

| Restos a Pagar Processados     |                   |                          |                       |                             |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição               | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011                           | 2.072,50          |                          | 2.072,50              |                             |
| 2010                           | 90,00             |                          |                       | 90,00                       |
| Restos a Pagar não Processados |                   |                          |                       |                             |
| Ano de Inscrição               | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011                           | 15.907.135,75     | 84.543,13                | 11.848.646,11         | 3.973.946,51                |
| 2010                           | 5.292.698,53      | 181.525,35               | 258.272,62            | 4.852.900,56                |
| 2009                           | 19.554.849,14     |                          | 7.832.050,06          | 11.722.799,08               |
| 2008                           | 95.647,51         | 47.340,00                | 12.600,00             | 35.707,51                   |

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

## **5.2.2 Análise Crítica**

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ decorre da implementação de projetos de construções que demandam um tempo maior na homologação do processo licitatório e execução das etapas das obras, ainda dentro do exercício financeiro em que os recursos são consignados.

A Permanência de RP processados por mais de um exercício financeiro, tem sua origem no atraso da execução das obras, entretanto, não interfere na gestão financeira desta Unidade no exercício de referência.

## **5.3 Transferências de Recursos**

### **5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício**

NÃO HOUE

## **5.4 Suprimento de Fundos**

### **5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos**

#### **5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral**

**Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)**

| <b>Suprimento de Fundos</b> |   |                       |                  |                   |                    |
|-----------------------------|---|-----------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| <b>Código da UG</b>         | <b>Nome da UG</b>                             | <b>Valores</b>        |                  |                   | <b>Total Geral</b> |
|                             |   | <b>Conta Tipo "B"</b> | <b>CPGF</b>      |                   |                    |
|                             |   |                       | <b>Saque</b>     | <b>Fatura</b>     |                    |
| 80007                       | Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região    | -                     | 68.155,31        | 235.945,72        | 304.101,03         |
|                             | <b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b> | -                     | <b>68.155,31</b> | <b>235.945,72</b> | <b>304.101,03</b>  |



### 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

NÃO HOUVE

### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

**Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador**

Valores em  
R\$ 1,00

| Código da UG 1                         | 80007       | Limite de Utilização da UG | 687.986,67 |           |           |
|--|-------------|----------------------------|------------|-----------|-----------|
| Portador                               | CPF         | Valor do Limite Individual | Valor      |           | Total     |
|  |             |                            | Saque      | Fatura    |           |
| ADEILSON SANTOS PEREIRA                | 00487362527 | 20.000,00                  | 2.570,00   | 1.852,08  | 4.422,08  |
| OLAVO RIBEIRO ESPIRITO SANTO NETO      | 01170168531 | 9.000,00                   | 0,00       | 2.310,97  | 2.310,97  |
| OTACILIO LIMA MACHADO JUNIOR           | 01834412730 | 30.000,00                  | 3.699,00   | 19.627,03 | 23.326,03 |
| CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA BOTTAS      | 04867734500 | 9.000,00                   | 0,00       | 2.129,44  | 2.129,44  |
| DILSON SANTANA DOS SANTOS              | 06597688520 | 2.000,00                   | 0,00       | 835,00    | 835,00    |
| HERON MARQUES OLIVEIRA                 | 07892250506 | 47.000,00                  | 13.153,91  | 14.739,31 | 27.893,22 |
| MARIA GERVALINA PEREIRA GOMES          | 10033203504 | 29.500,00                  | 4.555,00   | 8.130,09  | 12.685,09 |
| VIRGINIA AUREA SALGADO NOGUEIRA        | 10043799515 | 6.000,00                   | 900,00     | 2.519,00  | 3.419,00  |
| IVONISIA MARIA DE CASTRO               | 11436298504 | 14.000,00                  | 1.364,40   | 7.152,71  | 8.517,11  |
| MANOEL GUSTAVO BISPO FILHO             | 18267262504 | 2.800,00                   | 540,00     | 2.148,06  | 2.688,06  |
| RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUSA            | 22630155315 | 24.000,00                  | 2.560,00   | 5.108,85  | 7.668,85  |
| UBIRAJARA MESQUITA DOS SANTOS          | 24893498568 | 0,00                       | 0,00       | 1.279,10  | 1.279,10  |
| SANDRA MARIA FERREIRA DOS SANTOS AGUI  | 25517104568 | 18.000,00                  | 600,00     | 4.691,83  | 5.291,83  |
| SILVIO JOSE BARAUNA DE FREITAS         | 27358127587 | 18.000,00                  | 850,00     | 5.044,71  | 5.894,71  |
| JOSIVALDO VAZ SANTANA                  | 27373681549 | 23.000,00                  | 1.080,00   | 4.371,00  | 5.451,00  |
| JOSE DOMINGOS NASCIMENTO COSTA         | 28711947500 | 21.250,22                  | 2.090,00   | 4.930,34  | 7.020,34  |
| JOAO LUIS COSTA NASCIMENTO             | 31333672500 | 29.587,27                  | 5.010,00   | 16.952,36 | 21.962,36 |
| EVALDETE DA ROCHA PROFETA              | 32575971500 | 16.714,55                  | 2.056,00   | 11.667,90 | 13.723,90 |
| CARLOS AUGUSTO RAPOSO DE OLIVEIRA      | 32625537515 | 6.000,00                   | 80,00      | 0,00      | 80,00     |
| ANTONIO FERNANDO CARVALHO ALVES        | 32782187520 | 1.000,00                   | 0,00       | 0,00      | 0,00      |
| WALDEMILSON MORAES DOS SANTOS SCHUFFEN | 33353611568 | 18.000,00                  | 0,00       | 3.097,40  | 3.097,40  |
| JOSE CLAUDIO ASSUNCAO CAMPOS           | 34896465504 | 9.000,00                   | 0,00       | 8.060,61  | 8.060,61  |
| DEJANIRA AUGUSTA DA SILVA GONZAGA FRE  | 35653574520 | 18.000,00                  | 0,00       | 3.917,35  | 3.917,35  |
| FRANCISCO MOURA RIBEIRO                | 36401439572 | 19.000,00                  | 2.620,00   | 4.073,74  | 6.693,74  |
| JOSE ARTHUR CABRAL HAGE                | 37030051572 | 12.000,00                  | 1.035,00   | 1.642,71  | 2.677,71  |
| HELINOELITON GONCALVES CARNEIRO        | 39874222549 | 23.000,00                  | 3.068,00   | 10.178,95 | 13.246,95 |
| DARLEI ROCHA PINTO                     | 42717078304 | 6.000,00                   | 0,00       | 2.094,23  | 2.094,23  |
| OLIVIO FERNANDES RODRIGUES             | 47451220559 | 15.000,00                  | 1.628,08   | 6.534,73  | 8.162,81  |
| LEANDRO CARLOS SOUZA DA SILVA REG      | 48216631553 | 2.000,00                   | 0,00       | 43,50     | 43,50     |

|                                      |             |                                   |           |            |            |
|--------------------------------------|-------------|-----------------------------------|-----------|------------|------------|
| MARCELO GALRAO BATISTA               | 48726109549 | 3.000,00                          | 0,00      | 1.301,09   | 1.301,09   |
| JOSE INFANTE NETO                    | 49504843549 | 15.083,26                         | 0,00      | 5.021,91   | 5.021,91   |
| JOSE GOMES BARBOSA                   | 50427679591 | 18.000,00                         | 1.200,00  | 10.409,29  | 11.609,29  |
| LIVIA ALVES DE LIMA                  | 50997726504 | 20.000,00                         | 0,00      | 4.802,05   | 4.802,05   |
| KATIA SELENEH SOUZA DE ARAUJO        | 51237750563 | 7.500,00                          | 1.190,00  | 465,25     | 1.655,25   |
| ROMEU DA SILVA JUNIOR                | 51637278500 | 16.000,00                         | 0,00      | 7.303,67   | 7.303,67   |
| MATIAS DOS SANTOS                    | 55254390506 | 15.000,00                         | 550,00    | 2.400,23   | 2.950,23   |
| ALEXANDRE MOREIRA MENDES DE CARVALHO | 58029818572 | 33.051,57                         | 2.861,96  | 24.380,28  | 27.242,24  |
| ESTEVAO GABRIEL MORAES PACHECO DE A  | 59588179572 | 10.000,00                         | 3.460,00  | 1.697,20   | 5.157,20   |
| CARLO SANDRO DA COSTA SOUZA          | 63395070506 | 3.000,00                          | 0,00      | 1.731,32   | 1.731,32   |
| ESDRAS BATISTA CABRAL                | 64354270544 | 12.000,00                         | 460,00    | 3.291,02   | 3.751,02   |
| EDSON ALVES SANTOS FILHO             | 64441377568 | 18.500,00                         | 778,96    | 6.690,73   | 7.469,69   |
| JAIR SANTOS DA ROCHA                 | 73715069520 | 13.000,00                         | 2.510,00  | 518,54     | 3.028,54   |
| KARLA RODRIGUES DA SILVA             | 90001931504 | 17.000,00                         | 0,00      | 3.901,41   | 3.901,41   |
| LEONARDO ROCHA DE OLIVEIRA           | 92330282591 | 18.000,00                         | 2.425,00  | 3.918,73   | 6.343,73   |
| HELICIO DOS SANTOS PRAXEDES          | 93449593587 | 16.000,00                         | 3.260,00  | 1.616,55   | 4.876,55   |
| ANTONIO SOUZA LEMOS JUNIOR           | 95985573591 | 4.000,00                          | 0,00      | 1.363,45   | 1.363,45   |
| <b>Total Utilizado pela UG</b>       |             |                                   | 68.155,31 | 235.945,72 | 304.101,03 |
| <b>Código da UG 2</b>                |             | <b>Limite de Utilização da UG</b> |           |            |            |
|                                      |             |                                   |           |            |            |
|                                      |             |                                   |           |            |            |
| <b>Total Utilizado pela UG</b>       |             |                                   | 68.155,31 | 235.945,72 | 304.101,03 |
| <b>Total Utilizado pela UJ</b>       |             |                                   |           |            |            |

Fonte: SIAFI 2012

#### 5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

**Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Valores em R\$  
1,00

| Suprimento de Fundos |                |           |            |           |            |            |             |
|----------------------|----------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|-------------|
| Exercícios           | Conta Tipo “B” |           | Saque      |           | Fatura     |            | Total (R\$) |
|                      | Quantidade     | (a) Valor | Quantidade | (b) Valor | Quantidade | (c) Valor  | (a+b+c)     |
| 2012                 |                |           | 174        | 68.155,31 | 384        | 235.945,72 | 304.101,03  |
| 2011                 |                |           | 115        | 36.651,07 | 233        | 190.379,94 | 227.031,01  |
| 2010                 |                |           | 108        | 36.174,42 | 188        | 161.108,42 | 197.282,84  |

Fonte: SIAFI 2010/2011 E 2012

### 5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

**Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)**

| Suprimento de Fundos  |                |       |      |       |      |       |      |            |      |            |      |            |
|-----------------------|----------------|-------|------|-------|------|-------|------|------------|------|------------|------|------------|
| Situação              | Conta Tipo "B" |       |      |       |      |       | CPGF |            |      |            |      |            |
|                       | 2012           |       | 2011 |       | 2010 |       | 2012 |            | 2011 |            | 2010 |            |
|                       | Qtd.           | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor | Qtd. | Valor      | Qtd. | Valor      | Qtd. | Valor      |
| PC não Apresentadas   |                |       |      |       |      |       | 4    | 16.000,00  | 4    | 7.000,00   | 11   | 33.500,00  |
| PC Aguardando Análise |                |       |      |       |      |       |      |            |      |            |      |            |
| PC em Análise         |                |       |      |       |      |       | 1    | 3.000,00   |      |            |      |            |
| PC não Aprovadas      |                |       |      |       |      |       |      |            |      |            |      |            |
| PC Aprovadas          |                |       |      |       |      |       | 219  | 302.288,23 | 165  | 220.031,01 | 142  | 163.782,84 |

Fonte: SIAFI 2010/2011/2012

### 5.4.1.6 Análise Crítica

A utilização de recursos por suprimento de fundos se dá de forma excepcional, para atender as despesas de pequeno vulto, imprevisíveis e de pronto pagamento. A execução desta despesa somente ocorre com a autorização prévia do gestor, onde são analisadas a sua pertinência e a legalidade dos atos praticados.

## 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

## 5.6 Gestão de Precatórios

### 5.6.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

**Quadro A.5.24 – Requisições e Precatórios – Administração Direta**

| Precatórios - Requisição   |                                  |                     |                   |                              |                     |                   |                                  |                   |          |                     |          |                   |
|--|----------------------------------|---------------------|-------------------|------------------------------|---------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|----------|---------------------|----------|-------------------|
| Administração Direta   |                                  |                     |                   |                              |                     |                   |                                  |                   |          |                     |          |                   |
| Natureza   | Quantidade de Requisição e Valor |                     |                   |                              |                     |                   | Quantidade de Precatório e Valor |                   |          |                     |          |                   |
|  | 2011                             |                     | 2010              |                              | 2009                |                   | 2011*                            |                   | 2010**   |                     | 2009***  |                   |
|  | Qtd.                             | Valor               | Qtd.              | Valor                        | Qtd.                | Valor             | Qtd.                             | Valor             | Qtd.     | Valor               | Qtd.     | Valor             |
| Alimentícia  | 26                               | 42.546,24           | 11                | 53.016,80                    | 7                   | 15.594,79         | 5                                | 899.919,80        | 5        | 2.242.482,56        | 3        | 246.298,61        |
| Comum  | 0                                | -                   | 0                 | -                            | 0                   | -                 | 0                                | -                 | 0        | -                   | 0        | -                 |
| <b>Total</b>   | <b>26</b>                        | <b>42.546,24</b>    | <b>11</b>         | <b>53.016,80</b>             | <b>7</b>            | <b>15.594,79</b>  | <b>5</b>                         | <b>899.919,80</b> | <b>5</b> | <b>2.242.482,56</b> | <b>3</b> | <b>246.298,61</b> |
| Precatórios – Dotação e Pagamento  |                                  |                     |                   |                              |                     |                   |                                  |                   |          |                     |          |                   |
| Natureza   | Dotação Orçamentária             |                     |                   | Valores Pagos/Tipo de Credor |                     |                   |                                  |                   |          | Saldos a Pagar      |          |                   |
|  | 2012                             | 2.011,00            | 2010              | Pessoa Física                |                     |                   | Pessoa Jurídica                  |                   |          |                     |          |                   |
|  |                                  |                     |                   | 2.012,00                     | 2011                | 2.010,00          | 2012                             | 2.011,00          | 2010     |                     |          |                   |
| Alimentícia  | 974.523,00                       | 2.393.626,00        | 257.480,00        | 974.523,00                   | 2.393.626,00        | 257.480,00        | -                                | -                 | -        | -                   |          |                   |
| Comum  | -                                | -                   | -                 | -                            | -                   | -                 | -                                | -                 | -        | -                   |          |                   |
| <b>Total</b>   | <b>974.523,00</b>                | <b>2.393.626,00</b> | <b>257.480,00</b> | <b>974.523,00</b>            | <b>2.393.626,00</b> | <b>257.480,00</b> | <b>-</b>                         | <b>-</b>          | <b>-</b> | <b>-</b>            |          |                   |
| <b>Observações: *Constam dos 05 precatórios da Administração Direta expedidos em 2011 um total de 07 beneficiários;</b><br><b>**Constam dos 05 precatórios da Administração Direta expedidos em 2010 um total de 19 beneficiários;</b><br><b>***Constam dos 03 precatórios da Administração Direta expedidos em 2009 um total de 04 beneficiários.</b> |                                  |                     |                   |                              |                     |                   |                                  |                   |          |                     |          |                   |

Fonte: Planilhas de Requisições de Pequeno Valor e Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

## 5.6.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

**Quadro A.5.25 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta**

| Precatórios - Requisição  |                                  |                      |                      |                              |                      |                      |                                  |                      |          |                      |          |                      |
|---|----------------------------------|----------------------|----------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|----------------------|
| Administração Indireta  |                                  |                      |                      |                              |                      |                      |                                  |                      |          |                      |          |                      |
| Natureza  | Quantidade de Requisição e Valor |                      |                      |                              |                      |                      | Quantidade de Precatório e Valor |                      |          |                      |          |                      |
|   | 2011                             |                      | 2010                 |                              | 2009                 |                      | 2011*                            |                      | 2010**   |                      | 2009***  |                      |
|   | Qtd.                             | Valor                | Qtd.                 | Valor                        | Qtd.                 | Valor                | Qtd.                             | Valor                | Qtd.     | Valor                | Qtd.     | Valor                |
| Alimentícia   | 88                               | 282.501,82           | 92                   | 1.291.420,86                 | 174                  | 1.567.259,69         | 4                                | 21.693.209,10        | 1        | 22.618.898,03        | 8        | 12.740.103,89        |
| Comum   | 0                                | -                    | 0                    | -                            | 0                    | -                    | 0                                | -                    | 0        | -                    | 0        | -                    |
| <b>Total</b>  | <b>88</b>                        | <b>282.501,82</b>    | <b>92</b>            | <b>1.291.420,86</b>          | <b>174</b>           | <b>1.567.259,69</b>  | <b>4</b>                         | <b>21.693.209,10</b> | <b>1</b> | <b>22.618.898,03</b> | <b>8</b> | <b>12.740.103,89</b> |
| Precatórios – Dotação e Pagamento   |                                  |                      |                      |                              |                      |                      |                                  |                      |          |                      |          |                      |
| Natureza  | Dotação Orçamentária             |                      |                      | Valores Pagos/Tipo de Credor |                      |                      |                                  |                      |          | Saldos a Pagar       |          |                      |
|   |                                  |                      |                      | Pessoa Física                |                      |                      | Pessoa Jurídica                  |                      |          |                      |          |                      |
|   | 2012                             | 2.011,00             | 2010                 | 2.012,00                     | 2011                 | 2.010,00             | 2012                             | 2.011,00             | 2010     |                      |          |                      |
| Alimentícia   | 23.491.576,00                    | 24.143.410,00        | 13.318.502,00        | 11.675.407,00                | 24.143.410,00        | 13.318.502,00        | 11.816.169,00                    | -                    | -        | -                    |          |                      |
| Comum   | -                                | -                    | -                    | -                            | -                    | -                    | -                                | -                    | -        | -                    |          |                      |
| <b>Total</b>  | <b>23.491.576,00</b>             | <b>24.143.410,00</b> | <b>13.318.502,00</b> | <b>11.675.407,00</b>         | <b>24.143.410,00</b> | <b>13.318.502,00</b> | <b>11.816.169,00</b>             | <b>-</b>             | <b>-</b> | <b>-</b>             |          |                      |
| <p><b>Observações: *Constam dos 04 precatórios da Administração Indireta expedidos em 2011 um total de 17 beneficiários, sendo que um deles é um Sindicato (SINDSUNSEB – CNPJ 13532049/0001-37), cujo crédito alcança o valor de R\$10.781.610,06 (precatório nº 0267842-90.1990.5.5.0004);</b><br/> <b>**Constam do único precatório (precatório nº 0191140-37.1989.5.05.0005) da Administração Indireta expedido em 2010 um total de 441 beneficiários;</b><br/> <b>***Constam dos 08 precatórios da Administração Indireta expedidos em 2009 um total de 71 beneficiários.</b></p> |                                  |                      |                      |                              |                      |                      |                                  |                      |          |                      |          |                      |

Fonte: Planilhas de Requisições de Pequeno Valor e Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

### **5.6.3 Análise Crítica**

No que concerne às solicitações de recursos para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV'S) e Precatórios de entes Federais, cabe registrar as seguintes observações:

- O crédito devido a cada um dos exequentes (beneficiários) é fixado exclusivamente pelo Juiz nos autos do processo e somente ele, por meio de decisão fundamentada, pode alterar os valores. Após transitar em julgado a conta que fixou o crédito, o magistrado determina a expedição da Requisição de Pequeno Valor ou do Precatório, a depender do valor a executar;
- Recebido os autos com a Requisição de Pequeno Valor ou com o Precatório na Secretaria de Coordenação Judiciária de Segunda Instância, os mesmos são encaminhados por despacho da Presidência à Central de Cálculos, para atualização, devendo ainda ser conferido se a União teve ciência da determinação de expedição e, no caso de precatório, se foi oportunizada a compensação de créditos, bem como se o Ministério Público do Trabalho emitiu parecer acerca da regularidade da formação do precatório, consoante exigência contida no Regimento Interno deste E. TRT;
- Após a atualização, e também em cumprimento ao despacho exarado pela Presidência, são efetuadas as solicitações de recursos:
- **Requisição de Pequeno Valor**
- Na hipótese de Requisição de Pequeno Valor, esta é efetuada através do preenchimento de planilha, em formato Excel. Esta planilha é mensal, caso exista alguma requisição a ser efetuada, e deve conter o **número do processo**, a **Vara do Trabalho**, o **nome** e **CPF** do exequente e o **valor do crédito** a ser solicitado, devendo as requisições ser classificadas entre autarquias, fundações ou administração direta;
- As planilhas, após o preenchimento, são conferidas em relação aos dados constantes dos processos e, em seguida, encaminhadas via ofício e por e-mail à Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal, que, por sua vez, as encaminha à Coordenadoria de Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Os valores são descentralizados para a nossa unidade orçamentária e ficam à disposição do Juízo das respectivas Varas do Trabalho, que detém a competência para liberá-los, para pagamento aos exequentes. Cabe ressaltar que apenas os magistrados podem autorizar a liberação de qualquer valor às partes.
- **Precatório**
- Na hipótese de o crédito ter sido enquadrado como precatório, a solicitação de recursos é efetuada até o final de junho de cada ano, utilizando-se ferramenta (*software*) fornecida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Este programa controla todos os dados dos exequentes (beneficiários), como **nome**, **CPF**, **Vara do Trabalho**, **processo**, **recolhimentos legais (INSS e IR)**, **ente (Autarquia, Fundação ou Administração Direta)**, e gera, ao final, arquivos em formato “DB” (ADVOGADO.DB, CADASTRO.DB, PRECATORIO.DB e BENEFICIARIO.DB) contendo todas as informações;
- Após a conferência do preenchimento dos dados no programa em relação àqueles constantes dos processos, os arquivos são encaminhados via email diretamente à Coordenadoria de Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Os valores são descentralizados no início do ano para a nossa unidade orçamentária e ficam à disposição do Juízo das respectivas Varas do Trabalho, que detém a competência para liberá-los, para

pagamento aos exequentes. Cabe ressaltar que apenas os magistrados podem autorizar a liberação de qualquer valor às partes.

Em conclusão, verifica-se que a adoção pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho de um programa proprietário para a solicitação de recursos para as Requisições de Pequeno Valor, nos moldes como é atualmente utilizado para as verbas de precatórios, elevaria a segurança e o controle do procedimento, incorporando ainda mais celeridade e melhor organização.

É relevante também acrescentar que o próprio *software* de solicitação de verbas para precatórios poderia ser aprimorado se fosse adotada a ferramenta de criptografia dos dados, tendo em vista que a transmissão dos arquivos por ele gerados (ADVOGADO.DB, CADASTRO.DB, PRECATORIO.DB e BENEFICIARIO.DB) é realizada via e-mail institucional, tendo como destinatário e-mail institucional do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

## ***PARTE “A” ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012***

### ***6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos***

#### **6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias dos Cargos  | Lotação    |         | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
|  | Autorizada | Efetiva |                        |                       |
| <b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>          | 2800       | 2627    | 164                    | 144                   |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos                    | 214        | 206     | 3                      | 9                     |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)        | 2586       | 2421    | 161                    | 135                   |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão             | 2284       | 2119    | 98                     | 92                    |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado   | -          | -       | -                      | -                     |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório        | 4          | 4       | 1                      | 2                     |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas    | 298        | 298     | 62                     | 41                    |
| <b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>               | -          | -       | -                      | -                     |
| <b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b> | 11         | 11      | -                      | -                     |
| <b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>                        | 2811       | 2638    | 164                    | 144                   |

Fonte:

### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

| Tipologias dos afastamentos  | Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|--|---|
| <b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>  | <b>16</b>   |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão  | -   |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança  | -   |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)                          | -   |
| <b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>   | <b>1</b>  |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo   | 1   |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior   | 0   |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional   | 0   |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País                          | 0   |
| <b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>  | <b>119</b>  |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração  | 1   |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração   | 106   |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | -   |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde                 | 3   |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo               | 9   |
| <b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>   | <b>0</b>  |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família   | 0   |
| 4.2. Capacitação   | 0   |
| <b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>   | <b>4</b>  |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro   | 1   |
| 5.2. Serviço Militar   | 0   |
| 5.3. Atividade Política  | 0   |
| 5.4. Interesses Particulares   | 2   |
| 5.5. Mandato Classista   | 1   |
| <b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>   | <b>0</b>  |
| <b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>                            | <b>139</b>  |

Fonte:



## 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação     |             | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|-------------|-------------|------------------------|-----------------------|
|  | Autorizada  | Efetiva     |                        |                       |
| <b>1. Cargos em Comissão</b>                                 | 160         | 159         | -                      | -                     |
| 1.1. Cargos Natureza Especial                                | 0           | 0           | -                      | -                     |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior                 | 160         | 159         | -                      | -                     |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão             | 0           | 139         | -                      | -                     |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado   | 0           | 0           | -                      | -                     |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas                 | 0           | 9           | -                      | -                     |
| 1.2.4. Sem Vínculo   | 0           | 11          | -                      | -                     |
| 1.2.5. Aposentados   | 0           | 0           | -                      | -                     |
| <b>2. Funções Gratificadas</b>                               | <b>1565</b> | <b>1515</b> | -                      | -                     |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão               | 1281        | 1281        | -                      | -                     |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado     | 0           | 0           | -                      | -                     |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas                   | 234         | 234         | -                      | -                     |
| <b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>     | <b>1725</b> | <b>1674</b> | -                      | -                     |

Fonte:

### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo                          | Quantidade de Servidores por Faixa Etária |                 |                 |                 |                  |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
|  | Até 30 anos                               | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| <b>1. Provisão de Cargo Efetivo</b>          | 336                                       | 659             | 1019            | 521             | 91               |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos    | 2   | 71              | 89              | 30              | 14               |
| 1.2. Servidores de Carreira                  | 334                                       | 588             | 930             | 491             | 77               |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários    | 0   | 0               | 0               | 0               | 0                |
| <b>2. Provisão de Cargo em Comissão</b>      | 233                                       | 416             | 687             | 301             | 49               |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial             | 0   | 0               | 0               | 0               | 0                |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 4   | 29              | 99              | 20              | 3                |
| 2.3. Funções Gratificadas                    | 229                                       | 387             | 588             | 281             | 46               |
| <b>3. Totais (1+2)</b>                       | <b>569</b>                                | <b>1075</b>     | <b>1706</b>     | <b>822</b>      | <b>140</b>       |

Fonte:

### 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo                          | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade |          |           |           |            |             |             |           |          |
|--|---|----------|-----------|-----------|------------|-------------|-------------|-----------|----------|
|  | 1   | 2        | 3         | 4         | 5          | 6           | 7           | 8         | 9        |
| <b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>        | 0   | 0        | 5         | 38        | 468        | 1087        | 1006        | 24        | 2        |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos    | 0   | 0        | 0         | 0         | 0          | 202         | 1           | 1         | 1        |
| 1.2. Servidores de Carreira                  | 0   | 0        | 5         | 38        | 468        | 885         | 1005        | 23        | 1        |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários    | -   | -        | -         | -         | -          | -           | -           | -         | -        |
| <b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>    | 0   | 0        | 5         | 20        | 311        | 634         | 695         | 18        | 1        |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial             | 0   | 0        | 0         | 0         | 0          | 0           | 0           | 0         | 0        |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 0   | 0        | 0         | 0         | 5          | 72          | 76          | 2         | 0        |
| 2.3. Funções Gratificadas                    | 0   | 0        | 5         | 20        | 306        | 562         | 619         | 16        | 1        |
| <b>3. Totais (1+2)</b>                       | <b>0</b>  | <b>0</b> | <b>10</b> | <b>58</b> | <b>779</b> | <b>1721</b> | <b>1701</b> | <b>42</b> | <b>3</b> |

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

### 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

VIDE ANEXO I pag. 140

## **6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**

### **6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria**

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade                          |  |
|---|-------------------------------------|--|
|   | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| <b>1. Integral</b>                            | 389                                 | 28   |
| 1.1 Voluntária                                | 297                                 | 21   |
| 1.2 Compulsória                               | 5                                   | 0  |
| 1.3 Invalidez Permanente                      | 87                                  | 7  |
| 1.4 Outras                                    | 0                                   | 0  |
| <b>2. Proporcional</b>                        | 202                                 | 5  |
| 2.1 Voluntária                                | 168                                 | 1  |
| 2.2 Compulsória                               | 4                                   | 1  |
| 2.3 Invalidez Permanente                      | 30                                  | 3  |
| 2.4 Outras                                    | 0                                   | 0  |
| <b>3. Totais (1+2)</b>                        | 591                                 | 33   |

Fonte:

### **6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada**

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão |                                     |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
|   | Acumulada até 31/12                   | Iniciada no Exercício de Referência |
| <b>1. Aposentado</b>                        | 591                                   | 33                                  |
| 1.1. Integral                               | 389                                   | 28                                  |
| 1.2. Proporcional                           | 202                                   | 5                                   |
| <b>2. Em Atividade</b>                      | 138                                   | 4                                   |
| <b>3. Total (1+2)</b>                       | 729                                   | 37                                  |

Fonte:

### **6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

No momento da posse o servidor preenche declaração acerca da acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

No quadro de pessoal deste Regional não existe servidor que acumule cargo, função ou emprego público vedada pelo art. 37, inc. XVI e XVII, da Constituição Federal.

### **6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Não se aplica, pois, neste Regional, inexistente servidor que acumule cargo, função ou emprego público vedada pelo art. 37, inc. XVI e XVII, da Constituição Federal.

### **6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação**

#### **6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC**

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos                                    | Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU |      | Quantidade de atos cadastrados no SISAC |      |
|--|--|------|---|------|
|  | Exercícios                                     |      | Exercícios                              |      |
|  | 2012   | 2011 | 2012                                    | 2011 |
| Admissão   | 115  | 87   | 119                                     | 138  |
| Concessão de aposentadoria                       | 33   | 24   | 48                                      | 48   |
| Concessão de pensão civil                        | 18   | 22   | 15                                      | 30   |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente     | -  | -    | -                                       | -    |
| Concessão de reforma                             | -  | -    | -                                       | -    |
| Concessão de pensão militar                      | -  | -    | -                                       | -    |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | 11   | 3    | 11                                      | 3    |
| Totais   | 177  | 136  | 193                                     | 219  |

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos                       | Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU |           | Quantidade de atos cadastrados no SISAC |           |
|-------------------------------------|--|-----------|---|-----------|
|                                     | Exercícios                                       |           | Exercícios                              |           |
|                                     | 2012   | 2011      | 2012                                    | 2011      |
| <b>Desligamento</b>                 | 46   | 41        | 47                                      | 48        |
| <b>Cancelamento de concessão</b>    | 14   | 6         | 14                                      | 6         |
| <b>Cancelamento de desligamento</b> | -  | -         | -                                       | -         |
| <b>Totais</b>                       | <b>60</b>  | <b>46</b> | <b>61</b>                               | <b>54</b> |

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

| Tipos de Atos   | Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC |                 |                 |                 |
|---|---|-----------------|-----------------|-----------------|
|   | Exercício de 2012   |                 |                 |                 |
|   | Até 30 dias   | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | Mais de 90 dias |
| <b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b> |   |                 |                 |                 |
| <b>Admissão</b>   | 17  | 85              | 13              | 4               |
| <b>Concessão de aposentadoria</b>                                     | -   | 9               | 11              | 15              |
| <b>Concessão de pensão civil</b>                                      | -   | -               | 3               | 11              |
| <b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>                   | -   | -               | -               | -               |
| <b>Concessão de reforma</b>   | -   | -               | -               | -               |
| <b>Concessão de pensão militar</b>                                    | -   | -               | -               | -               |
| <b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>               | -   | -               | 1               | 3               |
| <b>Total</b>  | <b>17</b>   | <b>94</b>       | <b>28</b>       | <b>33</b>       |
| <b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b> |   |                 |                 |                 |
| <b>Desligamento</b>   | 33  | 12              | 1               | -               |
| <b>Cancelamento de concessão</b>                                      | 5   | 4               | 1               | 4               |
| <b>Cancelamento de desligamento</b>                                   |   |                 |                 |                 |
| <b>Total</b>  | <b>38</b>   | <b>16</b>       | <b>2</b>        | <b>4</b>        |

### 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

| Tipos de Atos                           | Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU |      | Quantidade de atos enviados ao TCU |      |
|---|---|------|------------------------------------|------|
|   | Exercícios                                  |      | Exercícios                         |      |
|   | 2012  | 2011 | 2012                               | 2011 |
| Pensões graciosas ou indenizatórias     | -   | -    | -                                  | -    |
| Outros atos fora do SISAC (especificar) | -   | -    | -                                  | -    |
| <b>Totais</b>                           | -   | -    | -                                  | -    |

### 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

| Tipos de Atos                                    | Quantidade de atos com diligência pelo OCI |      | Quantidade de atos com parecer negativo do OCI |      |
|--|--|------|--|------|
|  | Exercícios                                 |      | Exercícios                                     |      |
|  | 2012                                       | 2011 | 2012   | 2011 |
| Admissão   | 13   | 35   |  |      |
| Concessão de aposentadoria                       | 28   | 29   |  |      |
| Concessão de pensão civil                        | 08   | 24   |  |      |
| Concessão de pensão especial a ex-combatente     |  |      |  |      |
| Concessão de reforma                             |  |      |  |      |
| Concessão de pensão militar                      |  |      |  |      |
| Alteração do fundamento legal de ato concessório | 00   | 05   |  |      |
| <b>Totais</b>                                    |  |      |  |      |

### **6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

Implantação do Programa de Qualidade de Vida - ATO TRT 277/2012.

Medição, mediante aplicação de questionário, de indicadores da percepção de qualidade de vida de magistrados e servidores e do clima organizacional.

\* Absenteísmo total (2012) – servidores: 3,62% e magistrados: 4,20%

Absenteísmo por motivo de saúde (2012) – servidores: 2,93% e magistrados: 3,03%

\* Rotatividade – inexistente controle da rotatividade de servidores;

\* Educação Continuada – não se aplica;

\* Disciplina – não se aplica;

\* Aposentadoria *versus* reposição do quadro

## 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

ESTA UNIDADE JURISDICIONADA NÃO POSSUI CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS

### 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante   |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|-----|---|---|---|---|------|
| Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO                                      |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
| UG/Gestão: 080007   |      |          |                           |                           |   |          | CNPJ: 02.839.639/0001-90                                    |     |   |   |   |   |      |
| Informações sobre os Contratos  |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
| Ano do Contrato   | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas |          | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados |     |   |   |   |   | Sit. |
|   |      |          |                           |                           | Início  | Fim      | F   |     | M |   | S |   |      |
|   |      |          |                           |                           |   |          | P   | C   | P | C | P | C |      |
| 2011  | L    | E        | 09.53.11.00275-35         | 04.289.154/001-04         | 24/04/11  | 23/05/12 | 170   | 170 |   |   |   |   | E    |
| 2012  | L    | O        | 09.53.12.00018-35         | 32.858.441/0001-15        | 23/05/12  | 22/05/17 | 164   | 175 |   |   |   |   | A    |
| 2010  | V    | O        | 09.53.09.00157-35         | 05.248.988/0001-26        | 01/09/10  | 28/03/15 | 147   | 155 |   |   |   |   | A    |
| Observações:  |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
| <b>LEGENDA</b>  |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.                                |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.   |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.          |      |          |                           |                           |   |          |   |     |   |   |   |   |      |

Fonte:

**6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão**

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| Unidade Contratante  |      |          |                           |                           |   |          |   |    |   |   |   |   |      |   |
|--|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|----|---|---|---|---|------|---|
| Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO   |      |          |                           |                           |   |          |   |    |   |   |   |   |      |   |
| UG/Gestão:080007   |      |          |                           |                           |   |          | CNPJ: 02.839.639/0001-90                                    |    |   |   |   |   |      |   |
| Informações sobre os Contratos   |      |          |                           |                           |   |          |   |    |   |   |   |   |      |   |
| Ano do Contrato  | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas |          | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados |    |   |   |   |   | Sit. |   |
|  |      |          |                           |                           | Início  | Fim      | F   |    | M |   | S |   |      |   |
|  |      |          |                           |                           |   |          | P   | C  | P | C | P | C |      |   |
| 2008   | 4    | O        | 09.53.08.0012<br>3-35     | 33.833.880/000<br>1-36    | 11/02/10  | 10/02/15 | 18  | 22 |   |   |   |   |      | A |
| 2011   | 4    | O        | 09.53.11.0013<br>8-35     | 01.030.016/000<br>1-00    | 16/09/11  | 23/08/12 | 2   | 2  |   |   |   |   |      | E |
| 2012   | 4    | O        | 09.53.12.0021<br>6-35     | 07.244.760/000<br>1-93    | 29/01/13  | 28/01/18 | 4   | 4  |   |   |   |   |      | A |
| 2012   | 2    | O        | 09.53.10.0031<br>5-35     | 70.237.672/000<br>2-81    | 1/1/2012  | 31/12/12 | 54  | 54 |   |   |   |   |      | E |
| 2008   | 12   | O        | 09.53.08.0010<br>4-35     | 00.403.982/000<br>1-62    | 28/08/08  | 28/08/12 | 14  | 14 |   |   |   |   |      | E |
| 2012   | 12   | O        | 09.53.12.0013<br>0-35     | 08.528.285/000<br>1-40    | 28/08/12  | 27/08/17 | 13  | 13 |   |   |   |   |      | A |
| <b>Observações:</b>  |      |          |                           |                           |   |          |   |    |   |   |   |   |      |   |
| <p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes</li> <li>12. Outras</li> </ol> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> |      |          |                           |                           |   |          |   |    |   |   |   |   |      |   |

Fonte:



## **6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários**

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade    | Quantitativo de contratos de estágio vigentes |              |              |              | Despesa no exercício<br>(em R\$ 1,00) |
|--------------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
|                          | 1º Trimestre                                  | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre |                                       |
| <b>1. Nível superior</b> | <b>163</b>                                    | <b>164</b>   | <b>164</b>   | <b>174</b>   |                                       |
| 1.1 Área Fim             | 126   | 127          | 127          | 137          |                                       |
| 1.2 Área Meio            | 37  | 37           | 37           | 37           |                                       |
| <b>2. Nível Médio</b>    | <b>95</b>                                     | <b>95</b>    | <b>95</b>    | <b>95</b>    |                                       |
| 2.1 Área Fim             | 82  | 82           | 82           | 82           |                                       |
| 2.2 Área Meio            | 13  | 13           | 13           | 13           |                                       |
| <b>3. Total (1+2)</b>    | <b>258</b>                                    | <b>259</b>   | <b>259</b>   | <b>269</b>   | R\$ 1.837.217,90                      |

Fonte:

## ***PARTE “A” ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012***

### ***7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros***

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

No tocante à legislação, são aplicáveis a Resolução nº 083/2009 do CNJ; Resoluções nºs 068/2010, 073/2010 e 085/2011 do CSJT; Portaria nº 651/2010 da Presidência do TRT da 5ª Região quanto à constituição e a forma de utilização da frota deste Regional.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Os veículos que compõem a frota deste TRT são de suma importância para o desenvolvimento das atividades desta Unidade Judiciária, impactando positivamente seu exercício, na medida em que permitem:

- o transporte de servidores e magistrados que se deslocam a serviço entre as diversas sedes de Fóruns e Varas do Trabalho;
- a distribuição de bens materiais de consumo e permanentes destinados a todas as unidades, da Capital e interior.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ:

Atualmente a frota é composta de veículos conforme tabela abaixo:

| CLASSIFICAÇÃO | QUANTIDADE | ANO DE REFERÊNCIA |
|---------------|------------|-------------------|
|---------------|------------|-------------------|

|                                      |    |      |
|--------------------------------------|----|------|
| Veículos de Representação            | 30 | 2012 |
| Veículos de Transporte Institucional | 12 | 2012 |
| Veículos de Serviço                  | 25 | 2012 |
| Total de Veículos da Frota           | 67 | 2012 |

d) Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos referente ao exercício de 2012:

| <b>CLASSIFICAÇÃO</b>                 | <b>QUANTIDADE</b> | <b>QUILOMETRAGEM MÉDIA ANUAL</b> |
|--------------------------------------|-------------------|----------------------------------|
| Veículos de Representação            | 30                | 9.485,37                         |
| Veículos de Transporte Institucional | 12                | 19.945,89                        |
| Veículos de Serviço                  | 25                | 12.339,32                        |
| Total de Veículos da Frota           | 67                | 13.923,52                        |

e) Idade média da frota de veículos:

| <b>CLASSIFICAÇÃO</b>                 | <b>QUANTIDADE</b> | <b>IDADE MÉDIA DA FROTA</b> |
|--------------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| Veículos de Representação            | 30                | 4,5 anos                    |
| Veículos de Transporte Institucional | 12                | 3,8 anos                    |
| Veículos de Serviço                  | 25                | 6,4 anos                    |
| Total de Veículos da Frota           | 67                | 4,9 anos                    |

f) Custos associados à manutenção da frota:

Os custos referentes à frota de veículos no ano de 2012 foram os seguintes:

Despesa anual com combustível: R\$ 231.006,19

Despesa anual com manutenção: R\$ 142.260,20

Despesa anual com serviço terceirizado: R\$ 80.319,48

Despesa anual com seguro obrigatório (exercício 2013): R\$ 7.166,10

Administração da frota: Agentes de segurança, servidores do quadro, são os responsáveis pela administração da frota.

g) Plano de substituição da frota:

Não existe um plano elaborado de substituição da frota, pondo-se em prática apenas a aquisição de novas unidades à medida que se faz necessária a reposição, procedendo-se, concomitantemente, ao desfazimento dos bens que, embora não se enquadrem como inservíveis, já alcançaram um tempo e quilometragem que justifiquem tal iniciativa. A Coordenadoria de Atendimentos Gerais, através da Seção de Mecânica, indica os veículos cuja manutenção é mais dispendiosa, visando futura alienação.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Não havendo estudo que aponte de forma precisa a existência de vantagem econômica em relação à aquisição ou locação de frota de veículos, e uma vez que este Órgão sempre contou com frota própria, não há que se falar em escolha, mas sim em continuidade de um procedimento historicamente adotado. Em existindo estudo de viabilidade sugerindo a utilização de um ou outro método, este Tribunal, após consulta ao Colegiado Especial, poderá optar por aquela mais vantajosa.

i) Estrutura de controles de frota da UJ:

Visando assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, este Órgão utiliza-se de diversos mecanismos de controle, tais como:

- Controle de entrada e saída de veículos, com registro pelo Núcleo de Segurança;
- Controle de quilometragem e roteiro através da Seção de Transporte, bem como vistoria física dos veículos na saída e no retorno, para detecção de possíveis avarias;
- Controle de consumo de combustível e manutenções preventivas e corretivas a cargo da Coordenadoria de Atendimentos Gerais;
- Programação logística de envio de materiais e equipamentos às Unidades do interior, pelo Serviço de Patrimônio e Suprimento e Secretaria de Administração;

## **7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário**

### **7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial**

**Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA |            | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ |                |
|------------------------|------------|---|----------------|
|                        |            | EXERCÍCIO 2012  | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL                 | UF BAHIA   | 30  | 30             |
|                        | ALAGOINHAS | 1   | 1              |

|                        |               |           |           |
|------------------------|---------------|-----------|-----------|
| BARREIRAS              | 1             | 1         |           |
| BOM JESUS DA LAPA      | 1             | 1         |           |
| CAMAÇARI               | 1             | 1         |           |
| CANDEIAS               | 1             | 1         |           |
| CRUZ DAS ALMAS         | 1             | 1         |           |
| EUNÁPOLIS              | 1             | 1         |           |
| FEIRA DE SANTANA       | 1             | 1         |           |
| GUANAMBI               | 1             | 1         |           |
| ILHEUS                 | 1             | 1         |           |
| IPIAU                  | 1             | 1         |           |
| IRECÊ                  | 1             | 1         |           |
| ITABUNA                | 1             | 1         |           |
| ITAMARAJÚ              | 1             | 1         |           |
| JACOBINA               | 1             | 1         |           |
| JEQUIÉ                 | 1             | 1         |           |
| JUAZEIRO               | 1             | 1         |           |
| PORTO SEGURO           | 1             | 1         |           |
| SALVADOR               | 3             | 3         |           |
| SANTO AMARO            | 2             | 2         |           |
| SANTO ANTÔNIO DE JESUS | 1             | 1         |           |
| SENHOR DO BOMFIM       | 1             | 1         |           |
| SIMÕES FILHO           | 2             | 2         |           |
| VALENÇA                | 1             | 1         |           |
| VITÓRIA DA CONQUISTA   | 1             | 1         |           |
| TEIXEIRA DE FREITAS    | 1             | 1         |           |
| <b>Subtotal Brasil</b> |               | <b>30</b> | <b>30</b> |
| <b>EXTERIOR</b>        | <b>PAÍS 1</b> | $\Sigma$  | $\Sigma$  |
|                        | cidade 1      |           |           |
|                        | cidade 2      |           |           |
|                        | cidade "n"    |           |           |

| PAÍS "n"                         | Σ         | Σ         |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| cidade 1                         |           |           |
| cidade 2                         |           |           |
| cidade "n"                       |           |           |
| <b>Subtotal Exterior</b>         | <b>Σ</b>  | <b>Σ</b>  |
| <b>Total (Brasil + Exterior)</b> | <b>30</b> | <b>30</b> |

Fonte: SPIUNET/SIAFI 2012

### 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

**Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA |                    | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ |                |
|------------------------|--------------------|--|----------------|
|                        |                    | EXERCÍCIO 2012                                     | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL                 | <b>BAHIA</b>       | <b>7</b>   | <b>7</b>       |
|                        | BRUMADO            | 1  | 1              |
|                        | CONCEIÇÃO DO COITÉ | 1  | 1              |
|                        | EUCLIDES DA CUNHA  | 1  | 1              |
|                        | FEIRA DE SANTANA   | 1  | 1              |
|                        | ITABERABA          | 1  | 1              |
|                        | ITAPETINGA         | 1  | 1              |
|                        | SALVADOR           | 1  | -              |
|                        | SANTO AMARO        | -  | 1              |
| <b>Subtotal Brasil</b> |                    | <b>7</b>   | <b>7</b>       |
| EXTERIOR               | <b>PAÍS 1</b>      | <b>Σ</b>   | <b>Σ</b>       |
|                        | cidade 1           |  |                |
|                        | cidade 2           |  |                |
|                        | cidade "n"         |  |                |
|                        | <b>PAÍS "n"</b>    | <b>Σ</b>   | <b>Σ</b>       |
|                        | cidade 1           |  |                |

|                                  |            |          |          |
|----------------------------------|------------|----------|----------|
|                                  | cidade 2   |          |          |
|                                  | cidade "n" |          |          |
| <b>Subtotal Exterior</b>         |            | <b>Σ</b> | <b>Σ</b> |
| <b>Total (Brasil + Exterior)</b> |            | <b>7</b> | <b>7</b> |

Fonte: SPIUNET/SIAFI 2012

### 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

**Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

| UG    | RIP              | Regime                 | Estado de Conservação | Valor do Imóvel |                   |                  | Despesa no Exercício |                |
|-------|------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------|
|       |                  |                        |                       | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas         | Com Manutenção |
| 80007 | 3117 00015.500-1 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 503.425,60      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3313 00008.500-3 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 199.975,13      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3363 00025.500-2 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 441.235,60      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3377.00026.500-8 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 1.958.000,00    | 3/1/2010          |                  |                      |                |
| 80007 | 3413 00007.500-4 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 634.358,41      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3429 00019.500-6 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 415.765,60      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3495 00046.500-1 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 384.767,32      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3515 00159.500-4 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 771.945,74      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3533 00006.500-0 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 460.915,05      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3573 00178.500-5 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 525.723,33      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3579 00006.500-8 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 141.556,85      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3593 00003.500-7 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 441.391,79      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3597 00057.500-4 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 2.794.125,06    | 10/2/2010         |                  |                      |                |
| 80007 | 3613 00009.500-8 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 239.875,21      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3651 00009.500-0 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 1.660.000,00    | 6/2/2003          |                  |                      |                |
| 80007 | 3661 00114.500-9 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 354.164,00      | 1/10/2010         |                  |                      |                |
| 80007 | 3669 00025.500-0 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 532.660,68      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3807 00039.500-0 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 200.953,40      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3849 00522.500-0 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 9.850.000,00    | 13/4/2005         |                  |                      |                |
| 80007 | 3849 00523.500-6 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 4.400.000,00    | 13/4/2005         |                  |                      |                |
| 80007 | 3849.00746.500-9 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 379.134,33      | 21/10/2004        |                  |                      |                |
| 80007 | 3871 00009.500-8 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 238.840,72      | 5/11/2001         |                  |                      |                |
| 80007 | 3871.00014.500-5 | Uso em Serviço Público | Bom                   | 84.400,00       | 12/4/2011         |                  |                      |                |

|                                  |                  |                        |     |              |            |  |  |              |                     |
|----------------------------------|------------------|------------------------|-----|--------------|------------|--|--|--------------|---------------------|
| 80007                            | 3873 00005.500-2 | Uso em Serviço Público | Bom | 339.824,29   | 5/11/2001  |  |  |              |                     |
| 80007                            | 3901 00015.500-6 | Uso em Serviço Público | Bom | 654.987,15   | 1/9/2010   |  |  |              |                     |
| 80007                            | 3913 00042.500-7 | Uso em Serviço Público | Bom | 525.952,08   | 5/11/2001  |  |  |              |                     |
| 80007                            | 3913 00043.500-2 | Uso em Serviço Público | Bom | 98.657,73    | 5/11/2001  |  |  |              |                     |
| 80007                            | 3957 00023.500-5 | Uso em Serviço Público | Bom | 1.133.820,52 | 26/11/2007 |  |  |              |                     |
| 80007                            | 3965 00052.500-4 | Uso em Serviço Público | Bom | 2.804.317,00 | 12/2/2010  |  |  |              |                     |
| 80007                            | 3993 00014.500-2 | Uso em Serviço Público | Bom | 1.916.768,33 | 7/10/2009  |  |  | 7.982.303,64 |                     |
| <b>Total</b>                     |                  |                        |     |              |            |  |  | -            | <b>7.982.303,64</b> |
| <b>Fonte: SPIUNET/SIAFI 2012</b> |                  |                        |     |              |            |  |  |              |                     |

\* O total de R\$ 14.620.154,28 corresponde a soma dos saldos da contas de despesas contabilizados no SIAFI 2012: 3.3.3.9.0.30.24 MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES; 3.3.3.9.0.36.16 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS; 3.3.3.9.0.37.02 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS; 3.3.3.9.0.39.16 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS;

## ***PARTE “A” ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012***

### **8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

- **Planejamento da área:**

O planejamento atual da Secretaria de Informática em atendimento ao CNJ resolução nº 99/2009 de 24/11/2009 conforme Matéria Administrativa 09.54.10.11431-35 (DEJT/TRT5 de 30/11/2010) para 2010-2014 com os seguintes itens:

- **Missão:** Planejar, coordenar e executar soluções efetivas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para apoiar o TRT5 no cumprimento de sua missão institucional;
- **Visão:** Ser reconhecida pela excelência dos serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A Comissão de TI reúne-se para discutir a estratégia e priorizar as ações, sendo composta por Desembargador Federal, Juiz de 1º grau, membros da Presidência, Diretoria Geral, Corregedoria, Planejamento e Economia, Organização e Métodos, Coordenação de 1ª e 2ª instância, Assessoria de Comunicação e Gabinetes. Na reunião de 14/12/2012, foram definidas as seguintes ações para 2013:

1. Formalização de procedimento de trabalho para a realização de quatro Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) anuais para acompanhamento do PETIC;
2. Definição de composição do grupo de trabalho a ser definido com foco nas demandas necessárias para revisão do processo de planejamento estratégico de TIC;
3. Normatização da rotina de coleta de indicadores do PETIC;
4. Estabelecimento do procedimento para medição de nível de maturidade de TI – CobiT 4.1 (indicador 06).

- **Perfil dos Recursos Humanos envolvidos:**

Na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), o quantitativo total em Fevereiro/2013 é de 106 (cento e seis) para a força de trabalho de TI sendo 36 (trinta e seis) terceirizados, conforme divulgado no portal TRT5 no link transparência em atenção a resolução CNJ 102/2009 e 70 (setenta) servidores públicos. Estes últimos estão categorizados da seguinte forma:

- **Carreira:** 54 (cinquenta e quatro) efetivos de Tecnologia da Informação da própria instituição e 16 (dezesesseis) de efetivos de outras carreiras (que não de TI) da própria instituição;
  - **Cargo:** 42 (trinta e três) Analistas Judiciários e 29 (vinte e nove) Técnicos Judiciários;
  - **Sexo:** 14 (quatorze) mulheres e 56 (cinquenta e seis) homens;
  - **Função:** 31 (trinta e um);
  - **Tempo de exercício na SETIC:** 17 (dezessete) servidores (24,63%) possuem 14 a 25 anos e 11 (onze) servidores (15,94%) possuem de 02 a 10 anos enquanto que a maioria, 42 servidores (60%), tem menos de dois anos nesta unidade organizacional.
- **Segurança da Informação:**

Buscando a atualização constante e a adoção das melhores práticas em todas as áreas da Tecnologia da Informação e Comunicação, o Órgão Especial deste Regional, aprovou a nova Política de Segurança da Informação (PSI) do TRT5 através da resolução administrativa 023/2011 publicada do DEJT do TRT5 em 10/05/2011 bem como a Política para o gerenciamento de Identidade e Controle de Acesso Lógico aos Recursos de Tecnologia da Informação (Ato TRT5 0151/2011 - DEJT/TRT5 de 11/05/2011), a Política de Controle de Acesso à Internet (Ato TRT5 0152/2011 - DEJT/TRT5 de 11/05/2011) e a Política de Uso do Correio Eletrônico (Ato TRT5 0153/2011 - DEJT/TRT5 de 11/05/2011).



Conforme previsto na PSI, foi instituído o Comitê de Segurança da Informação e o Escritório de Segurança da Informação através de ato da Presidência TRT5 260/2011, com representantes das áreas críticas do negócio.

O Escritório de Segurança já teve sua formação aprovada com servidores lotados na SETIC. Os objetivos, escopo de atuação, responsabilidades e orientação das ações desta unidade foram definidos pela Política de Segurança do TRT5, em conformidade com as melhores práticas alinhadas as recomendações do CNJ e do CSJT. Observe-se que a construção da Política de Segurança do TRT5 baseou-se na Política de outros Tribunais, bem como nas melhores praticas na vivência e ocorrência de alguns incidentes na nossa infraestrutura.

Visando a disponibilidade e a segurança da informação, destacamos as seguintes ações realizadas:

- **Projeto de implantação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (SGSI-TRT5):** Em atendimento às Diretrizes para a Gestão de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário (CNJ, junho de 2012), à Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário (CNJ, outubro de 2010), e à Resolução CSJT 69/2010 – PETI-JT; o Escritório de Segurança da Informação (ESI) deve estabelecer e implantar o Sistema de Gestão da Segurança da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (SGSI-TRT5). Visando adequar a situação atual ao que estabelece o CNJ, o Escritório de Segurança da Informação iniciou o projeto de estabelecimento e implantação do SGSI-TRT5, que se tornará um processo contínuo dentro do TRT5. São as seguintes etapas deste projeto:
  1. Apresentação do modelo de gestão da Segurança da Informação do TRT5 baseado na norma NBR ISO/IEC 27001:2006 para o Comitê de Segurança da Informação;
  2. Definição do Escopo do SGSI, aprovado pelo Comitê de Segurança da Informação;
    - 2.1. Escopo Sugerido: Processo de Negócio PJ-e;
  3. Revisão da Política de Segurança da Informação à luz da norma NBR ISO/IEC 27001:2006;
    - 3.1. Controle de Documentos;
    - 3.2. Auditoria Interna;
    - 3.3. Ações Corretivas e Preventivas;
    - 3.4. Classificação da Informação;
    - 3.5. Revisão da Política de Backup;

- 3.6. Gestão de incidentes de segurança da informação;
  4. Definição da metodologia de Análise e Avaliação de Riscos, aprovada pelo Comitê de Segurança da Informação;
  5. Análise de Riscos;
  6. Avaliação de Riscos e Elaboração do Plano de Tratamento de Riscos;
  7. Aprovação pelo Comitê de Segurança da Informação do Plano de Tratamento de Riscos e Declaração de Aplicabilidade.
- **Projeto de adequação dos indicadores de Segurança do iGovTI - Avaliação da Maturidade do TRT5 em Gestão da Segurança da Informação pelo iGovTI:**

Nesta seção serão apresentados os quesitos do último questionário de auditoria referentes à disciplina de Gestão da Segurança da Informação. Todos os itens estão contidos na dimensão Processos (D5). Para cada questão, são informados o status de implantação no Tribunal e os detalhes sintéticos da implantação.

- **Q51 g - A instituição implementou o processo de gestão da segurança da informação.**

- Status: Em implantação.

- Detalhes: Já foram implementadas atividades e processos do macroprocesso Gestão da Segurança da Informação. Foram definidos papéis e atividades, áreas responsáveis, arcabouço normativo, e processos de trabalho. Está sendo executado um projeto de implantação de um SGSI, com base nos requisitos e recomendações da família de normas ISO/IEC 27k.

- **Q51J1 -A instituição possui plano de continuidade de negócio em vigor (aprovado e publicado).**

- Status: Não implantado.

- Detalhes: Já existem procedimentos e planos de recuperação de falhas dos alguns dos principais sistemas e ativos de tecnologia. Elaborar os planos de continuidade.

- **Q51s - A instituição implementou o processo de gestão de acesso.**

- Status: Em implantação.
- Detalhes: Já foi aprovada e publicada a Norma de Controle de Acesso e já existem processos e procedimentos para a concessão ou revogação de permissões de acesso a usuários.
- **Q53a1 - Implementou formalmente (aprovou e publicou) o processo de inventário de ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).**
- Status: Não implantado
- Detalhes: Não há um processo formal de inventário de ativos de informação. Já há procedimentos para o controle de ativos de hardware utilizando a ferramenta ASI, porém esse processo é informal e apresenta falhas. O mapeamento dos software está ainda menos amadurecido que o inventário de hardware. A equipe de Suporte já tomou algumas iniciativas nesse sentido, com o cadastro dos softwares na ferramenta FosWiki e testes com o sistema OCSInventory.
- **Q53a2 - Implementou formalmente (aprovou e publicou) o processo de classificação da informação para o negócio.**
- Status: Não implantado
- Detalhes: Não há processo de classificação das informações implantado no TRT5.
- **Q53a3- Implementou formalmente (aprovou e publicou) o processo de análise de riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.**
- Status: Não implantado.
- Detalhes: Não há processo de análise de riscos implantado no TRT5. O Tribunal já possui a ferramenta de análise de riscos Módulo Risk Manager e já possui equipe capacitada na ferramenta.
- **Q53a34- Implementou formalmente (aprovou e publicou) o processo de gestão de incidentes de segurança da informação.**
- Status: Implantado (Verificar)

- Detalhes: Já há um processo não formal de tratamento de incidentes, que envolvem tarefas de minimização dos impactos, comunicação, investigação e restauração dos serviços.

- **Q53b - Designou formalmente pessoas ou unidades para gerenciar a segurança da informação e comunicações.**

- Status: Implantado

- Detalhes: Foram formalmente criados o Escritório de Segurança da Informação (ESI), vinculado à SETIC, e o Comitê de Segurança da Informação, ambos estabelecidos no ato TRT5 0260/2011. Ambas áreas tiveram suas atribuições definidas na Política de Segurança da Informação (RA TRT5 23/2011) e já encontram-se em atividade.

- **Q53c- Instituiu o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.**

- Status: Implantado

- Detalhes: O Comitê de Segurança da Informação foi estabelecido no ato TRT5 0260/2011 e suas atribuições foram definidas na resolução administrativa TRT5 23/2011, que estabelece a Política de Segurança da Informação do TRT5. A designação dos membros do Comitê para o biênio 2011/2013 foi publicada no ato TRT5 0214/2012.

- **Q53d- Instituiu a Equipe de Resposta a Incidentes em Redes Computacionais.**

- Status: Não implantado

- Detalhes: Não há equipe de resposta a incidentes em redes computacionais composta e treinada no TRT5.

- **Q53e - Formalizou (aprovou e publicou) a Política Corporativa de Segurança da Informação.**

- Status: Implantado

- Detalhes: A Política de Segurança da Informação foi aprovada e publicada em forma de Resolução Administrativa e está disponível no ambiente de intranet.

- **Q53f - Formalizou (aprovou e publicou) a Política de Controle de Acesso à**

### **Informação e aos recursos e serviços de TI.**

- Status: Em implantação.
- Detalhes: Já foram publicadas, por meio de Ato da Presidência, as Políticas de Controle de Acesso à Rede, Acesso à Internet e Uso do Correio Eletrônico.
  - Q53g - Número de ações de conscientização, educação e treinamento em
  - segurança da informação realizadas para seus colaboradores
- Status: Em implantação.
- Detalhes: Até o mês de maio/2013 estará finalizada a Cartilha de Segurança da Informação do TRT 5. Nesse mesmo mês também começarão a ser exibidas notas de rodapé ao fim das matérias divulgadas na Intranet, contendo dicas e informações sobre Segurança da Informação. Em conjunto com as notas de rodapé, serão publicadas mensalmente matérias na Intranet sobre diversos temas referentes à Segurança. Está sendo conduzida, mesmo sem a participação direta da SETIC, uma campanha institucional para uso do crachá dentro das dependências do Tribunal, o que passa pela segurança física e também é objeto da segurança da informação. Neste ano deverá ser iniciado o projeto de planejamento do Dia da Segurança da Informação do TRT5, que deverá ocorrer no segundo semestre deste ano. Além disso, estão sendo oferecidos à equipe de Segurança da Informação treinamentos em diversos temas da área. Com isso, ao todo são seis ações de conscientização, educação e treinamento realizadas ou em andamento no TRT5.

Destacam-se abaixo, as principais ações de segurança da informação em nível operacional:

- **Capacitação de servidores em auditoria de TI:** A capacitação dos servidores que compõem o Escritório de Segurança de TI objetivou propiciar o nivelamento técnico necessário para a adoção e implementação das melhores práticas de segurança, com vistas a elaboração do plano de segurança da informação, plano de continuidade de negócios e política de comunicação da segurança, além de melhoramento contínuo dos serviços prestados pela Secretaria de Informática, bem como atender aos dispositivos legais que regulamentam o tema, tais como: Resolução CSJT 69/2010 (PETI-JT), Acórdão TCU 1603-plenário, Resolução CNJ 90/2009 e 99/2009;
- **Aquisição de solução de armazenamento:** Realizada a aquisição de solução de

armazenamento – storage. Esta aquisição visa à redução de risco de indisponibilidade de serviços em função da insuficiência de espaço de armazenamento, além da redução de risco de indisponibilidade de serviços em função de falha do dispositivo de armazenamento, devido à implementação de mecanismo de tolerância a falhas.

- **Aquisição de Novo Sistema de backup:** Realizada a aquisição de solução de backup – plataforma Tivoli Storage Manager. Esta aquisição objetiva a redução de risco de perda definitiva de dados e informações;
- **Instalação dos certificados digitais nos novos servidores:** Realizada a instalação de certificados digitais em 06(seis) servidores. Esta ação visa à redução dos riscos de acesso não autorizados a informações em caso de interceptações na comunicação, garantindo a confidencialidade das mesmas;
- **Realizado processo de aquisição de solução de redundância para link de internet:** Em fase de implantação. Esta ação visa propiciar alta disponibilidade ao portal do TRT5 e maior acessibilidade aos usuários internos e externos;

E, para acompanhamento das atualizações necessárias existe no PETIC um indicador para verificação da atualização da política e das normas de Segurança da Informação com o objetivo de medir os resultados e avaliar a eficiência deste processo.

- **Desenvolvimento e Produção de Sistemas:**

A Coordenadoria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (CDMS) da SETIC contém as Seções de Desenvolvimento Judiciário e Administrativo responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos do TRT5: Sistema Judiciário (SAMP), sistema de processos administrativo, sistema de Recursos Humanos (RH), Sistema de Folha de pagamento (FP) , Sistema de HelpDesk.

Utilizam metodologia de desenvolvimento de sistemas definida internamente (Norma SIPT 0003-01 - 01/08/2011) em que é avaliada a compatibilidade dos recursos de TI necessários e, identificados como recursos macros do sistema de acordo com informações preliminares encaminhadas pela área demandante do sistema, estimando-se assim, o porte inicial do mesmo. Estas informações iniciais são repassadas para equipe de qualidade que as registra no cronograma geral no aplicativo Project, encaminhando-se para Diretoria SETIC submeter à aprovação junto à Comissão de Informática. Caso seja aprovado, os recursos são definidos para que o desenvolvedor dê continuidade ao projeto. Caso não seja

aprovado, o projeto deverá ser cancelado. Após aprovação do projeto pela Comissão de Informática, o desenvolvedor realiza o detalhamento dos requisitos e elabora o documento de Regra de Negócio (RNG) para aprovação do usuário. Todas as reuniões com o(s) usuário(s) deverão ser registradas em ata. Desta forma, todos os acordos de níveis de serviços das soluções de TI em desenvolvimento e produzidas são geridas e comunicadas de forma conjunta com os envolvidos.

A política de adoção de soluções nacionais visando a redução de custos de desenvolvimento, a padronização de procedimentos e alinhamento de TI também tem sido valorizada. As seguintes soluções nacionais, não desenvolvidas no TRT5 estão implantadas: CSJT – AUD, CPE – Carta Precatória Eletrônica, E-Doc, RedeJT, E-Jus, E-Recurso, Sistema de Cálculo Rápido, Gabinete Virtual, Guia Eletrônica, Malote Digital, DEJT, Certificação Digital, E-Remessa e PJe.

Utilizam metodologia de desenvolvimento de sistemas definida internamente (Norma SIPT 0003-01 – 01/08/2011):

## **1. Detalhamento do Processo**

### **1.1. Iniciação do desenvolvimento de sistemas**

A proposta de um novo projeto pode ser iniciada por uma área demandante externa à SETIC ou por uma área interna à própria SETIC.

#### **ÁREA DEMANDANTE EXTERNA OU INTERNA A SETIC**

A área demandante solicita aplicação ou alteração de aplicação. A Seção de Projetos levanta o escopo da solicitação, estima o porte inicial e inicia a elaboração do documento de Oficialização da Demanda, disponível na página da intranet da SETIC, e encaminha para o Escritório de Projetos complementar o documento com informações relacionadas ao Planejamento Estratégico da Tecnologia de Informação e Comunicação (PETIC).

Caso a Diretoria da SETIC verifique que a mesma não é pertinente, retorna à área demandante justificando a avaliação. Caso seja pertinente, encaminha à Comissão de Informática.

A Comissão de Informática avalia a demanda e em caso de aprovação, indica a prioridade de execução da mesma. Caso a demanda não seja aprovada, a proposta é cancelada ou suspensa. Caso a demanda seja aprovada, mas não priorizada para início imediato fica como prevista para ser realizada em momento oportuno. A Seção de Projetos controla a fila de projetos pendentes.

Em caso de aprovação, a Diretoria da CDMS encaminha a OD para a Seção de Projetos. A aprovação da Oficialização da Demanda constará da Ata de Reunião da Comissão de Informática.

## **1.2. Planejamento do projeto**

A Seção de Projetos Junto a Seção de Sistemas ADM ou JUD define o Gerente de Projeto de acordo com a disponibilidade, assunto e características técnicas da demanda.

O Gerente do Projeto será responsável por elaborar o Termo de Abertura do Projeto e o Plano de Projeto preliminar.

Após finalizar a documentação inicial, o Gerente do Projeto deve informar por correio eletrônico a todas as outras chefias internas da SETIC sobre o novo projeto, sinalizando prazo de uma semana para que as mesmas indiquem representantes que serão responsáveis pelo projeto dentro das respectivas áreas e que participarão de reuniões contribuindo para elaboração da documentação do projeto.

Após reunir todas as informações necessárias das demais áreas, o Analista de Requisitos, papel que pode ser assumido pelo próprio Gerente do Projeto ou membro da equipe de desenvolvimento designado, inicia o levantamento de requisitos, elaborando a Regra de Negócio e Protótipo (quando necessário). Se for relevante serão elaborados também Especificação de Casos de Uso e/ou EAP detalhada. As reuniões com a área demandante devem ser registradas em Atas de Reunião. O Gerente de Projetos complementa o Plano de Projeto e elabora o Cronograma. A Equipe de Qualidade apoia o Gerente de Projetos na elaboração dos artefatos.

Baseado nas informações do Plano de Projeto, a Diretoria da SETIC informa os prazos e os riscos das principais entregas à Comissão de Informática, e o EPI cadastra o projeto na página da intranet da SETIC e no sistema de Planejamento Estratégico para acompanhamento da Diretoria e da Comissão de Informática.

## **1.3. Desenvolvimento do projeto**

Caso a Regra de Negócio seja aprovada pelo usuário, a Equipe de Desenvolvimento elabora o DER. Caso não seja aprovada retorna para a fase de levantamento de requisitos.

Após aprovação da Regra de Negócio, o Gerente de Projeto e o Analista de Requisitos apresentam: o DER, RNG, PP e Protótipo (quando for o caso) para a Equipe de Análise, composta por representante da Seção de Projetos, Seção de Sistemas ADM/JUD, Núcleo de Assessoramento e Coordenador da CDMS.

Caso seja necessário retornar ao usuário para obter mais informações, o Analista de Requisitos volta para a fase de levantamento de Requisitos. Caso a solução seja aprovada e haja a necessidade de inclusão/alteração de tabelas, o projeto físico deve ser apresentado ao AD para ratificação ou retificações.

Nesta fase devem ser sinalizadas para a Diretoria todas as necessidades de aquisições para o projeto.



A solução deve ser implementada pela Equipe de Desenvolvimento conforme definida. O Plano de Testes e o Plano de Implantação devem ser elaborados, sempre que necessário. Os testes de 1º nível devem ser realizados pela Equipe de Desenvolvimento.

Após realização dos testes de 1º nível e correção das falhas encontradas, a Equipe de Desenvolvimento deve copiar os programas para o ambiente de teste e solicitar o início dos testes integrados pela Equipe de Qualidade.

A Equipe de Qualidade realiza os testes baseado nas Regras de Negócio e Plano de Teste (quando existir). As ocorrências devem ser registradas em ferramenta apropriada e disponibilizadas para a correção pela Equipe de Desenvolvimento.

Após conclusão dos testes/correções, a Equipe de Qualidade copia os programas para o ambiente de Homologação e avisa a Equipe de Desenvolvimento para iniciar a homologação junto ao usuário. A preparação do ambiente de homologação (carga de informações adequadas) é de responsabilidade da Equipe de Desenvolvimento.

A data de início da homologação, previsão de conclusão e ciência do usuário devem ser registradas no Termo de Aceite.

As ocorrências encontradas pelo usuário, durante a homologação, também devem ser registradas em ferramenta específica e corrigidas com presteza pela Equipe de Desenvolvimento.

O Termo de Aceite deve ser complementado e assinado pelo usuário no final da homologação.

Após a homologação, a fase de implantação deve ser iniciada, conforme Plano de Implantação (se existir). Poderão ser utilizadas as estratégias de piloto, implantação em paralelo ou total.

A Equipe de Projeto e Equipe de Desenvolvimento deverão apoiar a realização de treinamento, quando necessário. Quando for o caso, a Equipe de Desenvolvimento elabora Manual do Usuário.

Antes da implantação, o novo aplicativo deve ser apresentado aos demais membros da Equipe de Desenvolvimento e quando necessário a equipe do HELPDESK, pelo Gerente do Projeto ou componente da Equipe de Desenvolvimento indicado.

Sempre que necessário, a Equipe de Projeto deve avisar a Diretoria de Informática para entrar em contato com a ASCOM com o objetivo de divulgar a implantação do novo aplicativo.

O Gerente de Projeto, junto a Equipe de Desenvolvimento é responsável pela passagem de programas para produção, preparação do ambiente e acompanhamento das ocorrências por período definido no cronograma.

Caso surjam mudanças no escopo do projeto solicitadas pelas áreas demandantes, as mesmas devem constar de Ata de Reunião e devem ser negociadas com o Gerente do Projeto, Seção de Projetos, Seção de

Desenvolvimento ADM/JUD, juntamente com a chefia da SETIC ou Diretoria, a depender da complexidade. Caso sejam mudanças que afetem os prazos previamente acordados, as mesmas devem ser submetidas à Comissão de Informática para aprovação. Os artefatos do projeto (PP, RNG, ECU, CR, Protótipo, ECU e etc.) devem ser atualizados de acordo com as mudanças sofridas.

Deve-se ter especial atenção quanto ao alinhamento das informações com todos os setores envolvidos não só internos à STIC quanto externos, caso existam, priorizando a Matriz de Comunicações do projeto.

#### **1.4. Monitoramento e controle do projeto**

A Equipe de Projetos é responsável por acompanhar o desempenho do projeto comparando os resultados obtidos na execução do projeto com as informações estabelecidas no Plano de Projeto, Cronograma e com o Relatório de Status.

A Equipe de Qualidade revisará a documentação desta metodologia baseando-se na aplicação prática da mesma, propondo adequações e/ou alterações caso sejam pertinentes.

#### **1.5. Encerramento do projeto**

A Equipe de Projeto, com o apoio do Escritório de Projetos será responsável por gerar a documentação de encerramento do projeto, composta por:

1.5.1 Documento de Lições Aprendidas deverá conter informações relativas ao aprendizado e pontos críticos do projeto, devendo ser registrados os eventos que provocaram os itens aprendidos, sugestões técnicas, comportamentais e de gerenciamento para abordagens futuras e demais observações que se façam necessárias.

1.5.2 Termo de Encerramento do Projeto oficializa o reconhecimento da finalização do projeto pelo usuário e/ou demandantes, bem como por todas as partes interessadas envolvidas no mesmo.

- **Contratação e gestão de bens e serviços de TI:**

Existe na SETIC/TRT5 um processo de trabalho (Norma SETICPT 0001-03 - 10/06/2011) que estabelece a padronização para abertura de processos de aquisição da Secretaria de Informática (SETIC), com instruções de preenchimento de documentos padrões, composição inicial dos processos, fluxo interno de tramitação na SETIC, acompanhamento e fiscalização dos acordos de nível de serviço dos contratos, baseados em alguns documentos propostos pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2008. Esta norma é aplicável a toda a Diretoria da SETIC, Serviços, Seções, Setores e Coordenação.

É realizado o acompanhamento dos níveis de serviços previstos nos contratos estabelecidos com terceiros, através de planilha específica. Não existe um processo formalizado para gestão dos níveis de

serviços de toda a área de TI. Existe processo informal de aquisição e fiscalização de contratos que contempla o acompanhamento dos níveis de serviços de terceiros.

Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos do resultado para os demandantes e não somente em termos de TI. Ocorre também transferência de conhecimento para servidores da SETIC/TRT5 referente a produtos e serviços terceirizados.

Os níveis de acordo de serviço são parte integrante do edital/contrato. Os serviços contemplados nos acordos são: manutenção sala-cofre; manutenção fibra ótica; manutenção de microcomputadores; manutenção de impressoras e multifuncionais; manutenção de scanner; manutenção de notebooks; manutenção de servidores; manutenção de central telefônica e ramais; telefonia fixa e móvel; mão de obra especializada para atendimento de HELPDESK; serviço de rede sem fio; Serviço de link internet; serviço de link LAN TO LAN; manutenção de STORAGE, SWITCH; tele suporte à software; licenças de softwares diversos. Ressalte-se também que existe um processo constante de ajuste dos atendimentos prestados, abordados em reuniões internas, nas reuniões com fornecedores bem como nas realizadas com a Comissão de Informática.

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

| <b>Quesitos a serem avaliados</b>  |  |
|--|--|
| <b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>                     |  |
| X  | Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.   |
| X  | monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.  |
|  | Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.  |
|  | aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.  |
|  | aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.                    |
|  | aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.  |
| X  | aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.   |
|  | aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.                                     |
|  | aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição. |
| X  | Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.   |
| X  | Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.  |
| X  | Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.   |
| <b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b> |  |
|  | Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.   |
| X  | Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.  |
|  | Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.  |
|  | Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.  |
|  | Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.   |

|   |  |
|---|--|
|   | Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.                       |
| X   | Os indicadores e metas de TI são monitorados.  |
|   | Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.            |
|   | Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.   |
| <b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>  |  |
|   | Auditoria de governança de TI.   |
|   | Auditoria de sistemas de informação.   |
|   | Auditoria de segurança da informação.  |
|   | Auditoria de contratos de TI.  |
|   | Auditoria de dados.  |
|   | Outra(s). Qual(is)? _____  |
| X   | Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.  |
| <b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>  |  |
|   | A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.   |
| X   | A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.   |
|   | A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.  |
|   | A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.  |
| X   | O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.  |
| X   | O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).  |
|   | O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.   |
| X   | O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.  |
|   | O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.  |
|   | O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.   |
|   | O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____  |
| <b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>  |  |
| X   | Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.  |
| X   | Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.  |
| X   | Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.              |
| <b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b> |  |
|   | Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).  |
|   | Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).  |
|   | Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. |
| X   | Gestão dos incidentes de segurança da informação.  |
| <b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>                       |  |
|   | ( 2 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.  |
|   | ( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.   |
|   | ( 3 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.   |
|   | ( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.  |
|   | ( 3 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.                                     |
|   | ( 3 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).               |
| <b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>   |  |
| X   | O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.  |
|   | Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.   |
|   | A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).   |
|   | A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).   |
|   | A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).   |
|   | A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).  |
| <b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>   |  |
|   | Entre 1 e 40%.   |
|   | Entre 41 e 60%.  |
|   | Acima de 60%.  |
| X   | Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).  |
| <b>Comentários</b>  |  |

|   |
|---|
| Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário. |
|---|

## **8.2 Análise Crítica**

Listamos a seguir os atuais e relevantes problemas enfrentados na SETIC/TRT5, associados aos portes de Automação e de Governança em Tecnologia da Informação:

- O fornecimento de produtos e serviços que são adquiridos como parte do projeto de alinhamento de TI nacional, por vezes ocorre com atraso em relação as necessidades locais. Isto aponta, para uma necessidade de alinhar os cronogramas de planejamento orçamentário do CSJT e dos TRT's;
- Dificuldade para garantir o cumprimento dos níveis de serviço dos contratos firmados com operadores de telefonia que tem impactado o acesso a diversos sistemas e serviços, uma vez que o serviço é restrito a poucos fornecedores;
- Necessidade de reestruturação da área de TI em virtude das novas competências requeridas pelo TRT5 e também pelos órgãos de controle e conselhos nacionais, a saber: implantação e expansão do processo judicial eletrônico – PJe-JT, criação do escritório de projetos de TIC, monitoramento de serviços, ampliação do escritório de segurança da informação, melhoria na gestão contratual de TI, melhoria na gestão de serviços, ampliação do quadro de analistas de testes, criação do quadro de analistas de telecomunicações, entre outros.

## **PARTE “A” ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012**

### **9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a gestão ambiental   | Avaliação |   |   |   |   |
|---|-----------|---|---|---|---|
|   | 1         | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <b>Licitações Sustentáveis</b>  |           |   |   |   |   |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>   |           |   |   | X |   |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.  |           | X |   |   |   |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).  |           | X |   |   |   |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul> |           |   |   | X |   |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>  |           | X |   |   |   |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).<br><ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>   | X         |   |   |   |   |

| Aspectos sobre a gestão ambiental  | Avaliação |   |         |   |   |
|--|-----------|---|---------|---|---|
|  | 1         | 2 | 3       | 4 | 5 |
| <b>Licitações Sustentáveis</b>   |           |   |         |   |   |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?   |           | X |         |   |   |
|  | Sim ( )   |   | Não ( ) |   |   |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?   | X         |   |         |   |   |
| 9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.   |           |   |         |   | X |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.                            |           |   |         | X |   |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.   |           |   |         | X |   |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?  | X         |   |         |   |   |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.<br>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? |           |   |         | X |   |
| Considerações Gerais:  |           |   |         |   |   |
| <b>LEGENDA</b>   |           |   |         |   |   |
| <b>Níveis de Avaliação:</b>  |           |   |         |   |   |
| (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.  |           |   |         |   |   |
| (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.  |           |   |         |   |   |
| (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.  |           |   |         |   |   |
| (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  |           |   |         |   |   |
| (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.  |           |   |         |   |   |

## 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

| Adesão a Programas de Sustentabilidade |                      |                      |                      |                     |                     |                     |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Nome do Programa                       |                      | Ano de Adesão        |                      | Resultados          |                     |                     |
|  |                      |                      |                      |                     |                     |                     |
|  |                      |                      |                      |                     |                     |                     |
|  |                      |                      |                      |                     |                     |                     |
| Recurso Consumido                      | Quantidade           |                      |                      | Valor               |                     |                     |
|  | Exercícios           |                      |                      |                     |                     |                     |
|  | 2012                 | 2011                 | 2010                 | 2012                | 2011                | 2010                |
| Papel                                  | 38.107               | 32.794               | 30.650               | 305.069,58          | 291.376,29          | 278.334,34          |
| Água                                   | 47.104m <sup>3</sup> | 41.247m <sup>3</sup> | 44.158m <sup>3</sup> | 687.892,09          | 577.063,52          | 482.927,88          |
| Energia Elétrica                       | 7.789.817,80         | 7.546.302,20         | 8.683.375,00         | 3.570.817,20        | 3.291.468,80        | 3.100.439,80        |
|  |                      |                      | <b>Total</b>         | <b>4.563.778,87</b> | <b>4.159.908,61</b> | <b>3.861.702,02</b> |

Fonte:



## **PARTE “A” ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012**

### **10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício**

#### **10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

| <b>Unidade Jurisdicionada</b>   |                 |                |             |             |                             |
|---|-----------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Denominação Completa</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações do TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Ordem</b>  | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b> | <b>Item</b> | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 01  |                 |                |             | DE          | Ofício 85/2012-SEFIP        |
| <b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRT 5ª REGIÃO   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação</b>   |                 |                |             |             |                             |
| Encaminhar ao TCU no prazo de vinte dias, informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados e pensionistas. |                 |                |             |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Setor Responsável pela Implementação</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Coordenadoria de Pagamento  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>   |                 |                |             |             |                             |
| Solicitado a Coordenadoria de Pagamento em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação o preenchimento dos formulários conforme modelo constante no ofício TCU.                       |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>   |                 |                |             |             |                             |
| Determinação atendida em 20/03/2012, com o envio das informações cadastrais e fichas financeiras através de email constante no ofício.  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>  |                 |                |             |             |                             |
| O sistema de informática proporcionou o atendimento à solicitação sem problemas   |                 |                |             |             |                             |

| Unidade Jurisdicionada  |          |         |      |      |                           |
|---|----------|---------|------|------|---------------------------|
| Denominação Completa  |          |         |      |      | Código SIORG              |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  |          |         |      |      |                           |
| Deliberações do TCU   |          |         |      |      |                           |
| Deliberações Expedidas pelo TCU   |          |         |      |      |                           |
| Ordem   | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida      |
| 02  |          |         |      | INF  | Of. Circ. 0235/2012-SEFIP |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação   |          |         |      |      | Código SIORG              |
| TRT 5ª REGIÃO   |          |         |      |      |                           |
| Descrição da Deliberação  |          |         |      |      |                           |
| Informar a criação de novos códigos Sisac e orientar quanto à disponibilização das informações no sistema.        |          |         |      |      |                           |
| Providências Adotadas   |          |         |      |      |                           |
| Setor Responsável pela Implementação  |          |         |      |      | Código SIORG              |
| Coordenadoria Administrativa de Pessoas   |          |         |      |      |                           |
| Síntese da Providência Adotada  |          |         |      |      |                           |
| Enviado ofício para alteração nos processos de aposentadoria e pensão   |          |         |      |      |                           |
| Síntese dos Resultados Obtidos  |          |         |      |      |                           |
| Ofício encaminhado  |          |         |      |      |                           |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor |          |         |      |      |                           |
|   |          |         |      |      |                           |

| Unidade Jurisdicionada  |                |           |      |      |                          |
|---|----------------|-----------|------|------|--------------------------|
| Denominação Completa  |                |           |      |      | Código SIORG             |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO                                  |                |           |      |      |                          |
| Deliberações do TCU   |                |           |      |      |                          |
| Deliberações Expedidas pelo TCU   |                |           |      |      |                          |
| Ordem   | Processo       | Acórdão   | Item | Tipo | Comunicação Expedida     |
| 03  | 027.733/2009-2 | 3493/2011 |      | DE   | Controle 31697-TCU/Sefip |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação                     |                |           |      |      | Código SIORG             |
| TRT 5ª REGIÃO   |                |           |      |      |                          |
| Descrição da Deliberação  |                |           |      |      |                          |
| Adotar as providências pertinentes ao Acórdão 3493/2011 TCU Primeira Câmara |                |           |      |      |                          |
| Providências Adotadas   |                |           |      |      |                          |
| Setor Responsável pela Implementação  |                |           |      |      | Código SIORG             |
|   |                |           |      |      |                          |

|  |
|--|
| Secretaria de Controle Interno   |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>  |
| Informamos que já havia ocorrido a exclusão das parcelas dos quintos e da opção dos proventos de pensão, instituída pelo ex-servidor José de Souza Vieira Lima |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>  |
| Determinação atendida  |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>                                       |
| Não houve dificuldades   |

| Unidade Jurisdicionada  |                |                |       |      |                          |
|---|----------------|----------------|-------|------|--------------------------|
| Denominação Completa  |                |                |       |      | Código SIORG             |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  |                |                |       |      |                          |
| Deliberações do TCU   |                |                |       |      |                          |
| Deliberações Expedidas pelo TCU   |                |                |       |      |                          |
| Ordem   | Processo       | Acórdão        | Item  | Tipo | Comunicação Expedida     |
| 04  | 011.170/2012-3 | 3098/2012 -TCU | 1.6.1 | DE   | Controle 51500-TCU/Sefip |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação   |                |                |       |      | Código SIORG             |
| TRT 5ª REGIÃO   |                |                |       |      |                          |
| Descrição da Deliberação  |                |                |       |      |                          |
| Cadastrar, no prazo de 60 dias, novo ato de Marlene Gomes da Silva no sistema Sisac, e encaminhar ao TCU, corrigindo as falhas apontadas. |                |                |       |      |                          |
| Providências Adotadas   |                |                |       |      |                          |
| Setor Responsável pela Implementação  |                |                |       |      | Código SIORG             |
| Coordenadoria Administrativa de Pessoas   |                |                |       |      |                          |
| Síntese da Providência Adotada  |                |                |       |      |                          |
| Encaminhamento para apreciação da Corte de Contas do formulário de concessão de aposentadoria da servidora.                               |                |                |       |      |                          |
| Síntese dos Resultados Obtidos  |                |                |       |      |                          |
|   |                |                |       |      |                          |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor                         |                |                |       |      |                          |
|   |                |                |       |      |                          |

| Unidade Jurisdicionada   |          |         |      |      |                          |
|--|----------|---------|------|------|--------------------------|
| Denominação Completa   |          |         |      |      | Código SIORG             |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO                               |          |         |      |      |                          |
| Deliberações do TCU  |          |         |      |      |                          |
| Deliberações Expedidas pelo TCU  |          |         |      |      |                          |
| Ordem  | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida     |
| 05   |          |         |      | DE   | Of. Circ. 312/2012-Sefip |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação                  |          |         |      |      | Código SIORG             |
| TRT 5ª REGIÃO  |          |         |      |      |                          |
| Descrição da Deliberação   |          |         |      |      |                          |
| Informar os servidores que receberão o novo perfil de Gestor de Usuários |          |         |      |      |                          |

| Providências Adotadas  |                     |
|--|---------------------|
| <b>Setor Responsável pela Implementação</b>  | <b>Código SIORG</b> |
| Secretaria de Controle Interno   |                     |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>  |                     |
| Informação prestada desde 16/04/2012   |                     |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>  |                     |
|  |                     |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b> |                     |
|  |                     |

| Unidade Jurisdicionada  |                 |                |             |             |                             |
|---|-----------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Denominação Completa</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações do TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Ordem</b>  | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b> | <b>Item</b> | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 06  | 006.317/2011-1  |                |             | DE          | Ofício Sefip-D/4459         |
| <b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRT 5ª REGIÃO   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação</b>   |                 |                |             |             |                             |
| Encaminhar aos interessados EDIVAL TOLENTINO SODRÉ, ARNALDO GONÇALVES DOS SANTOS, ISAIRA LUIZA GERALDES DE FREITAS, GABRIEL CARVALHO DE AMORIM e MATHEUS CARVALHO AMORIM, ou aos seus representantes legais comunicação de irregularidade na concessão. |                 |                |             |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Setor Responsável pela Implementação</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Secretaria de Controle Interno  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>   |                 |                |             |             |                             |
| Os interessados foram notificados   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>   |                 |                |             |             |                             |
|   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>  |                 |                |             |             |                             |
|   |                 |                |             |             |                             |

| Unidade Jurisdicionada  |                 |                |             |             |                             |
|---|-----------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Denominação Completa</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações do TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Ordem</b>  | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b> | <b>Item</b> | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 07  | 023.672/2010-2  |                |             | DE          | Ofício Sefip-D/4472         |
| <b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRT 5ª REGIÃO   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação</b>   |                 |                |             |             |                             |
| Encaminhar a Sefip, no prazo de 15 dias, os documentos e/ou esclarecimentos em relação a pensão instituída por AFONSO CLIMÉRIO DE ANDRADE; CESAR GOMES DE OLIVEIRA; RAIMUNDO PRATA SANTANA; GEORGE JOÃO REIS; |                 |                |             |             |                             |

|   |                     |
|---|---------------------|
| JOSÉ MARIA GOTTSCHALK CHAVES; VILOBALDO BOAVENTURA DE SENA e JOAQUIM DE MOURA ROCHA, com vistas a sanear o processo acima indicado.   |                     |
| <b>Providências Adotadas</b>  |                     |
| <b>Setor Responsável pela Implementação</b>   | <b>Código SIORG</b> |
| Secretaria de Controle Interno  |                     |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>   |                     |
| Foram encaminhados os documentos constantes dos processos de pensão, ao tempo em que, foram expedidas notificações aos pensionistas para apresentação de documentos complementares. |                     |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>   |                     |
| Os documentos apresentados pelos pensionistas foram remetidos a SEFIP através dos ofícios OCI 75 e 77/2012.   |                     |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>  |                     |
|   |                     |

|  |                 |                |             |             |                             |
|--|-----------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Unidade Jurisdicionada</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Denominação Completa</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações do TCU</b>   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Ordem</b>   | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b> | <b>Item</b> | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 08   | 024.390/2012-7  |                |             | DE          | Ofício Sefip-D/4474         |
| <b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRT 5ª REGIÃO  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação</b>  |                 |                |             |             |                             |
| Encaminhar a Sefip, no prazo de 15 dias, os documentos e/ou esclarecimentos em relação a ILMA AGUIAR DE SOUSA com a finalidade de saneamento do processo acima mencionado. |                 |                |             |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Setor Responsável pela Implementação</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Secretaria de Controle Interno   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>  |                 |                |             |             |                             |
| Enviado por meio de ofício OCI 070/2012 esclarecimentos e cópias de documentos.  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>  |                 |                |             |             |                             |
|  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>   |                 |                |             |             |                             |
|  |                 |                |             |             |                             |

|   |                 |                |             |             |                             |
|---|-----------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Unidade Jurisdicionada</b>   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Denominação Completa</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações do TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Ordem</b>  | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b> | <b>Item</b> | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 09  | 014.750/2008-8  |                |             | DE          | Ofício Sefip-D/4470         |
| <b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRT 5ª REGIÃO   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação</b>   |                 |                |             |             |                             |
| Encaminhar aos interessados MARIA BELTICE MENEZES FREIRE e RENATO OLIVEIRA FREIRE, ou aos seus representantes legais a comunicação de irregularidade. |                 |                |             |             |                             |

| Providências Adotadas  |                     |
|--|---------------------|
| <b>Setor Responsável pela Implementação</b>  | <b>Código SIORG</b> |
| Secretaria de Controle Interno   |                     |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>  |                     |
| Enviado correspondência com os esclarecimentos   |                     |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>  |                     |
|  |                     |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b> |                     |
|  |                     |

| Unidade Jurisdicionada   |                 |                |             |             |                             |
|--|-----------------|----------------|-------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Denominação Completa</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações do TCU</b>   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Ordem</b>   | <b>Processo</b> | <b>Acórdão</b> | <b>Item</b> | <b>Tipo</b> | <b>Comunicação Expedida</b> |
| 10   | 017.814/2008-0  |                |             | DE          | Ofício Sefip-D/4473         |
| <b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>   |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| TRT 5ª REGIÃO  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Descrição da Deliberação</b>  |                 |                |             |             |                             |
| Encaminhar aos interessados MARIA DO CARMO BORGES CARIA; AIDIL VIANA GUIMARÃES; SOLANGE MALTEZ GALVÃO e PAULA GLAVÃO ABUDE PLAZA, ou aos seus representantes legais a comunicação de irregularidade. |                 |                |             |             |                             |
| <b>Providências Adotadas</b>   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Setor Responsável pela Implementação</b>  |                 |                |             |             | <b>Código SIORG</b>         |
| Secretaria de Controle Interno   |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese da Providência Adotada</b>  |                 |                |             |             |                             |
| Prestados esclarecimentos através do ofício OCI 071/2012 e notificados os interessados.  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>  |                 |                |             |             |                             |
|  |                 |                |             |             |                             |
| <b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>   |                 |                |             |             |                             |
|  |                 |                |             |             |                             |

### **10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

TODAS AS DELIBERAÇÕES FORAM ATENDIDAS

### **10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

AS RECOMENDAÇÕES DA SCI FORAM RELATIVAS A ERROS MATERIAIS QUE FORAM SANADOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO.

## **10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

### **10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93**

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR                            | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR     |  |                               |
|--|--|--|--|-------------------------------|
|  |  | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício Financeiro |
| <b>Autoridades</b><br>(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)                 | Obrigados a entregar a DBR                           | 1  | 0  | <b>214</b>                    |
|  | Entregaram a DBR                                     | 1  | 0  | <b>214</b>                    |
|  | Não cumpriram a obrigação                            | 0  | 0  | <b>0</b>                      |
| <b>Cargos Eletivos</b>   | Obrigados a entregar a DBR                           | -  | -  | -                             |
|  | Entregaram a DBR                                     | -  | -  | -                             |
|  | Não cumpriram a obrigação                            | -  | -  | -                             |
| <b>Funções Comissionadas</b><br>(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR                           | 36   | 38   | 2556                          |
|  | Entregaram a DBR                                     | 36   | 38   | 2479                          |
|  | Não cumpriram a obrigação                            | 0  | 0  | 77                            |

Fonte:

#### **10.3.1.1 Análise Crítica relativo ao cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93**

– A listagem dos servidores que não entregaram a DBR e daqueles que entregaram fora do prazo são informados ao Órgão de Controle Interno quando solicitado.

– A seção de Registros Funcionais do Serviço de Pessoal é responsável por gerenciar a recepção das DBR dos servidores.

– Enquanto as DBR eram entregues em papel, era utilizado o Sistema Informatizado de Recursos Humanos, para que a Seção de Registros Funcionais procedesse ao cadastro de recebimento das declarações. A partir de 2010, os arquivos .DEC e .REC da Declaração de Bens e Rendias passaram a ser enviados através da Intranet/Extranet pelo próprio servidor, e o controle do recebimento era complementado pelo Sistema Informatizado de Recursos Humanos.

– A partir da publicação do Ato TRT 194/2010 em 25/05/2010, a entrega dos arquivos .DEC e .REC da DBR passou a ser exigida aos servidores, sendo que os arquivos transmitidos são guardados automaticamente no banco de dados do Serviço de Informática, e o Serviço de Pessoal só consegue ter conhecimento do envio ou não dos arquivos. Quando o servidor não envia os arquivos em tempo hábil ou alega problemas técnicos, ele é orientado a gravar a declaração em CD-ROM, em formato PDF, que é juntado ao processo de DBR e arquivado em local apropriado, assegurado o sigilo.

A partir de junho de 2011, foi determinado pela Des. Presidente a entrega dos Formulários de Autorização de Acesso aos dados de Bens e Rendias para cumprimento da IN TCU nº 67/2011.

– A análise das declarações de bens com o objetivo de identificar a incompatibilidade entre os ganhos auferidos e a variação patrimonial até a publicação da IN TCU nº 067/2011 era feita pelo Órgão de Controle Interno desta UJ.

– Os processos com as DBR entregues em papel encontram-se arquivado, em armário próprio, com acesso restrito, conforme determinação da Presidência deste Regional. Os arquivos .REC e .DEC estão sob a guarda do Serviço de Informática.



## **10.4 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

### **10.4.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV**

#### **Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO

080007

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, Durval Padilha Pinto Neto, CPF nº 249.509.045-15, Diretor da Coordenadoria de Contabilidade declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 19 de março de 2013

**Durval Padilha Pinto Neto**

**249.509.045-15**

**Diretor do Coordenadoria de Contabilidade - TRT 5a. Região**

# **PARTE “A” ITEM 11 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 DE 18/01/2012**

## **11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

### **11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

#### **Quadro A.11.1 - Declaração sobre a aplicação das Normas Brasileiras para tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão.**

| <b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>   |                                  |                     |                  |
|---|----------------------------------|---------------------|------------------|
| <b>Denominação completa (UJ)</b>  |                                  | <b>Código da UG</b> |                  |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 5ª REGIÃO   |                                  | 080007              |                  |
| <p>Declaro que este Órgão, adotou no exercício de 2012, os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor Público NBCT 16.9 e NBCT 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC1136/2008 e 1137/2008, respectivamente, para o tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.</p> <p>Em termos de informações complementares temos:</p> <p>A vida útil é estimada com base na IN SRF 162/1992</p> <p>A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão: Método Linear.</p> <p>As taxas utilizadas para os cálculos são aquelas estabelecidas na IN SRF 162/1992.</p> <p>A metodologia adotada para realizar a avaliação do imobilizado: A avaliação do imobilizado, quanto aos bens móveis, é feito a partir do valor de aquisição, abatendo-se o valor da depreciação acumulado. Quando necessário é feito a reavaliação de acordo com o estimado no mercado.</p> |                                  |                     |                  |
| <b>Local</b>  | <b>Salvador</b>                  | <b>Data</b>         | <b>19/3/2013</b> |
| <b>Contador Responsável</b>   | <b>Durval Padilha Pinto Neto</b> | <b>CRC nº</b>       | <b>16.277/BA</b> |

## 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

**Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

| <b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>   |                                  |                     |                  |
|---|----------------------------------|---------------------|------------------|
| <b>Denominação completa (UJ)</b>  |                                  | <b>Código da UG</b> |                  |
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 5ª REGIÃO   |                                  | 080007              |                  |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008 relativas ao exercício de 2012 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> |                                  |                     |                  |
| <b>Local</b>  | <b>Salvador</b>                  | <b>Data</b>         | <b>19/3/2013</b> |
| <b>Contador Responsável</b>   | <b>Durval Padilha Pinto Neto</b> | <b>CRC nº</b>       | <b>16.277/BA</b> |

## ANEXO I

| Exercícios   | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis |               |               |              |  |                           | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total        |                |
|--|-------------------------------|--------------------|---------------|---------------|--------------|--|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------|----------------|
|  |                               | Retribuições       | Gratificações | Adicionais    | Indenizações | Benefícios assistenciais e Previdenciários | Demais despesas variáveis |                                   |                    |              |                |
| <b>Membros de poder e agentes políticos</b>                                      |                               |                    |               |               |              |  |                           |                                   |                    |              |                |
| Exercícios   | 2012                          | 57.555.812,38      | 0,00          | 4.817.255,02  | 3.027.741,24 | 4.025.538,74                               | 1.422.757,65              | 544.212,76                        | 3.181.442,53       | 5.253.030,19 | 79.827.790,51  |
|  | 2011                          | 58.357.330,36      | 0,00          | 4.870.784,03  | 2.905.849,74 | 6.579.537,14                               | 1.269.704,24              | 439.323,04                        | 809.323,32         | 7.136.433,41 | 82.368.285,28  |
|  | 2010                          | 58.355.571,19      | 0,00          | 4.866.301,36  | 3.890.057,25 | 5.573.766,02                               | 1.176.758,42              | 317.414,37                        | 478.049,00         | 6.183.715,22 | 80.841.632,83  |
| <b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>     |                               |                    |               |               |              |  |                           |                                   |                    |              |                |
| Exercícios   | 2012                          | 129.777.359,30     | 0,00          | 12.263.035,01 | 7.737.192,28 | 2.942.795,77                               | 13.702.752,28             | 7.626.776,70                      | 2.152,49           | 0,00         | 174.052.063,83 |
|  | 2011                          | 115.757.009,19     | 0,00          | 12.667.901,17 | 7.083.273,17 | 2.777.005,71                               | 11.209.365,42             | 5.952.677,27                      | 63.889,34          | 0,00         | 155.511.121,27 |
|  | 2010                          | 90.381.779,66      | 0,00          | 8.533.947,07  | 6.497.098,37 | 2.573.403,35                               | 8.404.393,43              | 2.894.954,59                      | 366.062,69         | 0,00         | 119.651.639,16 |
| <b>Servidores com contratos Temporários</b>                                      |                               |                    |               |               |              |  |                           |                                   |                    |              |                |
| Exercícios   | 2012                          | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 0,00         | 0,00                                       | 0,00                      | 0,00                              | 0,00               | 0,00         | 0,00           |
|  | 2011                          | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 0,00         | 0,00                                       | 0,00                      | 0,00                              | 0,00               | 0,00         | 0,00           |
|  | 2010                          | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 0,00         | 0,00                                       | 0,00                      | 0,00                              | 0,00               | 0,00         | 0,00           |
| <b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>                                 |                               |                    |               |               |              |  |                           |                                   |                    |              |                |
| Exercícios   | 2012                          | 9.782.241,29       | 0,00          | 935.185,47    | 426.205,58   | 2.353,70                                   | 884.765,11                | 442.075,88                        | 0,00               | 0,00         | 12.472.827,03  |
|  | 2011                          | 9.320.950,78       | 0,00          | 834.268,41    | 401.165,12   | 806,97                                     | 708.013,59                | 357.704,87                        | 10.242,44          | 0,00         | 11.633.152,18  |
|  | 2010                          | 7.865.114,62       | 0,00          | 758.541,81    | 440.340,82   | 336,24                                     | 555.965,46                | 290.827,73                        | 116.405,77         | 0,00         | 10.027.532,45  |
| <b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>                       |                               |                    |               |               |              |  |                           |                                   |                    |              |                |
| Exercícios   | 2012                          | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 0,00         | 0,00                                       | 0,00                      | 0,00                              | 0,00               | 0,00         | 0,00           |
|  | 2011                          | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 0,00         | 0,00                                       | 0,00                      | 0,00                              | 0,00               | 0,00         | 0,00           |
|  | 2010                          | 0,00               | 0,00          | 0,00          | 0,00         | 0,00                                       | 0,00                      | 0,00                              | 0,00               | 0,00         | 0,00           |
| <b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b> |                               |                    |               |               |              |  |                           |                                   |                    |              |                |
| Exercícios   | 2012                          | 15.831.524,62      | 9.813.591,52  | 2.167.585,86  | 1.190.681,84 | 167.047,31                                 | 1.370.934,93              | 747.856,48                        | 0,00               | 0,00         | 31.289.222,56  |
|  | 2011                          | 15.645.167,48      | 9.822.361,10  | 2.012.164,40  | 1.227.304,13 | 210.509,25                                 | 1.264.089,17              | 604.054,15                        | 19.882,22          | 0,00         | 30.805.531,90  |
|  | 2010                          | 15.732.198,83      | 9.417.003,60  | 2.119.091,46  | 1.714.936,20 | 100.458,63                                 | 1.125.683,30              | 445.013,36                        | 18.607,83          | 0,00         | 30.672.993,21  |
| <b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>                              |                               |                    |               |               |              |  |                           |                                   |                    |              |                |
| Exercícios   | 2012                          | 82.562.633,43      | 21.472.023,44 | 9.056.433,64  | 5.403.990,44 | 261.599,62                                 | 10.466.021,10             | 4.588.318,74                      | 3.648,22           | 0,00         | 133.814.668,63 |
|  | 2011                          | 94.431.807,23      | 23.893.743,47 | 8.528.830,25  | 6.099.978,02 | 278.980,82                                 | 10.883.627,71             | 4.372.968,38                      | 30.734,11          | 0,00         | 148.520.669,99 |
|  | 2010                          | 110.308.233,34     | 27.312.223,06 | 11.506.261,01 | 9.157.112,47 | 268.796,03                                 | 12.154.244,37             | 4.549.516,45                      | 483.854,92         | 0,00         |                |

175.740.241,65

